



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo

MÁRCIO JÚNIOR BENASSULY BARROS

**MINERAÇÃO, FINANÇAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE
BARCARENA-PARÁ**

Belém
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo

Márcio Júnior Benassuly Barros

**MINERAÇÃO, FINANÇAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO
LOCAL NO MUNICÍPIO DE BARCARENA-PARÁ**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em geografia.

Área de concentração: Organização e gestão do território.

Orientador: Profº Dr. João Márcio Palheta da Silva

Co-orientador Profº Dr. João Santos Nahum

Belém-Pará

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEO

Márcio Júnior Benassuly Barros

**MINERAÇÃO, FINANÇAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO
LOCAL NO MUNICÍPIO DE BARCARENA- PARÁ**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em geografia.

Área de concentração: Organização e gestão do território.

Orientador: Profº Dr. João Márcio Palheta da Silva

Co-orientador Profº Dr. João Santos Nahum

Aprovada em 20\04\2009

Conceito: EXCELENTE

Banca Examinadora

Profº Dr. João Márcio Palheta da Silva\PPGEO-UFPA- Orientador

Profº Dr. João Santos Nahum\PPGEO-UFPA- Co-orientador

Profº Dr. Gilberto de Miranda Rocha\ PPGEO-UFPA (examinador interno)

Profª Drª Lizandra Pereira Lamoso\UFGD-MS (examinadora externa)

Belém - PA

DEDICATÓRIA

Dedico este humilde trabalho, produto de um longo período de estudo, angustia e reflexão a todos os homens e mulheres que tiveram suas vidas transformadas com a implantação das empresas de beneficiamento mineral (ALBRAS, ALUNORTE, IRCC, PPSA) no município de Barcarena – Pará e que até o presente momento não foram beneficiadas com o tal “desenvolvimento local” que as receitas arrecadadas destes projetos poderiam está sendo aplicadas pela prefeitura municipal.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal do Pará e ao Programa de Pos Graduação em Geografia (PPGEO)

Ao Prof^o Dr. João Márcio Palheta da Silva, pela orientação na elaboração e conclusão deste trabalho. Por toda atenção, compreensão e amizade. Muito obrigado meu amigo.

Ao Prof^o Dr. João Santos Nahum, pela co-orientação da elaboração e conclusão deste trabalho e acima de tudo por me mostrar o caminho, quando tudo parecia perdido e quando tive que começar e recomeçar várias vezes o trabalho. Obrigado, você me mostrou o caminho da pesquisa.

Aos Professores do Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO) Janeth Marília Gentil, Gilberto de Miranda Rocha, José Julio Ferreira Lima e aos professores do NAEA Luis E. Aragón e Marília Emmi pelos conhecimentos transmitidos através das disciplinas ministradas no Curso.

A professora Maria Célia Nunes Coelho (UFRJ) que quando de sua passagem pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) ensinou-me os primeiros passos da pesquisa na graduação (1998-2004) e que agora damos continuidade a nossa pesquisa com relação a Barcarena.

A minha mãe Leomarina Benassuly, as minhas irmãs Márcia e Daianne Benassuly e ao meu sobrinho-irmão Alan Sena por todo carinho, incentivo e paciência, devido minha ausência constante na família dedicada aos estudos e pesquisas.

A minha companheira Maria Rosete por ter me mostrado “um outro lado da vida”, apoiando-me nesta caminhada, e ao Breno pelo acolhimento. Obrigado de coração.

Aos amigos do mestrado Milton Akira e Enéas Barbosa Guedes pela amizade construída.

Ao amigo geógrafo Christian da Silva Nunes pelo apoio na elaboração dos mapas.

A todos os entrevistados do município de Barcarena que contribuíram para essa nossa pesquisa.

A Secretaria Executiva de Estado de Educação (SEDUC) pela licença e pela concessão de Bolsa-Mestrado cujo apoio financeiro foi fundamental para a realização da presente pesquisa.

“Vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e de seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o caso do território, e não o território em si mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro”. (SANTOS, 2001, pg. 137).

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE QUADROS	10
LISTA DE GRÁFICOS	11
LISTAS DE SIGLAS	12
LISTAS DE FIGURAS	13
LISTA DE CARTA IMAGEM	14
RESUMO	15
ABSTRACT	16
INTRODUÇÃO	17
1 DINÂMICA MUNICIPAL EM BARCARENA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980	26
1.1 DINÂMICA TERRITÓRIAL POPULACIONAL EM BARCARENA DURANTE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980	27
1.2 DINÂMICA ECONÔMICA EM BARCARENA DURANTE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980.	32
1.3 DINÂMICA DAS FINANÇAS PÚBLICAS EM BARCARENA DURANTE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980.	36
2. PROJETOS DE MINERAÇÃO E FINANÇAS PÚBLICAS EM BARCARENA 2002- 2005	42
2.1 A IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS DE BENEFICIAMENTO MINERAL E AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO TERRITÓRIAS EM BARCARENA	42
2.2 PARÁ PIGMENTOS S. A: EMPREGOS, INVESTIMENTOS E IMPOSTOS GERADOS NO PERÍODO DE 2002-2003.	46
2.3 IMERYS RIO CAPIM CAULIM S. A: EMPREGOS, INVESTIMENTOS E IMPOSTOS GERADOS NO PERÍODO DE 2002-2005	49
2.4 ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A: EMPREGOS, INVESTIMENTOS E IMPOSTOS GERADOS NO PERÍODO DE 2002-2005.	54
2.5 ALUMÍNIO BRASILEIRO S.A: EMPREGOS, INVESTIMENTOS E IMPOSTOS GERADOS NO PERÍODO DE 2002-2005.	61
2.6 FINANÇAS PÚBLICAS: CONTEXTUALIZAÇÃO E NORMATIZAÇÃO	68
2.6.1 Receitas Públicas	68

2.6.2 Despesas Públicas	71
2.7 DINÂMICA DAS FINANÇAS PÚBLICAS EM BARCARENA NO PERÍODO DE 2002-2005	72
2.7.1 As Receitas Públicas em Barcarena no Período de 2002 – 2005	73
2.7.2 As Despesas Públicas em Barcarena entre 2002-2005	78
2.7.3 A Relação entre Receitas e Despesas Públicas em Barcarena no Período de 2002-2005	80
2.8 O PLANO PLURIANUAL (PPA) E A ALOCAÇÃO DAS RECEITAS EM BARCARENA (2002-2005)	81
2.8.1 O PPA, a LDO e a LOA Como Instrumentos de Planejamento e a Lei de Responsabilidade Fiscal	82
2.8.3 Receitas e Despesas: Uma Análise do PPA Municipal (2002-2005)	85
2.8.4 As Obras Descritas no PPA de Barcarena (2002-2005)	89
3 O DESENVOLVIMENTO LOCAL APARTIR DO EMPREGO DAS RECEITAS MUNICIPAIS: VISÕES E LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE BARCARENA	109
3.1 DISCUTINDO O DESENVOLVIMENTO LOCAL	109
3.1.1 Os Movimentos Sociais em Barcarena: Caracterização, Atuação e Relação com o Poder Local	112
3.1.2 Movimentos Sociais da Sede Municipal: Gestão de Obras e Bandeiras de Lutas pelo Desenvolvimento Local	117
3.1.3 Movimentos Sociais em Vila do Conde: Gestão de Obras e Lutas pelo Desenvolvimento Local	119
3.1.4 Movimentos Sociais em Vila dos Cabanos: Gestão de Obras e Lutas pelo Desenvolvimento Local	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	131
ANEXOS	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Aglomerações populacionais de caráter urbano anteriores ao projeto Albrás-Alunorte em Barcarena.....	28
Tabela 02: Caracterização da população de Barcarena (1970-2000).	30
Tabela 03: População economicamente ativa segundo o setor de atividade em Barcarena (1970-1980).....	33
Tabela 04: Culturas permanentes e quantidades dos principais produtos em Barcarena (1970/1980).....	33
Tabela 05: Culturas temporárias, quantidades de produtos em Barcarena 1970/1980.....	34
Tabela 06: Numero de estabelecimentos industriais segundo gênero em Barcarena (1970/1980).....	34
Tabela 07: Número de estabelecimentos comerciais por classe de comercio em Barcarena (1970/1980).....	35
Tabela 08: Numero de estabelecimentos de prestação de serviços, segundo classe de serviços em Barcarena (1970/1980).....	36
Tabela 09: Barcarena: Receitas municipais de 1976-1982 (em milhões de Cr\$ 1.000).	39
Tabela 10: Pará Pigmentos: Indicadores do corpo funcional (2002-2003).....	47
Tabela 11: Imerys: Indicadores do corpo funcional (2002-2005).....	51
Tabela 12: Reservas de bauxita -2000	55
Tabela 13: Distribuição de produção em localização e capacidade instaladas de alumina por empresas -2000.....	56
Tabela 14: Alunorte: indicadores do corpo funcional (2002-2003)	57
Tabela 15: Alunorte: exportação de alumina 2002-2005.....	61
Tabela 16: Distribuição de produção localização participação e capacidade instalada de alumínio por empresas -2000.....	63
Tabela 17: Albrás: Indicadores do corpo funcional 2002-2005.	65
Tabela 18: Barcarena: receitas municipais 2002-2005.....	76
Tabela 19: Barcarena: despesas municipais 2002-2005	78
Tabela 20: Receitas planejadas e executadas em Barcarena (2002-2005).....	86
Tabela 21: Despesas planejadas e executadas em Barcarena (2002-2003).....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 Representante do poder público entrevistados em Barcarena 2008.	89
Quadro 02: Obras selecionadas do PPA de Barcarena 2002-2005.....	91
Quadro 03: Representante dos movimentos sociais entrevistados em Barcarena 2008.	116
Quadro 04: Contribuição das obras municipais para o desenvolvimento local, segundo os movimentos sociais entrevistados: 2008	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Evolução da população de Barcarena (1970-2000)	30
Gráfico 02: Evolução da população urbana de Barcarena (1970-2000)	31
Gráfico 03: Evolução da população rural de Barcarena (1970-2000)	32
Gráfico 04: Evolução de receita própria e transferências de Barcarena (1976-1982).....	40
Gráfico 05: Evolução das receitas e despesas totais de Barcarena (1976-1982)	41
Gráfico 06: Pará Pigmentos: investimento em cidadania e meio ambiente (2002- 2003).....	48
Gráfico 07: Pará Pigmentos: Impostos recolhidos (2002-2003).	48
Gráfico 08: Imerys: Investimentos em sustentabilidade, incluindo projetos de cidadania e de meio ambiente de 2002-2005 (em milhões de reais)	52
Gráfico 09: Imerys: impostos recolhidos de 2002-2005 (em milhões de reais).....	52
Gráfico 10: Alunorte: Investimento em cidadania e meio ambiente (2002-2005).....	59
Gráfico 11: Alunorte impostos recolhidos de 2002-2005 (em milhões de reais).....	60
Gráfico 12: Alunorte: vendas de alumina - 2002	60
Gráfico 13: Distribuição de exportação de alumínio segundo países de 1995-2000 (em t)	63
Gráfico 14: Albrás: Investimentos em cidadania e meio ambiente (2002 – 2005).	66
Gráfico 15: Albrás: impostos recolhidos de 2002-2005 (em milhões de reais).....	67
Gráfico 16: Albrás: exportação de alumínio (2002-2005).....	67
Gráfico 17: Evolução da receita própria versus receitas de transferências de Barcarena de 2002-2005.....	77
Gráfico 18: Comportamento da receita de arrecadação própria em Barcarena (2002-2005) ...	77
Gráfico 19: Evolução das despesas com pessoal, correntes e de capital de Barcarena de 2002- 2005 (em milhões de reais).....	79
Gráfico 20: Evolução das despesas por função em Barcarena (2002-2005)	80
Gráfico 21: Evolução das receitas e despesas em Barcarena (2002-2005).....	81
Gráfico 22: Movimentos sociais que tem conhecimento do que se trata o PPA em Barcarena em 2008.	115
Gráfico 23: Obras construídas na comunidade durante o mandato do Prefeito Laurival Cunha segundo os movimentos sociais em Barcarena.....	116

LISTAS DE SIGLAS

ABPCVC- Associação dos Barraqueiros da Praia e Comerciante de Vila do Conde.
AMBI- Associação dos Moradores do Bairro Industrial
CCBP- Centro Comunitário do Bairro Pioneiro
SINDIQUÍMICOS- Sindicato dos trabalhadores nas indústrias Químicas de Barcarena.
ASFEB- Associação dos Feirantes de Barcarena.
SIMEB- Sindicato dos Metalúrgicos de Barcarena
STRB- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena.
PMB- Prefeitura Municipal de Barcarena
PPA- Plano Plurianual
LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA- Lei Orçamentária Anual
SEPLAM- Secretaria Municipal de Planejamento
SINTEP- Sindicato dos trabalhadores de Educação Pública do Pará.
CGU- Controladoria Geral da União
STN- Secretaria do Tesouro Nacional
FINBRA- Finanças do Brasil
LRF- Lei de Responsabilidade Fiscal.
ALBRAS- Alumínio Brasileiro
ALUNORTE- Alumínio do Norte do Brasil
CODEBAR- Companhia de Desenvolvimento de Barcarena
CDI- Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará
IRCC- Imerys Rio Capim Caulim S.A
PPSA- Pará Pigmentos S.A
SEFA- Secretaria Executiva de Estado da Fazenda
UBS- Unidade Básica de Saúde
ADEBAR- Associação dos Desapropriados de Barcarena
CAEMI- Caemi Mineração e Metalurgia S.A

LISTAS DE FIGURAS

Figura 01: Vista da Pará Pigmentos	46
Figura 02: Pátio principal da Imerys Rio Capim Caulim	50
Figura 03: Vista área da Alunorte	55
Figura 04: Pátio principal da Albrás.....	62
Figuras 05: Prédio alugado para a Secretaria Municipal de Saúde	92
Figura 06: Usina de asfalto de Barcarena	95
Figura 07: Peças abandonadas das usinas de asfalto de Barcarena	97
Figura 08: Feira do mercado informal de Barcarena.....	98
Figura 09: Prédio alugado da secretaria de educação e câmara municipal de Barcarena.....	99
Figura 10: Prédio alugado para a Sema.....	100
Figura 11: Feira do produtor rural de Barcarena	101
Figura 12: Casos populares da rodovia do Cafezal	102
Figura 13: Casos populares da rodovia da vila	103
Figura 14: Fachada do estádio municipal Laurival Campos Cunha	104
Figura 15: Aspecto da praça da bíblia	104
Figura 16: Fachada estação de passageiro Prefeito Raimundo Alves Dias	105
Figura 17: Parada de passageiros em frente ao antigo hospital da Codebar.....	106
Figura 18: Aspecto da escola municipal Vereador Marcos Martins Magno	107
Figura: 19: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena	117
Figura 20: Associação dos Feirantes de Barcarena	119
Figura 21: Associação dos Moradores Bairro Industrial	120
Figura 22: Associação dos Barqueiros e Comerciantes da Praia de Vila do Conde	121
Figura 23: Sindicato dos Metalúrgicos de Barcarena	123

LISTA DE CARTA IMAGEM

CARTA IMAGEM 01: Carta imagem do município de Barcarena estado do Pará -2008.....	45
CARTA IMAGEM 02: Carta imagem dos bairros de Barcarena estado do Pará.....	94
CARTA IMAGEM 03: Carta imagem dos bairros de Barcarena estado do Pará.....	96

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo discutir de que forma a implantação dos projetos de beneficiamento mineral (Albrás, Alunorte, Pará Pigmentos e Imerys Rio Capim Caulim) tem impactado as finanças públicas de Barcarena, e como a prefeitura tem alocado esses recursos para a potencialização do desenvolvimento local. A alocação destes recursos teve como referência as obras físicas, contidas no Plano Plurianual de Barcarena (2002-2005) elaborado pela equipe da primeira gestão do prefeito Laurival Magno Cunha (2001-2004). A pesquisa está estruturada em dois marcos temporais. No primeiro procuro analisar o município antes da implantação dos projetos minerais, ou seja, as décadas de 1970 e 1980, onde a dinâmica municipal é analisada a partir de dados populacionais, econômicos e das finanças públicas. No segundo marco temporal, procuro investigar o município após à implantação dos projetos minerais. Neste sentido, estes projetos são estudados a partir da contribuição dos mesmos para a geração de empregos, investimentos realizados em projetos de cidadania e meio ambiente além dos impostos recolhidos por estas empresas. Em seguida, são analisadas a alocação das receitas e as obras físicas contidas no PPA (2002-2005) verificadas através de trabalho de campo se foram ou não realizadas. No trabalho de campo, realizou-se entrevistas com seis representantes dos movimentos sociais, quatro representantes do poder público local, além das empresas estudadas. Finalmente é discutido o desenvolvimento local a partir da visão e lutas dos movimentos sociais de Barcarena onde a participação ou não destes na gestão das obras físicas municipais durante a gestão 2001-2004 figura como ponto principal de investigação da pesquisa.

Palavras chave: Mineração, Finanças Públicas, Desenvolvimento Local, Gestão Territorial, Gestão Municipal, Barcarena e Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The current research aims at discussing the manner of establishing of the mineral dressing projects (Albrás, Alunorte, Pará Pigmentos and Imerys Rio Capim Caulim) have impacted through the government finances of Barcarena, and how the municipality city hall has allocated its resources to improve the local growth. These resources allocations have had as reference their set-ups, within the Multi-Year Plan of Barcarena (2002-2005) made by the team of the first management of the mayor Laurival Magno Cunha (2001-2004). The research is structured within two timelines framework. Within the first, I aim at verifying the municipalities before the mining projects assembling, since from the 70s and 80s, whereas the municipality dynamic is analyzed from the population datum, economic and government finances. Within the second timeline framework, I pursuit of inquiring about the municipality afterward the mining projects have been assembled. In regard to this point , these projects are studied from their contribution to the labor generation, citizenship projects investments and environment whose have been realized, besides the municipality taxes paid by the firms. Following, will be analyzed the allocation of the taxes revenues and physical works within the Multi-Year Plan (MYP) (2002-2005) which have been verified throughout the field-work whether they have been realized or not. Within the field-work, we have done interviews with six representatives from the social movements, four representatives from the municipality public authority, besides the representatives of the firms within this study. Finally it has been discussed the local growth from the Barcarena social movements and their viewpoint and struggles whereas their participation or not within the municipality set-ups management throughout the 2001-2004 management, highlight as the main issue of inquiring into of this research.

Key words: Mining, Government Finances, Local Growth, Territory Management, Municipality Management, Barcarena and Social Movements.

INTRODUÇÃO

A primeira vez que visitei o município de Barcarena, fiquei impressionado com a grandiosidade das instalações das empresas de beneficiamento mineral ali instalada. Esta visita aconteceu em novembro de 1999, quando procurava elementos que subsidiassem meu trabalho de conclusão de curso, o famoso TCC.

Apesar de nascido na sub-região do Baixo Tocantins¹ não conhecia o município de Barcarena. Esta barreira foi sendo superada a partir de meu ingresso no curso de geografia no Campus Universitário do Baixo Tocantins- CUBT, localizado na cidade de Abaetetuba. A implantação do referido campus, foi resultado de muita luta da população da cidade tendo parte de seus custos financiados pela Albrás. Nossa turma composta de alunos de diversos municípios do estado encontrava somente nas férias, ou seja, nos meses de janeiro, fevereiro e julho. Esta turma tinha um grande potencial e dedicação para com os estudos.

Lembro-me das palavras do coordenador do campus, o professor Adelino Ferranti que dizia “se estes alunos tiverem oportunidades eles despontaram”, hoje passados dez anos desde o ingresso da turma 1998, o campus cresceu em alunos, infra estrutura e na pesquisa.

Em Abaetetuba foram anos de muita luta a começar pelo engajamento no movimento estudantil universitário, a frente do Centro Acadêmico de Geografia do Baixo Tocantins – CAGBT. Nossa turma era bastante politizada onde o então vereador José Nery, hoje senador da república a época atuando no Partido dos Trabalhadores - PT deu uma grande contribuição no sentido da prática política no município de Abaetetuba. Foi através do movimento estudantil que pude pela primeira vez, viajar para fora do estado do Pará, foi sem dúvida uma grande oportunidade de conhecer novas realidades e culturas que não conhecia. Nas várias viagens realizadas para outros estados a observação da geografia era constante, principalmente a parte física da paisagem.

Tenho muito orgulho deste tempo, pois lutávamos pela construção de um Brasil melhor; onde a educação constituía-se na única chance para a mobilidade da classe trabalhadora deste país. Nunca escrevi nada sobre Abaetetuba que é considerada um pólo regional no estado do Pará, e que teve sua importância reduzida com a implantação das atividades minerais em Barcarena, talvez este questionamento possa ser respondido em uma próxima pesquisa?

Filho de professora primária desde cedo entendi o real valor da educação, porém confesso que não foi fácil concluir o curso em Abaetetuba.

¹ A sub região do Baixo Tocantins é formada pelos municípios de Abaetetuba, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Moju, Oeiras do Pará e Mocajuba. Nasci em Mocajuba no Rio Santana que separa este município do território de Cametá.

Foi através de uma destas dificuldades que se impunha com o passar dos anos de estudo que seria a entrega do TCC, que finalmente encontrei minha área de interesses na pesquisa que é a sub região do Baixo Tocantins em especial o município de Barcarena. Esta descoberta se deve ao contato estabelecido com a pesquisadora Maria Célia Nunes Coelho que pesquisa a região, estando a época vinculada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos- NAEA. Senti que era minha grande chance de encontrar alguém disposto a ensinar-me os primeiros caminhos da pesquisa, pois em Abaetetuba não existia projetos de pesquisa. Lembro-me de nosso primeiro contato e das orientações bastante incisivas.

Há época uma grande parceria entre a universidade federal do Pará através do NAEA com a fundação Ford permitiu a criação de vários grupos de pesquisas dentre os quais o projeto de pesquisa intitulado “estado e gestão pública municipal: estruturas de poder, participação de atores sociais e políticas ambientais” o qual passei a integrar com voluntário, pois desejava aprender os caminhos da pesquisa.

Foi através deste trabalho de investigação que me possibilitou apresentar o TCC intitulado “grandes projetos, políticas públicas e qualidade de vida em Vila do Conde – Barcarena (PA)” na graduação. Uma versão resumida deste trabalho foi publicada em forma de artigo no livro, “poder local e mudanças socioambientais” editado pelo projeto e financiado pela fundação Ford.

Minha relação acadêmica com Barcarena, só foi interrompida com a necessidade de fazer uma pós graduação em nível de especialização presencial e ao mesmo tempo trabalhar. Na especialização em estudos culturais da Amazônia- NUMA/UFPA abordei como trabalho final “elementos da identidade local da cidade de Marituba- PA” município da região metropolitana que adotei para trabalhar na educação pública estadual.

Concluída a especialização em 2006, senti que havia chegado o momento para tentar a aprovação no mestrado em geografia na UFPA. Desde o início já tinha em mente de desejar dar continuidade aos estudos da graduação, porém agora em escala municipal.

O trabalho que aqui é apresentado é fruto de uma grande reflexão acerca de Barcarena. Lembro-me desse percurso que começou com o projeto de mestrado intitulado, “empresas de beneficiamento mineral e desenvolvimento local em Barcarena- PA” onde as várias discussões e leituras sugeridas durante o curso de mestrado, mostraram-me que teria que abordar em caráter central a questão da responsabilidade social praticada por estas empresas. Não desejava dar este caráter para minha pesquisa, pois entendia que o desenvolvimento local é tarefa do estado e não das empresas. Isto não isenta as empresas de fazerem investimentos em responsabilidade social até porque existem legislações específicas que regula esta prática.

Abortado o projeto pelo lado do viés da responsabilidade social corporativa e embasado pelas discussões e leituras com vários professores, resolvi elaborar um novo projeto para já ser apresentado na qualificação.

Na qualificação apresentamos o trabalho intitulado, “desenvolvimento territorial, empresas e sociedade: implicações do desenvolvimento local em Barcarena- PA” onde procurávamos entender o desenvolvimento local a partir do desenvolvimento territorial comandado pelas empresas de mineração em Barcarena.

Durante a qualificação constatou-se a grande fragilidade das teorias sobre o desenvolvimento e sua aplicação em Barcarena. O desenvolvimento como uma palavra mágica no dizer de Esteva (2000) que passa a idéia de tudo transformar. Depois de várias orientações e discussões com o orientador e co-orientador concordamos em reformular o projeto da proposta de pesquisa, o que implicou em ter que recomeçar tudo de novo. Desta vez, pensei que não teria condições de terminar a tempo para a defesa no prazo estipulado pelo programa. Feito o novo projeto, agora pautado na gestão do território a partir dos recursos financeiros e seu emprego pelo poder local loco reconheci que havia finalmente encontrado o objeto que havia procurado desde meu ingresso no mestrado. Meu enfoque seria a mineração, onde com a implantação das empresas de beneficiamento mineral a partir dos anos 1980 trouxe como consequência o aumento das receitas municipais. A alocação das receitas configurou-se como um dos itens investigados na presente pesquisa, além das obras físicas elencadas no Plano Plurianual (2002-2005). Os estudos que demonstram a importância, que a atividade mineral desempenha nas finanças públicas dos municípios mineradores, e seu entorno são bastante recentes (COELHO et al 2005, LIRA 2007 ,PALHETA DA SILVA 1999, SOUZA 2007 , SILVA 1998,2002, NAHUM, 2006.) o que requer novos estudos de investigação para o conhecimento da realidade.

Coelho et al (2005) em seu trabalho “regiões do entorno dos projetos de extração e transformação mineral na Amazônia Oriental”, analisa a questão da reestruturação econômica-financeira, a capacidade de arrecadação e a autonomia financeira das sedes dos projetos de mineração incluindo os municípios do entorno atingidos por estes projetos minerais no estado do Pará. No referido trabalho, cujo espaço temporal é de 1995 a 2000, temos dados a respeito do município de Barcarena, dentre outros, com relação ao crescimento do Fundo de Participação dos Municípios- FPM, Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e, Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

Lira (2007) em seu estudo “a questão tributária e a problemática da arrecadação fiscal em decorrência da mineração industrial na Amazônia”, demonstra o crescimento da arrecadação do ICMS no município de Barcarena dentre outros, no período de 1995 a 2000.

Segundo LIRA (2007, p.185)

“Na literatura a implantação de um empreendimento produtivo principalmente do setor produtivo industrial, significa a oportunidade de surgimento de inúmeros benefícios no campo socioeconômico dentre os quais se destaca o aumento da arrecadação tributária.”

Palheta da silva (1999) em sua dissertação de mestrado intitulada “exercícios de poder: as experiências de gestão e autonomia financeira de Parauapebas e Curionópolis no sudeste do Pará” dá uma grande contribuição ao estudo, em que a atividade mineral desempenha um papel importante nas finanças públicas dos referidos municípios anteriormente citados.

A presença de projetos de mineração nos municípios mineradores tem como consequência o aumento da arrecadação municipal, porém o aumento de arrecadação por si só não garante o desenvolvimento local. O desenvolvimento local só é possível a partir da gestão compartilhada onde a população participe da elaboração, execução e fiscalização das políticas públicas municipais.

Souza (2007), em seu artigo intitulado “desigualdade espacial e a questão tributária no entorno na mineração Rio do Norte (PA)” pesquisa que analisa principalmente o município de Oriximiná ressalta a importância da atividade mineral sob o ponto de vista fiscal.

Nahum (2006) em sua tese de doutorado intitulada “o uso do território em Barcarena: modernização e ações políticas conservadoras” defende que um sistema de ações conservadoras se reproduz a cada processo de modernização do território de Barcarena.

Nesse sentido, partimos do seguinte problema: de que forma a instalação dos projetos de beneficiamento mineral tem impactado as finanças municipais em Barcarena e como a prefeitura tem aplicado esses recursos para a potencialização do desenvolvimento local?

A implantação na década de 1980 dos projetos de mineração no estado do Pará tem impactado as receitas municipais. Municípios ligados a extração mineral como Parauapebas, Oriximiná, Canaã dos Carajás, Ipixuna do Pará ampliaram suas receitas em função da instalação de projetos de extração mineral presentes em seu subsolo.

Barcarena, município localizado na microrregião de Belém, teve sua economia totalmente transformada a partir da implantação dos projetos de beneficiamento mineral instalados em seu território. Em 1970, segundo informações oficiais do censo do IBGE, 79,12% da população economicamente ativa estava ligada a atividade de agropecuária, extrativismo vegetal e pesca, 8,45% a atividade industrial e 12,43 % aos serviços. Tais dados

demonstram que se tratava de um município, onde a economia estava concentrada no meio rural; onde também estavam assentados a maioria da população que totalizava 17.489 habitantes, dos quais 15.110 viviam no meio rural.

Em 2005, o perfil municipal já havia mudado completamente. Segundo dados da SEPOF/IBGE, Barcarena havia se transformado em um município eminentemente industrial, sediando importantes empresas (Albrás, Alunorte, Pará Pigmentos, Imerys Rio Capim Caulim) o que fez a atividade industrial responder por 70,59% da economia local, os serviços representarem 29,01% e a agropecuária apenas 0,40%. Com as transformações econômicas e sociais, a população, que vivia das atividades primárias em 1970, foi se deslocando para as atividades secundárias e terciárias; o que provocou um acentuado êxodo rural, haja vista que, a atividade econômica havia se deslocado para as novas empresas e suas sub-contratadas que chegavam ao município. Em 2000, a população atingia 63.259 habitantes, dos quais 27.772 residiam na zona urbana.

Estas transformações socioeconômicas contribuíram, para o aumento das receitas municipais próprias (Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISSQN, Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Imposto de transferência de Bens Imóveis - ITBI “Inter Vivos”), além das receitas de transferências federais (Fundo de Participação dos Municípios – FPM, Lei Kandir – LC 87/86, Sistema Único de Saúde - SUS, Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF) e Estaduais (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Imposto Sobre Propriedade de Veículos automotores - IPVA).

No período de 2002 a 2005 a receita municipal, segundo informações da secretaria do tesouro nacional, passou de R\$ 53.192.390,81 (Cinquenta e três milhões cento e cinquenta e dois mil trezentos e noventa reais e oitenta e um centavos) para R\$ 100.924.439,37 (Cem milhões novecentos e vinte e quatro mil quatrocentos e trinta e nove reais e trinta e sete centavos), o demonstra que a expansão das atividades de beneficiamento mineral no município tem contribuído para o aumento das receitas locais.

Nosso objetivo geral na pesquisa foi verificar de que forma a implantação dos projetos minerais (Albrás, Alunorte, Pará Pigmentos e Imerys Rio Capim Caulim) tem impactado as finanças municipais de Barcarena, e como a prefeitura local tem alocado esses recursos.

Neste sentido, passamos a considerar como objetivos específicos, os seguintes tópicos:

- Caracterizar a sociedade local em seus aspectos populacionais, econômicos e sociais anteriores e posteriores aos projetos instalados.
- Comparar as receitas públicas municipais antes e após a implantação dos projetos de beneficiamento mineral.
- Verificar a efetivação

das obras físicas alocadas no PPA (emprego das receitas) durante o primeiro mandato do prefeito Lourival Cunha no período de 2002-2005. d) Verificar se o emprego das receitas tem se configurado como um instrumento potencializador e difusor do desenvolvimento local para os municípios.

Durante a pesquisa transitei por diversas instituições públicas tais como: Bibliotecas Central da Universidade Federal do Pará, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos- NAEA, do Instituto Sócio Econômico, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Secretaria de Estado da Fazenda –SEFA, Prefeitura Municipal de Barcarena, Tribunal de Contas dos Municípios - TCM, Tribunal de Contas do Estado - TCE, Assembléia Legislativa do Estado do Pará- ALEPA, além de pesquisas na internet em instituição de controle, fiscalização e normatização como a Secretaria do Tesouro Nacional², programa situação fiscal de seu município da secretaria do tesouro nacional³, Portal federativo⁴, Operações do Banco nacional de desenvolvimento econômico e social –BNDES com estados e municípios⁵

Vale destacar que, este levantamento constituirá os dados a serem usados no presente trabalho, e estas instituições são as principais referências na temática do trabalho.

O levantamento bibliográfico foi complementado pelo trabalho de campo realizado no município nos meses de novembro e dezembro de 2008 e janeiro de 2009.

A presente pesquisa é um estudo de caso, tendo como objeto de investigação o município de Barcarena, Estado do Pará. Ela abrange o espaço temporal dividida em dois momentos, que seria o primeiro antes dos projetos de beneficiamento mineral (décadas de 1970 e 1980) e o segundo depois da instalação destes projetos (2002-2005) onde é focado a alocação das receitas municipais em obras físicas elencadas no Plano Plurianual de Barcarena (2002-2005). Este Plano Plurianual foi elaborado durante o primeiro mandato do prefeito

² Através do portal Gestão de Finanças Municipais é possível o acesso eletrônico aos manuais e a legislação do setor, e o acompanhamento das finanças dos municípios do Brasil, através de um programa chamado Finanças do Brasil- FIMBRA, que permite o acesso há dados contábeis dos municípios. Estes dados estão disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.stn.fazenda.gov.br/>

³ Este programa permite o download das finanças dos municípios brasileiros no período de 1998-2005. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/situacao_fiscal_municipio.asp

⁴ Portal criado pela presidência da república por intermédio da subsecretaria de assuntos federativos, onde é possível o acesso a vários estudos relacionados aos municípios e estados brasileiros relacionados a diferentes temáticas. <http://www.portalfederativo.gov.br/bin/view/Inicio/WebHome>

⁵ Este portal permite o acesso a uma grande variedade de publicações relacionadas aos municípios brasileiros que através de convenio com importantes instituições de pesquisa como o IBAM- Instituto Brasileiro de Administração Municipal elabora estudos relacionados a gestão municipal, tributaria, fiscal dentre outras. O acesso esta disponível no endereço eletrônico: <http://www.bndes.gov.br/clientes/setorpublico.asp>

Laurival Cunha (2001-2004) passando a vigorar no período 2002-2005, ou seja, espaço temporal que compreende os três últimos anos do primeiro mandato e o primeiro ano do segundo mandato do respectivo prefeito.

Para esta nova investida tive que estudar bastante outras áreas de estudos como a economia, gestão pública, contabilidade, legislação dentre outras, porém bastante preocupado com a análise geográfica (DOLFUSS, 1973) dos dados. Uma das grandes dificuldades da pesquisa foi mesmo conseguir os dados contábeis do município. Em Barcarena, estes dados não estão disponíveis para o público o que foi superado com a disponibilidade eletrônica destas informações no portal da secretaria do tesouro nacional. O acesso a essas informações foi muito importante, pois passamos a ter conhecimento das finanças públicas e como o município aloca essas receitas nas diferentes funções e ações administrativas.

De posse destes dados e do Plano Plurianual (2002-2005) tinha já parte das informações de que necessitava para a pesquisa. Desde o início das pesquisas desejava estudar todas as quatro grandes empresas de mineração de Barcarena (Albrás, Alunorte, Imerys e Pará Pigmentos) diferentemente da maioria dos estudos sobre mineração no município que privilegiam a análise somente das duas maiores empresas (Albrás, Alunorte).

Durante a realização do trabalho de campo encontramos bastantes resistências de pessoas da esfera pública e privada em colaborar com nossa pesquisa. Esta resistência se deve a vários fatores como, por exemplo, medo, omissão, pois pesquisava “coisas que poucos desejam falar” tais como receitas, despesas, recursos, obras realizadas ou não, grupos políticos, modelo tradicional de gestão dentre outros.

Confesso que nesse trabalho de investigação das obras realizadas ou não da gestão Laurival Cunha (2001-2004) em muitas delas sentir medo em “estar mexendo com gente grande”, porém o território precisa ser revelado pela academia e cabe ao pesquisador revelá-lo para o grande público. Pude constatar como são empregados os recursos públicos pela prefeitura de Barcarena, conversei com muitas pessoas que são beneficiadas ou não por estas obras onde em seus relatos fica claro o modelo tradicional de gestão praticado no município.

Dos ofícios enviados as repartições municipais solicitando informações ou entrevistas a maioria não foi atendida. No município impera o pensamento do “não prestar contas” para a sociedade, dos atos do executivo local. Na realidade o sistema vigente pautado na indicação e apadrinhamento de quem vai ocupar os principais cargos municipais acaba criando uma cultura do não falar sobre o que pode prejudicar os que têm o poder político, portanto o poder de indicar. Esta cultura do não falar existente em Barcarena é reforçado quando as perguntas estão relacionadas a recursos, receitas, despesas, obras realizadas ou não.

Fico imaginando quanta pressão sofrem os auditores dos tribunais de contas dos municípios, estados e da união quando tem que realizarem estes serviços em municípios onde não existe um compromisso de prestação de contas. Em nossa pesquisa de campo foram entrevistadas uma vereadora e ex-agente distrital do murucupi, um diretor do departamento de tributos da secretaria municipal de finanças, um secretario municipal de planejamento, um agente distrital interino do murucupi além de seis representantes dos movimentos sociais de Barcarena. A esta relação acrescenta-se tantas outras autoridades municipais e representantes de movimentos sociais que alegaram “problemas de agenda” o que inviabilizou nossa entrevista.

O trabalho de campo apresentou várias dificuldades que tive que superar, dentre as quais o registro fotográfico, onde algumas fotos tiveram que ser tiradas de dentro do carro em movimento, pois em muitos dos lugares visitados não é permitido o registro fotográfico. O mais difícil foi mesmo coletar os pontos (obras) de GPS para a confecção de um mapa temático, que devido o pouco tempo de espera da coleta os dados foram perdidos. Para se fazer esta coleta é necessário, se ligar o GPS e esperar algum tempo para a localização dos pontos via satélite, como várias obras não seria oficialmente permitida a coleta foi necessário uma coleta rápida.

A idéia do primeiro capítulo, é discutir sobre a dinâmica municipal a partir de seus aspectos populacionais, econômicos, e das finanças públicas durante as décadas de 1970 e 1980. O objetivo central deste capítulo é procurar entender como estava constituído o território barcarenense antes do projeto Albrás-Alunorte.

Tendo como referência os censos demográficos de 1970 e 1980 procuramos mostrar as transformações na dinâmica populacional no território de Barcarena. Estas transformações perpassam por diversos setores dentre os quais o aumento da população e o êxodo rural crescente em todo o período analisado. No que se refere dinâmica econômica tivemos como referências principais, os dados dos censos agropecuários, industriais e de serviços de 1970 e 1980 além de Tourinho (1991).

A análise desses dados mostrou as transformações pelas quais passaram a agricultura, a indústria e os serviços durante as décadas de 1970 e 1980. Aqui destacamos a retração da importância da agropecuária que cedeu lugar para a indústria seguido pelo serviço. Em seguida é analisada a dinâmica das finanças públicas de Barcarena durante as décadas de 1970 e 1980 onde tomamos como referência os dados da secretaria de economia e finanças do ministério da fazenda.

Estes dados apontam que o município apresentava uma grande dependência das receitas de transferências da união e estado, o que mostra a baixa presença de atividades econômicas no município no período analisado. Esta grande dependência das receitas de transferências é superada pela primeira vez em 1982 onde as receitas próprias superam as de transferências.

No segundo capítulo, procuro analisar como se deu a implantação dos projetos de beneficiamento mineral e as transformações sócio territoriais em Barcarena. Estas empresas de beneficiamento mineral (Pará Pigmentos, Imerys Rio Capim Caulim, Albrás e Alunorte) são aqui estudadas a partir da geração de empregos, investimentos realizados em projetos sociais e de meio ambiente e os impostos gerados no período de 2002-2005.

Cabe destacar que o espaço temporal aqui analisado 2002-2005 compreende a execução do plano plurianual de Barcarena elaborado pela gestão do prefeito Laurival Cunha (2001-2004). Este período (2002-2005) contempla os três últimos anos do primeiro mandato (2001-2004) e o primeiro ano do segundo mandato (2005-2008) do referido prefeito.

São os impostos recolhidos das empresas de mineração que contribuem para a dinâmica das finanças públicas municipais no período de 2002-2005. Esta análise toma como referência os dados da secretaria do tesouro nacional no que diz respeito às receitas, despesas e a relação entre ambas. Em seguida tratamos da alocação destas receitas e a comparação com o plano plurianual (2002-2005).

Na comparação entre o plano de governo aqui representado pelo plano plurianual e a execução realizada pelo executivo local, existe uma grande diferença. Estas diferenças são bastante substanciais, pois parece que o planejamento fiscal só existe para o cumprimento da exigência das instituições de controle e fiscalização, onde é visível a diferença entre o planejado e o executado.

No que se refere à receita executada tomamos como base as obras físicas descritas no PPA para a devida análise. Estas obras foram visitadas em trabalho de campo, onde foi possível constatar a sua execução ou não.

No terceiro capítulo, procuro abordar o desenvolvimento local a partir das visões e lutas dos movimentos sociais de Barcarena. No primeiro item são feitas algumas considerações conceituais acerca do desenvolvimento local. Em seguida abordamos a questão dos movimentos sociais no que se refere a sua caracterização, atuação e relação destes com o poder local. Em nossa pesquisa procuramos entender de que forma os movimentos sociais tem participado da gestão de obras físicas ou não.

Finalmente são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

1- DINÂMICA MUNICIPAL EM BARCARENA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980.

O presente capítulo tem como objetivo, abordar a dinâmica municipal durante as décadas de 1970 e 1980. As discussões aqui apresentadas têm como aspectos de investigação, a população, a economia e as finanças municipais durante o período anteriormente citado. Com este capítulo pretendemos mostrar como estava organizado, o município antes dos projetos de beneficiamento mineral.

O ano de 1973 marca em escala mundial a crise do petróleo, na escala local representou a oportunidade para o município de Barcarena tornar-se um grande beneficiador mineral na Amazônia. Naquele ano, o Japão vinha passando por vários problemas no seu parque industrial em função da elevação dos preços do petróleo usados em suas plantas industriais inclusive as de alumínio. A solução para a questão seria encontrar locais nos países periféricos que dispusessem de energia barata, matéria- prima abundante, mão-de-obra qualificada e legislação ambiental pouco rigorosa. Barcarena município localizado na microrregião de Belém⁶ tinha apenas 17.498 habitantes, onde 79,12% de sua população economicamente ativa estava na agropecuária, seria totalmente transformado com a implantação de um grande complexo industrial para o beneficiamento da bauxita em alumínio cujo destino final seria a exportação, principalmente, para o Japão grande consumidor desse metal.

A Barcarena da década de 1970, não tinha condições técnicas financeiras e infra - estrutura para absorver um empreendimento de grande porte como este, sem a atuação direta no território dos sócios do projeto, ou seja, os governos do Brasil e do Japão e outras parcerias aglutinadas ao empreendimento, não seria possível a sua efetivação. Enquanto ocorriam as discussões técnicas para a viabilidade do empreendimento, a população local levava uma vida típica de uma localidade Amazônica, pautada na agropecuária.

⁶ O município de Barcarena está localizado na mesorregião metropolitana de Belém e na microrregião de Belém juntamente com os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Barbara do Pará. Possui uma área territorial de 1.316,2 km cuja instalação do município acontece em 1943. (IBGE, 2008).

1.1- DINÂMICA TERRITÓRIAL POPULACIONAL EM BARCARENA DURANTE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980.

As transformações territoriais e populacionais em Barcarena foram mais intensas no distrito de Murucupi, recorte espacial escolhido para obrigar as instalações do projeto, porto, fábrica, além da company town de Vila dos Cabanos. Os moradores ali estabelecidos em Vila do Conde, Ponta da Montanha e Itupanema constituíam-se de pequenos agricultores, pescadores e caçadores, onde existia uma grande relação com os recursos naturais de onde retiravam o seu sustento. Tratava-se de localidades, que mantinham uma forte ligação com a terra e o rio de onde tiravam o necessário para a sua sobrevivência. A sede municipal de Barcarena era um pequeno povoado de 1.810 habitantes (IBGE, 1970).

A Barcarena anterior ao projeto tinha no seu arranjo espacial a Vila do Conde (berço do município), localidade que data do século XVIII, onde os padres jesuítas haviam fundado uma aldeia e catequizado os índios “Mortigura”, Itupanema (vila tradicional de pescadores), Barcarena e São Francisco (antiga sede municipal), até 1952. São Francisco por está localizado em um sítio geográfico inapropriado, pouco se desenvolve, ficando o local isolado e estagnado durante muito tempo, até ter a sede municipal transferida para um novo sítio as margens do rio Murucuça com o igarapé Aipim. Em 1970 os núcleos urbanos existentes em Barcarena apresentavam um contingente populacional pequeno, sendo o mais expressivo povoado urbano o da sede municipal, Barcarena, criado em 23 de agosto de 1952 para ser a nova sede municipal, uma vez que, a sede administrativa estava no povoado de São Francisco cuja localização apresentava péssimas condições de acessibilidade fluvial, haja vista que, os rios eram as principais vias de comunicação. Vila do Conde com 578 habitantes em 1970 (IBGE, 1970) tinha a sua ocupação restrita ao entorno da igreja de São João Batista, localizada na avenida Beira Mar (Lauro Sodré) e avenida Santarém, constituindo - se em uma vila tradicional de pequenos agricultores, caçadores e pescadores. São Francisco e Itupanema apresentavam semelhantes características populacionais e econômicas.

A partir de 1977 com os trabalhos no local onde seria instalado o complexo industrial, houve um grande fluxo migratório para o entorno do grande projeto principalmente para o distrito de Murucupi. De acordo com dados oficiais do IBGE (1970, 1980) e da SUCAM (1989), Vila do Conde, apresentou um crescimento de 5,26% entre 1970 e 1980, ou seja, este período compreende a localidade antes do projeto e 1980, período inicial de execução das primeiras obras do porto e das plantas industriais da Albrás. Neste período, a Vila sofreu um grande impacto demográfico com a chegada de trabalhadores e operários para os canteiros de

obras do projeto. A referida vila passou de 578 habitantes em 1970 para 965 habitantes em 1980. Conforme demonstra a tabela 01.

Já o período de 1980 - 1989 a Vila registrou, um aumento populacional em apenas nove anos de 14, 76%. Tal crescimento demográfico, não foi acompanhado de um planejamento por parte das autoridades federais, estaduais, e municipais; o que certamente representou um impacto direto sobre os serviços públicos existentes no local, além de outros serviços que precisavam ser urgentemente criados para atender a este fluxo migratório que ali não parava de chegar. No período de 1980 - 1989, houve em Vila do Conde uma mudança nos valores familiares, com a chegada ao núcleo de um contingente populacional quase sempre de migrantes e do sexo masculino, o que demandou a abertura inclusive de casas noturnas na Vila do Conde onde vários pais viram suas filhas se prostituírem.

A sede municipal no período de 1970 – 1980 apresentou um crescimento populacional, de 12,21% bem superior ao de Vila do Conde. A condição de sede administrativa municipal, com a existência a época dos melhores serviços públicos e de maiores chances de emprego, tornou-se um fator de atração populacional para os migrantes que chegavam ao município. De acordo com TOURINHO (1991, p.284) no período de 1980 a 1989, o crescimento do núcleo urbano de Barcarena ficou em 11, 04%, o que representa um impacto sobre os serviços existentes na cidade como educação, saúde saneamento básico, iluminação pública dentre outros.

São Francisco sede municipal até 1952, cujos dados desagregados do município são inexistentes no censo de 1970, atinge 332 habitantes em 1980 e 1.409 em 1989 cujo crescimento no período totaliza 17, 42% o que certamente tem fortes relações com a implantação do projeto Albrás – Alunorte. Em Vila de Itupanema, onde também inexitem dados desagregados no censo de 1970, a Vila atingiu 404 habitantes em 1980 e 441 em 1989, o que representou um crescimento de 0, 98% no período analisado.

Tabela 01- Aglomerações populacionais de caráter urbano anteriores ao projeto Albrás - Alunorte em Barcarena.

<i>Aglomerações</i>	<i>Ano/População</i>			<i>Crescimento anual</i>	
	1970	1980	1989	1980/1970	1989/1980
Barcarena	1.810	5.731	14.706	12,21	11,04
Vila do Conde	578	965	3.332	5,26	14,76
São Francisco*	-	332	1.409	-	17,42
Itupanema*	-	404	441	-	0,98

Fonte: Tabela reelaborada pelo autor a partir de Tourinho (1991, p.284).

*Inexistem dados desagregados de São Francisco e Itupanema referente a 1970.

Segundo dados do censo demográfico de 1970 do IBGE, Barcarena apresentava uma reduzida população na década de 1970 de 17.498 habitantes, dos quais apenas 2.388 residiam na zona urbana e 15.110 habitantes residiam na zona rural, ao longo dos rios, estradas, sítios.

O censo demográfico do IBGE de 1980 registra a redução da população rural e um crescimento da população urbana em relação ao censo demográfico do IBGE de 1970. Em 1970 a população urbana, era de 2.388 habitantes, em 1980 esses números tinham crescido aproximadamente três vezes, atingindo 6.700 habitantes, o que representou um crescimento no período de 180,57%. Em contrapartida temos um efeito contrário com a população rural que diminuiu cerca de 11,84% no período analisado; decrescendo de 15.110 habitantes em 1970 para 13.321 em 1980.

Nos anos de 1970 o crescimento demográfico municipal foi de 13,6%, com um crescimento anual de 1,36%. Durante a referida década a população local passou de 17.498 habitantes em 1970, para 20.021 habitantes em 1980. Esse crescimento foi maior a partir da segunda metade dos anos setenta com as primeiras desapropriações que se processaram no local.

Na década de 1980, o crescimento demográfico foi de 78,4%, com um crescimento anual de 7,84%. Nesta década a população passou de 20.021 habitantes em 1980, para 45.991 habitantes em 1991. Esse aumento demográfico é justificado pela forte atração populacional por empregos que o projeto exerceu no estado e fora do Pará. Em 1983, começam os primeiros trabalhos para a construção das plantas da Albrás e do Porto de Vila do Conde. Durante este período outras obras de infra - estrutura (estradas, núcleo urbano de Vila dos Cabanos, atracadouros etc.) também funcionou como atrativos de pessoas que chegaram a Barcarena na tentativa de encontrarem empregos abertos nas diversas frentes de trabalho do projeto. Parte dessa população de chega ao município se aglomera no entorno do projeto, principalmente em São Francisco que apresentou um crescimento populacional de 156,78% entre 1980-1989, Vila do Conde com crescimento de 132,84% e a sede de Barcarena cuja população urbana cresceu 99,36% no mesmo período como demonstra TOURINHO (1991, p.284).

Nos anos de 1990, o crescimento demográfico municipal diminuiu em relação a década anterior. Neste período, a população passa de 45.946 habitantes em 1991 para 63.259 em 2000, que o representou um crescimento no período de 40,42%. Nos anos noventa os projetos do setor de caulim entram em funcionamento em Barcarena (Pará Pigmentos e Imerys Rio Capim Caulim) o que veio contribuir para aumentar, a atração populacional, quer seja na fase

de construção das plantas industriais e do porto de embarque e desembarque das empresas, quanto pelos empregos efetivos que seriam gerados nas duas empresas no município. Esse processo é ampliado com a inauguração da Alunorte em 1985.

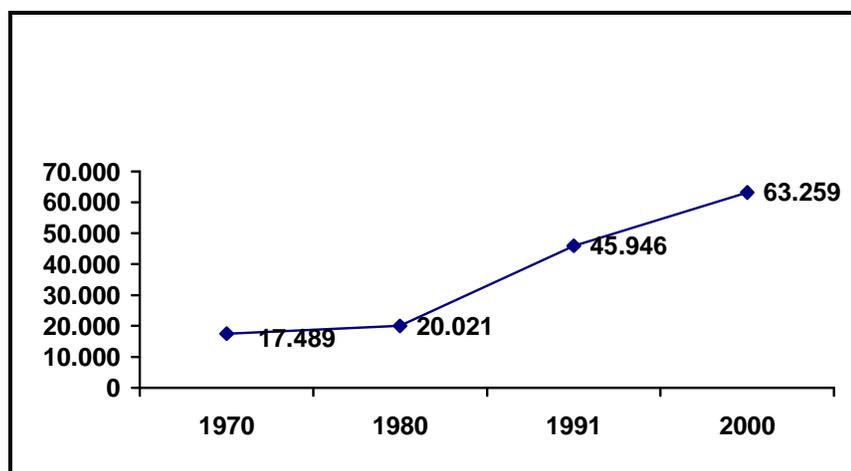
Tabela 02- Caracterização da população de Barcarena (1970-2000).

<i>População</i>				<i>Taxas de crescimento anual</i>			<i>Dens. Demog.</i>
1970	1980	1991	2000	<i>(%)</i>			
				1970/80	1980/91	1991/00	<i>(hab./km)</i>
17.498	20.021	45.946	63.259	1,36	7,84	3,62	48,06

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000.

Os dados acima trabalhados em forma de gráfico demonstram essa evolução da população em Barcarena no período de 1970 a 2000. Essa evolução é mais intensa a partir da década de oitenta, permanecendo em crescimento até o ano de 2000 conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 01- Evolução da população de Barcarena (1970-2000)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Essa evolução da população mais que duplica entre 1980-1991. Segundo os dados acima apresentados, Barcarena passou por um processo acelerados de crescimento populacional, onde os projetos de mineração funcionaram como um atrativo para os migrantes que para o município se deslocaram em busca de melhores condições de vida.

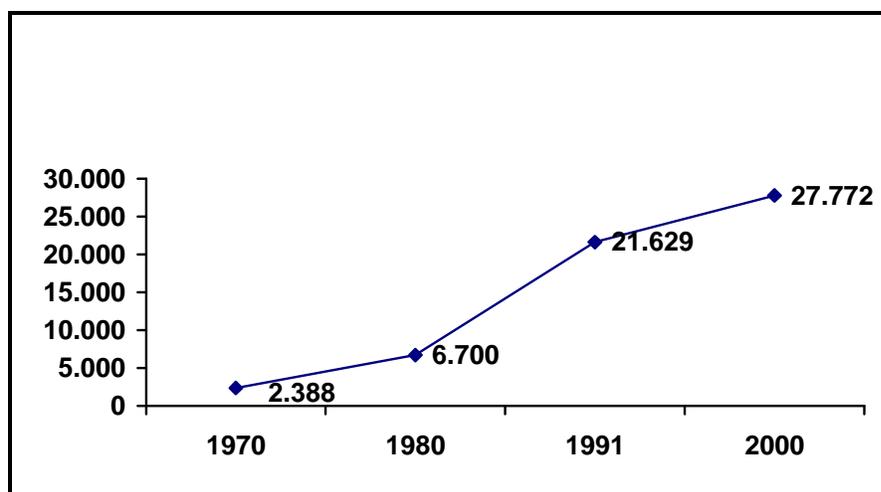
Na década de 1970 registra-se um aumento da população urbana do município de 2.388 habitantes em 1970 para 6.700 em 1980. Essa população começa a crescer a partir de 1977,

com as desapropriações na orla litorânea do distrito de Murucupi destinado ao complexo industrial Albrás - Alunorte.

Durante a década de 1980 a população urbana municipal mais que triplica, passando de 6.700 habitantes em 1980 para 21.629 em 1991. Esse crescimento é resultado do deslocamento interno da população municipal que se desloca da zona rural para a zona urbana e da chegada de novos migrantes ao município que preferem os núcleos urbanos para fixarem residências.

Nos anos de 1990 o crescimento da população urbana local é menor que na década anterior passando de 21.629 habitantes em 1991 para 27.772 habitantes em 2000, neste período a população urbana cresce apenas 6.143 habitantes, conforme demonstra o gráfico abaixo.

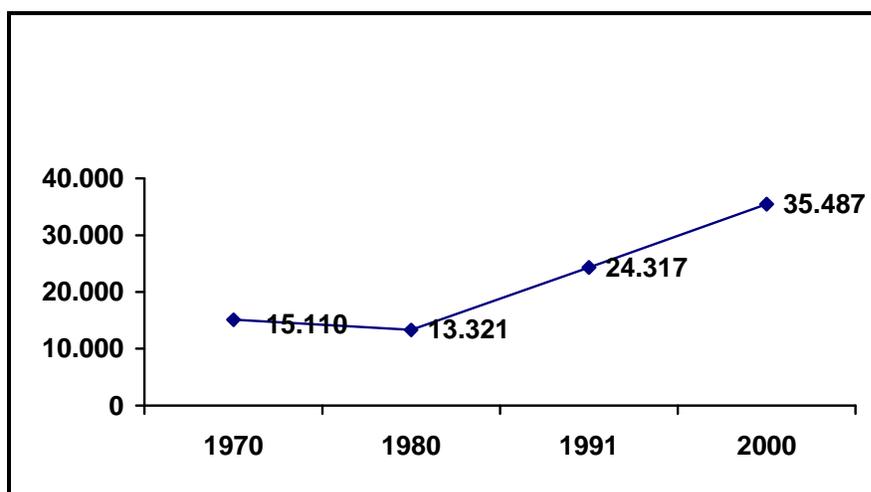
Gráfico 02- Evolução da população urbana de Barcarena (1970-2000)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1991 e 2000.

Na década de 1970, a população rural municipal decresce passando de 15.110 habitantes em 1970 para 13.321 habitantes em 1980. Esse fato é explicado pelas transformações sócio – econômicas, pelas quais passava o Brasil e o município. Com a adoção de novos valores e acesso a novos serviços a população rural passa a deslocar-se para a zona urbana tida como um lugar de acesso mais fácil a serviços como educação, saúde, habitação etc.

Nas décadas de 1980 e 1990 a população rural municipal cresce no período em análise, o que pode ser observado no gráfico 03.

Gráfico 03- Evolução da população rural de Barcarena (1970-2000)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Neste sentido, a análise do comportamento da população rural demonstra as transformações pelas quais passou o município, pois a mudança na base econômica municipal teve fortes reflexões na sua população.

1.2- DINÂMICA ECONÔMICA EM BARCARENA DURANTE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980.

O indicativo da existência de uma população rural superior a urbana mostra que a economia municipal também estava pautada na agropecuária, no extrativismo e na pesca.

Em 1970, segundo informações do IBGE, 79,12% da população economicamente ativa do município estavam empregados no setor primário da economia, 8,45% no secundário em atividade industrial e apenas 12,43% no setor terciário espalhado em diversos, serviços.

Com o impacto do anúncio e os primeiros trabalhos do complexo industrial em 1980, o setor primário tinha reduzido para 59,51% o setor secundário cresceu para 20,0%. Portanto, mais que dobraram as atividades industriais no período analisado, resultados estes ligados diretamente ao complexo industrial ora em obra e o conseqüente crescimento do setor terciário com a prestação de serviços que atingiram 20,09% em 1980. A tabela 03 detalha a população economicamente ativa em 1970-1980.

Tabela 03- População economicamente ativa segundo o setor de atividade em Barcarena (1970-1980)

<i>Setor de atividades</i>	<i>1970</i>		<i>1980</i>	
	<i>Quantidade</i>	<i>(%)</i>	<i>Quantidade</i>	<i>(%)</i>
<i>Agropecuária, extrativismo vegetal e pesca.</i>	3.978	79,12	3.119	59,91
<i>Com. De mercadorias</i>	263	5,23	404	7,76
<i>Indústria</i>	425	8,45	1.041	20,00
<i>Transp. e comunicações</i>	85	1,69	189	3,63
<i>Prestação de serviços</i>	120	2,39	168	3,23
<i>Atividades Sociais</i>	74	1,47	190	3,65
<i>Administração Publica</i>	43	0,85	84	1,61
<i>Outras Atividades</i>	40	0,80	11	0,21
<i>Total</i>	5.028	100,00	5,206	100,00

Fonte: Tabela re-elaborada pelo autor a partir de Tourinho, 1991, p.162.

Durante a década de 1970 e 1980 a agropecuária constituía-se na principal fonte de trabalho e renda para a população local a principal explicação para este fenômeno é que a população estava concentrada no meio rural.

Tabela 04- Culturas permanentes e quantidades dos principais produtos em Barcarena (1970/1980)

<i>Abacate</i>		<i>Banana</i>		<i>Cacau</i>		<i>Coco</i>		<i>Laranja</i>		<i>Manga</i>		<i>Pim.do reino</i>	
<i>(mil frutos)</i>		<i>(mil frutos)</i>		<i>(toneladas)</i>		<i>(mil frutos)</i>		<i>(mil frutos)</i>		<i>(mil frutos)</i>		<i>(toneladas)</i>	
1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
52	27	58	49	52	159	29	61	317	346	6	299	89	-

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários: Pará 1970/1980

Os dados acima demonstram que algumas culturas tiveram uma redução de produção no período analisado como o abacate, banana, outros ampliaram a sua produção como o cacau, coco, laranja, manga. A cultura da pimenta do reino não teve registro no censo de 1980, o que fica difícil uma avaliação de sua evolução.

Tabela 05- Culturas temporárias e quantidades dos produtos em Barcarena (1970/1980)

<i>Abacaxi</i> <i>(mil frutos)</i>		<i>Arroz</i> <i>(toneladas)</i>		<i>Cana de Açúcar</i> <i>(toneladas)</i>		<i>Feijão</i> <i>(toneladas)</i>		<i>Mandioca</i> <i>(toneladas)</i>		<i>Milho</i> <i>(toneladas)</i>	
1970	1980	1870	1980	1970	1980	1970	1980	1870	1980	1970	1980
202	157	315	255	11	86	500	1	7.688	17.137	291	450

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários: Pará. 1970/1980.

Em relação às culturas temporárias foi confirmada a redução da produção notadamente no abacaxi, arroz, feijão, onde a interligação da região a economia nacional passou a abastecer a região com uma produção agrícola produzida principalmente no Sul e Sudeste do país, onde a produção local por praticar uma atividade com pouco incremento tecnológico perde espaço e mercado para a produção extra regional. Açúcar, mandioca, e milho tiveram a sua produção ampliada, com destaque para a mandioca, matéria prima da farinha regional que passou a partir dos anos 1980 a ser exportada para outros mercados.

A indústria municipal durante a década de 1970 era bastante reduzida e estava concentrada nos setores oleiro – cerâmico, com 08 estabelecimentos, produtos alimentares com 02 estabelecimentos; madeiras com 01 estabelecimento, metalurgia com 01 estabelecimento, o que produzia um total de 12 estabelecimentos industriais em Barcarena. Na década de 1980 houve a redução da metade dos estabelecimentos oleiro, cerâmica, e o de metalurgia e uma ampliação de indústrias de produtos alimentos para 3 estabelecimentos, o de extração de minérios e um elevado crescimento do ramo de madeiras com destaque para o crescimento de atividades de serrarias, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 06- Número de estabelecimentos industriais segundo o gênero em Barcarena (1970-1980)

<i>Discriminação</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>
Produtos minerais não metálicos	08	04
Matérias de transporte	-	02
Madeiras	01	12
Mobiliário	-	-
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos.	-	-
Produtos alimentares	02	03
Bebidas	-	-

Metalúrgicas	01	-
Mecânicas	-	-
Couros, peles e produtos Similares.	-	-
Editorial e gráfica	-	-
Extração de minerais	-	01
Diversos	-	-
Total	12	22

Fonte: IBGE. Censos Industriais: Pará, 1970/1980.

O setor de serviços da economia de Barcarena na década de 1970 era bastante incipiente, com poucos serviços que eram disponibilizados para os habitantes locais. Em 1970 o município não disponibilizava nenhum estabelecimento atacadista registrado, no que se refere ao comércio varejista conta com 55 estabelecimentos registrados. Em 1980, o município tinha 01 estabelecimento atacadista e 270 estabelecimentos varejistas com registro, o que representou uma variação de 392,73% de crescimento dos estabelecimentos comerciais em Barcarena.

Esse aumento em parte reflete os impactos econômicos que os projetos da construção da Albrás e Alunorte e outras infra - estruturas tiveram no comércio local. Com a chegada dos operários que trabalhariam na construção do complexo houve um crescimento da procura por mercadorias e serviços de primeira necessidade como alimentação e hospedagem dentre outros, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 07- Número de estabelecimentos comerciais por classe de comércio em Barcarena (1970/1980)

<i>Atacadista</i>		<i>Varejista</i>		<i>Total</i>		Variação (%)
1970	1980	1970	1980	1970	1980	
-	01	55	270	55	271	392,73

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de Tourinho (1991, p.138).

Em 1970 o setor de serviços municipais existentes era bastante reduzido, com a presença de poucos estabelecimentos registrados. Em 1980, esses números ampliam consideravelmente. A tabela 08 demonstra as mudanças nos estabelecimentos de serviços prestados no município entre 1970-1980. Estes dados apresentam um crescimento de todos os serviços listados, que passaram de 02 para 44 estabelecimentos o que por si só indica uma potencialização do setor, tendo as atividades minerais participação direta neste processo.

Tabela 08- Número de estabelecimentos da prestação de serviços, segundo a classe de serviços em Barcarena (1970/1980)

<i>Classe de serviços</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>
Serviços de alojamento e alimentação	01	33
Serviços de reparação, manutenção e confecção.	01	07
Serviços de higiene pessoal	-	01
Serviços de diversões, rádio fusão, televisão e de promoção de espetáculos artísticos.	-	02
Diversos	-	01
Total	02	44

Fonte: IBGE. Censos de Serviços. Pará. 1970/1980.

Em Barcarena as transformações da economia nas décadas de 1970 e 1980 foram bastante acentuadas, com a implantação da indústria de grande porte no município aqui representada pelo setor mineral foram responsáveis pelas maiores transformações econômicas da história do município.

1.3- DINÂMICA DAS FINANÇAS PÚBLICAS EM BARCARENA DURANTE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980.

O objetivo deste item é analisar a dinâmica das finanças públicas de Barcarena, a partir do anúncio do acordo Brasil-Japão de construir no município um complexo de alumínio de grande porte e o impacto que esta decisão acarretou nas finanças municipais a partir do início das obras de infra - estrutura do projeto através do Porto de Vila do Conde, plantas industriais, estradas de acesso ao complexo, Vila dos Cabanos etc. Todas essas ações tiveram um rebatimento nas finanças locais, que cresceram acima dos municípios de sua microrregião.

Para DALTON (1972, p. 29), “A palavra finança significa assuntos de dinheiro e sua administração. Já o termo finanças públicas constituem os assuntos de dinheiro público”.

Neste sentido, as finanças públicas tratam dos assuntos ligados ao dinheiro arrecadados dos cidadãos ou recebidos através das transferências das outras esferas do governo (federal ou estadual). Estas estão ligadas fundamentalmente a receitas (ingressos) e a despesas (saídas) e a gestão desses recursos por parte do gestor público.

Segundo DALTON (1972, p. 31), “em finanças públicas, a principal divisão se faz entre receita e despesa públicas, que formam os dois ramos simétricos do assunto”.

As finanças públicas municipais estão divididas entre receitas e despesas. A receita é todo dinheiro recolhido pela prefeitura dos cidadãos através de pagamentos, principalmente de impostos e taxas. Enquanto que as despesas são as aplicações das receitas dos diversos programas e projetos que o executivo local mantém. A receita municipal própria constitui-se da soma de todos os recursos financeiros, que ingressam no tesouro municipal. Estes recursos são provenientes da arrecadação própria, dos tributos de competência do município e de transferência dos governos estadual e federal.

As receitas próprias municipais são o IPTU, ISS, ITBI e Taxas sob a responsabilidade direta de arrecadação municipal.

O IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) é o mais conhecido dos impostos municipais, são pagos pelos contribuintes tendo como base de cálculo, o valor total dos bens prediais imóveis. Está previsto no Artigo 156, inciso I da constituição Federal de 1988.

O ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), mais conhecido como imposto sobre serviços surgiu com esta caracterização pela emenda constitucional nº 18 de 1965, artigo 15, mantendo se até o presente momento.

O ITBI (Imposto Sobre a Transmissão Intervivos) é um imposto cobrado sobre a transmissão de bens imóveis, é cobrado na transmissão de propriedades efetuadas entre pessoas (intervivos) e nas transferências de propriedade ocorridas por motivo de herança ou de sucessões (causa mortis). Atualmente, o município recolhe o ITBI intervivos e o Estado ITBI causa mortis.

As taxas (Utilização de serviços públicos e exercícios do poder de polícia), são taxas cobradas dos contribuintes locais, principalmente, na forma de licença que são expedidas pelo município em favor de terceiros para a realização de diversas atividades.

As receitas de transferências são receitas que o município recebe dos governos do estado e da união pela participação do município na arrecadação feita pelo estado e união cuja normatização está prevista na constituição federal do Brasil.

As receitas transferidas da união aos municípios são o FPM, a LC 89\96(Lei Kandir), o SUS, o FUNDEF, e o FNDE.

O FPM (Fundo de Participação dos Municípios) é um imposto arrecadado de 22,5% da arrecadação do imposto de renda e do imposto sobre produto industrializado. Sua distribuição é feita de acordo com o número de habitantes municipais. Os repasses obedecem ao valor da cota-parte dos municípios publicados pelo TCU, com base no IR (Imposto de Renda) e IPI (Imposto de Produtos Industrializados) e a população informada pelo IBGE.

As receitas transferidas do estado aos municípios são o ICMS, o IPVA fundamentalmente.

O ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) trata - se de um imposto constitucional cobrado sobre operação relativa a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Aos municípios são repassados 25% de total da arrecadação de acordo com o índice de participação do município no montante desse tributo. O ICMS é maior imposto do Brasil.

O IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) é recolhido dos veículos pelo estado e repassado a cota parte do município de acordo com o valor arrecadado no município.

As décadas de 1970 e 1980 constituem - se em um recorde temporal que marca profundamente o impacto da instalação de um grande projeto nas finanças locais do município de Barcarena. O comportamento da receita própria no período de 1976 a 1982 foi crescente em todo o período, conforme demonstra a análise abaixo subsidiada por dados do ministério da fazenda.

Em 1976 as finanças públicas Barcarena, era semelhante a quase totalidade dos municípios amazônicos. Com uma receita própria reduzida, o município dependia das receitas de transferências constitucionais do estado e da união. Neste ano, a receita própria (IPTU, ISS, TAXAS) do município foi da ordem de vinte e dois mil cruzeiros. Vale destacar que a arrecadação do IPTU, era praticamente nula e o ISS bastante pequeno em função de tratar-se de um município de base agrícola. Já as receitas de transferências eram bastante significativas se comparadas com as receitas próprias. As transferências neste ano foram da ordem de oitocentos e cinquenta e três mil cruzeiros. A soma das receitas próprias e de transferências totalizou oitocentos e setenta e cinco mil cruzeiros. No ano seguinte, houve um crescimento considerável em relação ao ano anterior.

Em 1977 começou as primeiras desapropriações das áreas destinadas ao projeto Albrás - Alunorte, e do Porto de Vila do Conde. Essas desapropriações de moradores do distrito de Murucupi provocaram uma desterritorialização destas populações e sua reterritorialização em novos locais e em novas bases econômicas. Nesse ano a receita própria municipal aumentou para cento e quinze mil cruzeiros, e a receita de transferência para um milhão novecentos e sessenta e cinco mil cruzeiros e um somatório das receitas (próprias e de transferências) de dois milhões, e oitenta mil cruzeiros.

Em 1978, a receita própria municipal mais que quadriplica aumentando para nove milhões duzentos e cinquenta e dois mil cruzeiros, a receita própria continua estável em

relação ao ano anterior , já a receita de transferência cresce aproximadamente quatro vezes, atingindo três milhões oitocentos e trinta e sete mil cruzeiros .

No ano seguinte 1979, houve uma retração das receitas correntes (própria e de transferência) para quatro milhões cento e dezoito mil cruzeiros. Em 1980, há um crescimento vertiginoso das receitas correntes que atingiram treze milhões e cinqüenta e três mil cruzeiros onde as arrecadações de destaque foram os impostos de arrecadação própria do município (IPTU, ISS, TAXAS). Essas arrecadações no referido ano atingiram a somatória de quatro milhões novecentos e noventa e nove mil cruzeiros.

Em 1981, a receita corrente mais que duplica; chegando a vinte e sete milhões oitocentos e um mil cruzeiros com uma receita própria de nove milhões e quatrocentos e trinta e quatro mil cruzeiros.

Finalmente em 1982, as receitas corrente dispararam, atingindo sessenta e oito milhões seiscentos e noventa e cinco mil cruzeiros. Aqui já temos um impacto das obras do complexo portuário e das plantas da Albrás e sua infra - estrutura necessária, o que incidiu no aumento das arrecadações de impostos recolhidos pelo município de Barcarena. O destaque para esse ano fica com a receita própria que contribuiu com mais de 50% desse valor. A receita de arrecadação própria nesse ano foi de trinta e cinco milhões cento e trinta e um mil cruzeiros e a receita de transferência de apenas trinta e três milhões seiscentos e cinqüenta e quatro mil cruzeiros. Pela primeira vez a receita própria é superior a receita de transferência conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 09- Barcarena: Receitas municipais de 1976-1982 (em Cr\$ 1.000).

Discriminação	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
1. Receitas Correntes (Cr\$ 1.000)	875	2.080	9.252	4.118	13.053	27.801	68.695
1.1 Próprias	22	115	115	293	4.999	9.434	35.131
1.2 Transferências	853	1.965	9.137	3.825	8.054	18.367	33.564
2. Receitas de Capital (Cr\$ 1.000)	787	984	3.837	3.641	20.615	23.853	79.234
2.1 Próprias	-	-	25	150	143	-	-
2.1.1 Operações de crédito	-	-	-	-	-	-	-
2.1.2 Outras	-	-	25	150	143	-	-
2.2 Transferências	787	984	3.812	3.491	20.472	23.853	79.234
3. Receitas totais (Cr\$ 1.000) (1+2)	1.662	3.064	13.089	7.759	33.668	-	147.929
4. Despesas Correntes (Cr\$ 1.000)	727	1.537	8.214	4.505	14.963	-	87.078
5. Despesas de capital (Cr\$ 1.000)	933	1.496	4.793	3.750	14.024	-	53.464
6. Despesas Totais (Cr\$ 1.000) (7 + 8)	1.660	3.033	13.007	8.255	28.987	53.007	140.542
Total	3.298	4.286	238	90.124	83.583	176.063	214.504

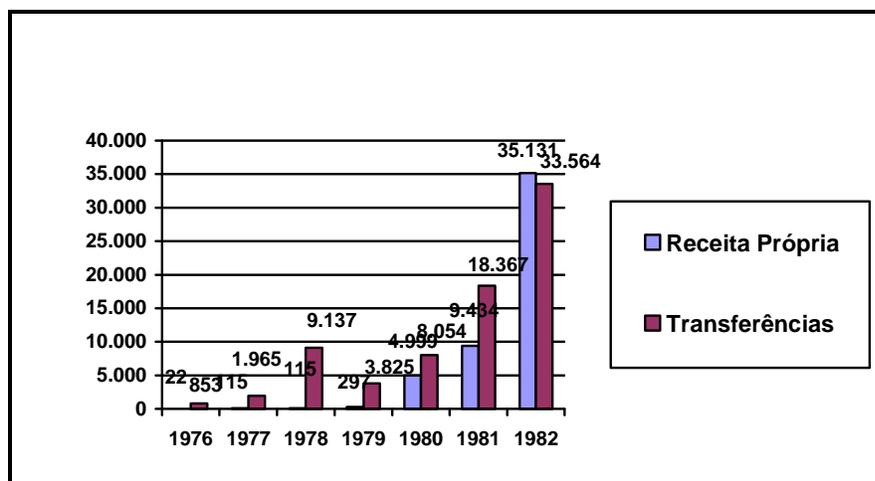
Fonte: Ministério da Fazenda. Secretaria Geral. Secretaria de Economia e Finanças.

Quando estudamos, a relação existente entre receita própria (de arrecadação direta do município) e a receita de transferência (arrecadado pelo estado ou união e repassado a cota - parte do município), constatamos a grande dependência de Barcarena no período em análise dos recursos de transferência estadual e federal. Essa dependência em certa medida demonstra a fragilidade econômica municipal, onde a economia Barcarenense estava pautada na zona rural. Essa situação começa a mudar em 1982, onde pela primeira vez a receita própria (IPTU, ISS, TAXAS) foi superior a receita de transferência.

Com relação às receitas próprias, em 1976 a mesma era de vinte e dois mil cruzeiros, passando para trinta e cinco milhões, cento e trinta e um mil cruzeiros em 1982. Esse crescimento foi mais elevado a partir de 1979, onde as mesmas foram de duzentos e noventa e três mil cruzeiros, no ano seguinte elevando-se para quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil cruzeiros, mantendo crescimento em todo o período seguinte.

Em relação as receitas de transferência da união e estado, a mesma mantém-se superior as receitas próprias com exceção do ano de 1982, onde esta foi inferior a receita própria, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 04- Evolução da receita própria e de transferências de Barcarena de 1976-1982 (em Cr\$ 1.000)

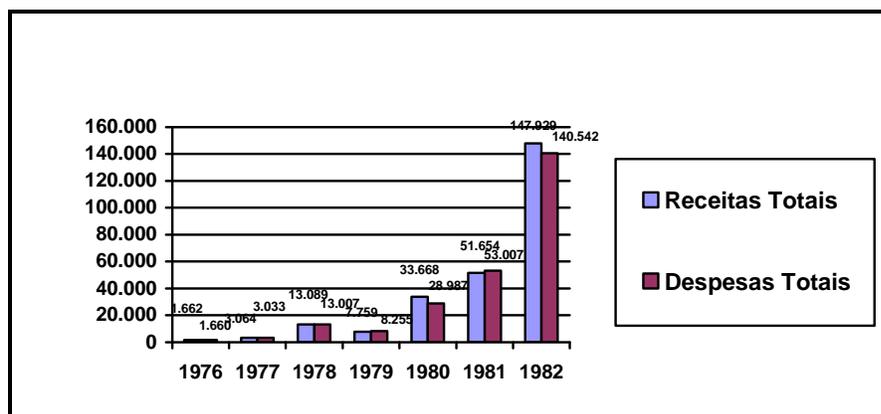


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Ministério da Fazenda. Secretaria Geral. Secretaria de Economia e Finanças.

No que se refere as receitas arrecadadas e as despesas realizadas, constata-se que no período (1976-1982) as receitas superaram as despesas com exceção do ano de 1979. Neste ano, a receita corrente reduziu em relação ao ano anterior e as despesas não acompanharam essa redução da receita, o que fez com que a despesa desse ano fosse superior a receita. Esses dados demonstram o controle das finanças municipais, onde as entradas foram superiores as

saídas de recursos no município, com exceção do ano de 1981, conforme demonstram os dados do gráfico abaixo.

Gráfico 05- Evolução das receitas e despesas totais em Barcarena de 1976-1982 (em Cr\$ 1.000).



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Ministério da Fazenda. Secretaria Geral. Secretaria de Economia e Finanças.

De acordo com os dados acima do ministério da fazenda, o município ampliou a sua receita total passando de um milhão, seiscentos e sessenta e dois mil cruzeiros em 1967, para cento e quarenta e sete milhões, novecentos e vinte e nove mil cruzeiros em 1982. O maior crescimento acontece a partir de 1979, período que coincide com a realização das primeiras obras no distrito de Murucupi. Em 1979, a receita total municipal foi de sete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil cruzeiros, elevando-se no ano seguinte para trinta e três milhões, seiscentos e sessenta e oito mil cruzeiros. Este crescimento demonstra, que o município ampliou a sua receita total em função de uma série de fatores, que estão relacionados com a instalação do projeto Albrás- Alunorte neste período

Com relação as despesas totais, em 1976 a mesma era de um milhão, seiscentos e sessenta mil cruzeiros, elevando - se para cento e quarenta milhões, quinhentos e quarenta e dois mil cruzeiros em 1982. Estas despesas totais ampliaram no período em função que o município passou a ter que arcar com uma série de responsabilidades, em função da chegada de um contingente populacional elevado a Barcarena que passaram a demandar mais serviços prestados pelo município como educação, saúde dentre outros.

Durante as décadas de 1970 e 1980, Barcarena passou por um intenso processo de transformações na sua economia e finanças públicas onde a implantação de projetos de mineração no município teve um caráter central nestas transformações. Estas transformações se intensificam, a partir do funcionamento operacional das empresas de beneficiamento mineral em Barcarena, o que será abordado no capítulo seguinte.

2- PROJETOS DE MINERAÇÃO E FINANÇAS PÚBLICAS EM BARCARENA (2002-2005).

O presente capítulo pretende discutir a implantação de projetos de mineração (Albrás, Alunorte, Pará Pigmentos e Imerys Rio Capim Caulim) e sua importância para o município, no que diz respeito à geração de empregos, investimentos em projetos sociais e de meio ambiente, além da contribuição para o recolhimento de impostos; o que ajuda o município no seu fortalecimento de suas finanças públicas. Em seguida, discutimos a alocação destes recursos na execução de obras pela prefeitura.

2.1 A IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS DE BENEFICIAMENTO MINERAL E AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO TERRITÓRIAS EM BARCARENA.

A década de setenta do século XX, mais especificamente o ano de 1973 marcou profundamente as relações entre as nações produtoras e consumidoras de petróleo. É neste ano que uma forte crise no setor, irá provocar a partir de então um rearranjo territorial no sistema mundial das plantas industriais intensivas em energia. O Japão país que possuía um grande parque industrial altamente demandante de energia foi grandemente afetado pela elevação dos preços do petróleo.

Com a crise o Japão grande consumidor de alumínio começa a fechar as suas unidades industriais do metal primário e a transferir suas unidades para os países periféricos onde o fator energia, mão de obra, legislação ambiental fossem atraentes.

De acordo com Lobo (1996) a reestruturação mundial da industrial do alumínio primário trouxe como consequência a queda do grau de oligopólio das indústrias e a formação de diversas joint-ventures⁷ em países periféricos onde a energia fosse mais barata.

Desta forma em julho de 1976, os governos do Brasil e do Japão assinaram o acordo de cooperação para a construção de um complexo produtor de alumínio no Estado do Pará. No ano seguinte, ou seja, em 1977, começam as transformações territoriais na área com a edição

⁷ As Joint-Ventures internacionais nos países em desenvolvimento permitem que duas ou mais firmas ou grupos econômicos compartilhem a propriedade e as funções dos ativos de capital, os riscos, os lucros e dos processos de tomada de decisões relativas a uma empresa ou um projeto de investimento. Através do envolvimento num empreendimento associada às firmas participante que enquanto tais continuam a manter suas individualidades buscam agrupar suas forças para a realização de novas atividades econômicas. (Lobo 1996. p. 43. apud Zoninsein & Teixeira 1983, p. 600)

do decreto nº 10064⁸ de 24-04-1977 do governo do Estado do Pará que manda desapropriar os 40.000 hectares do polígono onde seria instalado o complexo industrial, segundo observa LEAL, (1982, p. 51).

Estas desapropriações tinham como objetivo assegurar a instalação do distrito industrial, do núcleo urbano de vila dos Cabanos, do complexo industrial (Albrás- Alunorte), do porto de Vila do Conde, além da estação de força e luz. Esta área era ocupada por pequenos produtores rurais que, sobreviviam das atividades da pesca, agricultura, caça e do extrativismo vegetal.

Conforme BARROS (2007, p.183) afirma que:

O decreto atingiu uma população tradicional que vivia nos seus lotes de terra tradicionalmente transferidos de pai para filho. É importante destacar que a ação da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará (CDI) responsável pela desapropriação da área, não se deu de forma pacífica, ao contrário houve bastante resistência e discordância com os valores pagos pelos lotes de terra. Em Vila Murucupi (Vila do Conde) , assim como nas demais áreas , esse processo veio a comprometer toda a produção ali existente.

O processo de desapropriação em Barcarena foi estudado por MAIA & MOURA, (1995, p. 225) que fazem a seguinte observação:

A população atingida aparece no planejamento e ocupação desse espaço, apenas como um entrave, um obstáculo a ser removido para a instalação da modernização da produção. o modelo desenvolvimentista é apresentado como um fenômeno irreversível e ela só é objeto de preocupação pelo Estado porque está ocupando um espaço redefinido pela racionalidade do grande empreendimento.

Em 1978 é constituída a Albrás (Alumínio Brasileiro S.A) reunindo capitais Brasileiros através da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) com 51% das ações e de capitais japoneses da NAAC⁹ (Nippon Amazon Aluminium Co. Lta) com 49% das ações.

Em 1983 iniciam-se as obras de construção da primeira fase da Albrás. No ano seguinte entra em operação as duas primeiras unidades geradoras da usina Hidroelétrica de Tucuruí, responsável pelo abastecimento do complexo alumínico cuja obra foi toda custeada pelo governo federal. Em 1985 acontece oficialmente a inauguração da empresa, que contou com a presença do presidente Sarney. Com a inauguração da Albrás outras empresas seriam instaladas em Barcarena como a Alunorte em 1995 e as empresas do setor de caulim Pará Pigmentos e Imerys Rio Capim Caulim, ambas em 1996. A instalação destas empresas mudou

⁸ Segundo este decreto o polígono é formado pela rodovia PA 151, trecho compreendido entre o Furo do Cafezal e o ponto de interseção com a rodovia PA 403, deste ponto até a localidade de Beja, Rio Pará e Furo do Arrozal. (Tourinho, 1991, p.44).

⁹ A NAAC é formada por um consorcio de 17 empresas Japonesas, entre trading companies, bancos, consumidoras e produtoras de alumínio, e o Japão Bank For Internacional Cooperation, organismo do governo Japonês sendo este o maior participante no consorcio. (Albrás. Balanço Social. 2005)

totalmente o perfil municipal que deixou de ser um município de base econômica agrícola para tornar-se um grande beneficiador industrial de produtos a partir da bauxita e caulim.

Barcarena transformou-se em um município estratégico para a economia paraense. Neste município está localizado, o complexo alumínico (Albrás - Alunorte) e do caulim (Pará Pigmentos e Imerys Rio Capim Caulim) empresas responsáveis pelo beneficiamento mineral no município. A criação desse complexo, que resultou de um acordo bilateral entre Brasil e Japão em 1976, trouxe para o município infra - estrutura, como o porto de Vila do Conde responsável pelo recebimento da bauxita proveniente de Oriximiná, extraído pela MRN e de outros produtos, além de ser usado para a exportação da produção de alumínio e alumina para o mercado externo. A importância do município no contexto da mineração paraense, é de extrema importância, pois o mesmo transformou-se no principal beneficiador mineral do Pará, com ligações com outros municípios no estado.

De Paragominas recebe via mineroduto a produção de bauxita que é utilizada pela Alunorte. De Ipixuna do Pará, o município recebe também via mineroduto o caulim extraído daquele município para ser beneficiado pela Pará Pigmentos e pela Imerys Rio Capim Caulim. A presença dessas atividades de mineração no município tornou possível a existência dos portos localizados no município, ou seja, o de Vila do Conde e da Pará Pigmentos. Através principalmente do Porto de Vila do Conde o município torna-se uma opção para o transporte marítimo a ser afeito no estado com a lenta desativação do Porto de Belém.

No estado do Pará as minas de caulim estão localizadas no município de Paragominas e Ipixuna do Pará. Sua produção é transportada para o município beneficiador de Barcarena, onde existem as plantas industriais das empresas Pará Pigmentos S.A. (PPSA) e a da Imerys Rio Capim S.A – (IRCC), cujo funcionamento dá-se a partir de 1996.

A carta imagem a seguir, elaborada a partir da base cartográfica do plano diretor de Barcarena tem como foco central a sede municipal, as áreas urbanas, as localidades e traçados das principais estradas e rodovias do município. Localizada próximo a capital do Pará, Belém o que permite aos munícipes e empresas aí instaladas acessar os principais serviços existentes na capital do estado. A proximidade da capital foi um fator importante para a escolha do município para receber estes projetos minerais, além do posicionamento do município que está próxima do oceano atlântico, o que facilita o escoamento da produção para o mercado externo principalmente para o Japão, Estados Unidos, França, China dentre outros.

2.2- PARÁ PIGMENTOS S. A: EMPREGOS, INVESTIMENTOS E IMPOSTOS GERADOS NO PERÍODO DE 2002-2003.

Empresa cujas ações majoritárias pertenciam até o ano de 2004 à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com 80,% das ações da empresa, além da Mitsubishi Corporation com 18% e a International Finance Corporation – World Bank com 2% das ações. Em 22 de dezembro de 2004, a CVRD vendeu por R\$ 312,7 milhões sua participação na PPSA para a Caemi Mineração e Metalurgia S.A (CAEMI) que já atua no setor a mais de vinte anos através da CADAM. Esta operação teve como estratégia potencializar a CADAM, que tem uma vasta experiência na comercialização de caulim. A Pará Pigmentos teve suas atividades iniciada em 1996, com uma capacidade de 240 mil toneladas/ano, no momento sua capacidade instalada é de 600 mil toneladas/ano, produzindo no ano de 2002, 475 mil toneladas.

A matéria-prima utilizada pela empresa é proveniente das minas de caulim localizadas no município de Ipixuna do Pará, de onde o mesmo é transportado por um mineroduto de 180 quilômetros de extensão passando pela floresta, cortando rodovias, áreas urbanas e passando por baixo dos rios Acará, Acará Mirim e Moju, além de dezenas de igarapés e várzeas até chegar a planta industrial localizada na ponta da montanha em Barcarena.

Figura 01: Vista da Pará Pigmentos S.A



Foto: Márcio Benassuly, 2008. A Pará Pigmentos está localizada no distrito de Murucupi a oeste de Vila de Conde. No primeiro plano ver-se o rio Pará, onde esta instalada o porto da empresa construído para o escoamento da produção de caulim para o mercado externo.

O caulim é transportado com 40% de água em estado de polpa. Na planta de Barcarena, o caulim é transformado em pó para, posteriormente ser escoado para venda. Sua produção é transportada pelo porto localizado em frente da sua planta industrial que também atende a exportação de caulim da Imerys Rio Capim Caulim (IRCC).

Nosso objetivo inicial era trabalhar o período de 2002-2005, porém com a venda da PPSA em 2004, para a CAEMI, as demonstrações contábeis contratadas pela CVRD de Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, foram mantidas pela CAEMI, que é constituída por quatro empresas (MBR, CADAM, MRS, PPSA). Esta demonstração contábil apresenta ações da empresa de uma forma global, não sendo possível identificar os indicadores do corpo funcional, os impostos recolhidos, os investimentos em cidadania e meio ambiente específicos da Pará Pigmentos.

De acordo com a demonstração contábil da Pará Pigmentos de 2002 e 2003, a empresa possuía 170 empregados no ano de 2002, durante o ano foram admitidos 15 novos trabalhadores efetivos, totalizando em forma de pagamentos quatro milhões quatrocentos e quarenta e nove mil reais

No ano seguinte houve um acréscimo de 17 novos funcionários em relação ao ano anterior, passando a empresa a ter 187 funcionários efetivados em 2003, totalizando três milhões quinhentos e trinta e três mil reais de folha de pagamentos, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 10- Pará pigmentos: indicadores do corpo funcional de 2002 - 2003 (em milhões de reais).

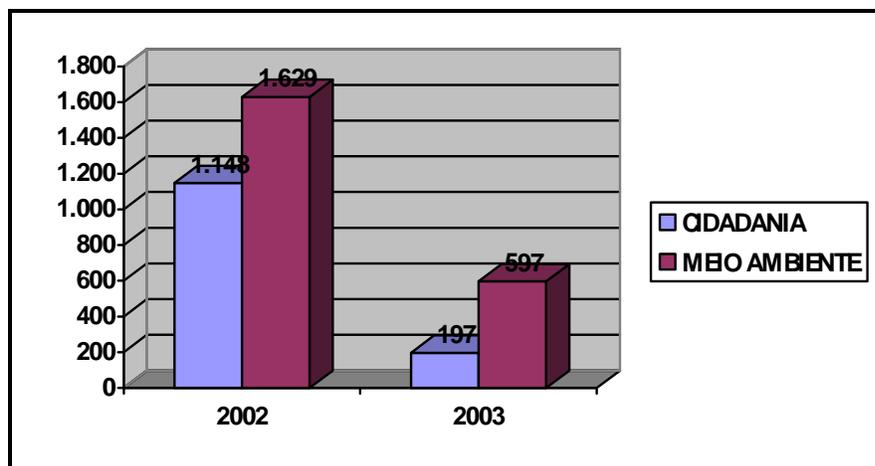
<i>Ano</i>	<i>Empregados</i>	<i>Admissões durante o ano</i>	<i>Folha de pagamento bruta</i>
2002	170	15	4.449
2003	187	36	3.533

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Pará Pigmentos. Demonstrações Contábeis, 2002, 2003.

Com relação aos projetos de cidadania e meio ambiente, em 2002 foi investido em cidadania um milhão cento e quarenta e oito mil reais e em meio ambiente cento e noventa e sete mil reais.

Em 2003 esses recursos aumentaram para um milhão seiscentos e vinte nove mil reais para projetos de cidadania e quinhentos e noventa e sete mil reais investidos em meio ambiente, de acordo com o gráfico 06.

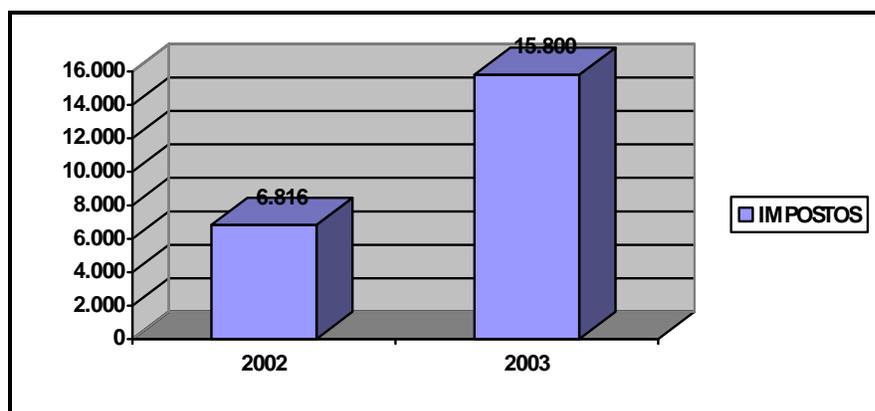
Gráfico 06- Pará Pigmentos: Investimentos em cidadania e meio ambiente de 2002 - 2003. (em milhões de reais).



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Pará Pigmentos. Demonstrações Contábeis, 2002, 2003.

A atividade de beneficiamento de caulim aqui representada pela Pará Pigmentos, gerou em 2002 impostos da ordem de seis milhões oitocentos e dezesseis mil reais, e em 2003 esse valor mais que duplicou atingindo a somatória de quinze milhões e oitocentos mil reais conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 07- Pará Pigmentos: Impostos recolhidos de 2002-2003 (em milhões de reais).



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Pará Pigmentos. Demonstrações Contábeis, 2002, 2003.

Neste item, não conseguimos dados contábeis dos anos de 2004 e 2005, o que fecharia o período focado na pesquisa. Vale destacar que os dados aqui apresentados, foram coletados do site da Vale, que disponibiliza estas demonstrações contábeis de suas empresas coligadas. Das empresas de mineração localizadas em Barcarena, a Pará Pigmentos é a que apresenta uma pequena presença no seu entorno. Em Vila do Conde, a mesma é tida como uma empresa com baixa presença do ponto de vista da responsabilidade social. Encontramos dificuldades para, o acesso desses dados, haja vista, que a empresa não disponibiliza de um canal de divulgação para suas ações, como por exemplo, um site com informações da empresa.

2.3 IMERYS RIO CAPIM CAULIM S. A: EMPREGOS, INVESTIMENTOS E IMPOSTOS GERADOS NO PERÍODO DE 2002-2005

Empresa controlada pelo grupo francês, líder mundial na produção de pigmentos brancos, principalmente caulim e carbonato de cálcio. A Imerys Rio Capim Caulim S.A é uma empresa que faz parte do grupo francês Imerys, presente em mais de 45 países, em todos os continentes segundo informações da Imerys (2008)

De acordo com a Imerys (2006) trata-se de um gigantesco grupo que tem atuação em 45 países com mais de 250 instalações industriais nas Américas, Europa, África, Ásia e Pacífico. Seus negócios estão segmentados em três grupos de negócios que são: a) mineração de performance e pigmento; b) materiais e monolíticas; c) cerâmicas, refratários, abrasivos e filtragens. Segundo informações divulgadas pelo grupo em 2006 seu faturamento no corrente ano foi da ordem de 3.288 euros, distribuídos percentualmente da seguinte forma: 37% (cerâmica, refratários, abrasivos e filtragem), 35% (minerais de performance e pigmentos) e 28% (materiais e monolíticas)

Na Imerys RRC, 99% do caulim produzido é destinado à indústria de papel, para fabricação de papéis especiais. Os produtos da Imerys RRC variam de acordo com o processo aplicado. O caulim é vendido na forma líquida, em pó (podendo ser em sacos de uma tonelada, chamados big bags), ou em aglomerados que formam pedaços de até 10 centímetros, conforme Imerys (2008). O caulim é usado para diversas finalidades pela indústria na fabricação de cerâmicas, porcelanas, cosméticos, materiais de higiene, filtros catalisadores para controle de poluição, plásticos, borrachas, entre outros produtos.

A alta qualidade do caulim extraído pela RCC em Ipixuna permite que ele seja comercializado na mais nobre fatia do mercado: a de revestimento para fabricação de papel especial conforme mostrou um estudo da GAZETA MERCANTIL NORTE (2002, p. 25).

A empresa teve sua produção inicial em 1996 com uma capacidade instalada a época de 250 mil toneladas/ano, passando posteriormente por duas ampliações que elevaram sua capacidade para 600 mil toneladas/ano.

Em 2002 a empresa inaugurou o seu mineroduto com 158 quilômetros de extensão de Ipixuna a sua planta industrial localizada em Vila do Conde em frente ao bairro Industrial que surge no entorno da empresa e da rodovia que dá acesso a esta histórica Vila que data do século XVIII. Antes da construção do mineroduto o caulim era transportado da mina para a planta por via fluvial, por grandes barcaças de aproximadamente 2500 toneladas, percorrendo os rios Capim e Guamá até o porto da empresa em Vila do Conde. A empresa possui a planta industrial de Barcarena (foto abaixo), a unidade de extração de caulim localizada no município de Ipixuna do Pará e um escritório de apoio localizado na capital do estado. A planta industrial de Barcarena é uma das mais modernas da empresa.

Figura 02: Portão principal da Imerys Rio Capim Caulim

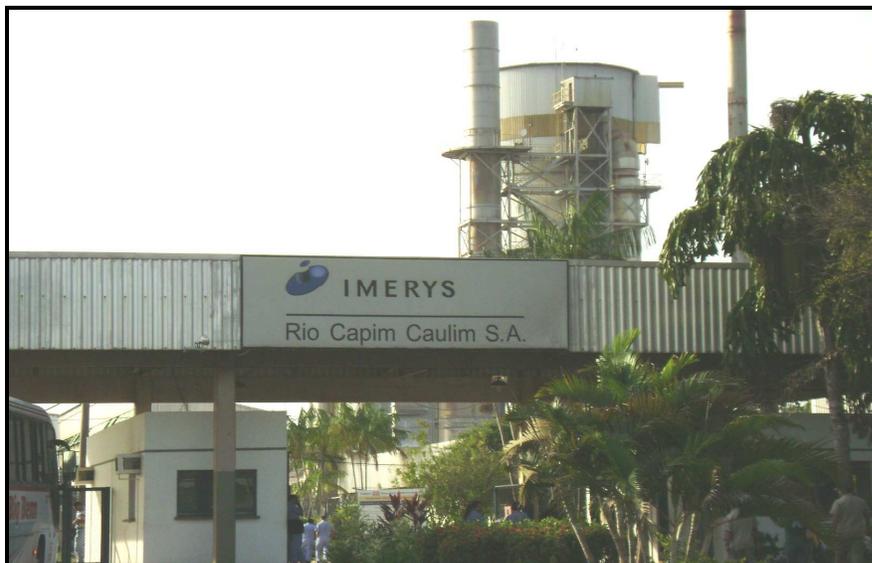


Foto: Márcio Benassuly, 2008. A Imerys Rio Capim Caulim tem seu portão principal de acesso localizado na PA 483 que dá acesso a Vila do Conde. Com a instalação da empresa deve início à ocupação do bairro industrial de Vila do Conde, que surgiu no entorno da empresa.

Como relação a geração de empregos diretos, a Imerys Rio Capim Caulim S.A em 2002 tinha 204 empregados em sua linha de produção, gerando uma folha de pagamentos da ordem de três milhões trezentos e vinte e nove mil oitenta e sete reais e sete centavos.

Em 2003 este corpo funcional subiu para 230 empregados, gerando uma folha de pagamentos de três milhões oitocentos e sessenta e teres mil centos e sessenta e sete reais e trinta e sete centavos. Neste ano, houve um acréscimo de vinte e seis funcionários.

Em 2004, houve um acréscimo de 21 funcionários em relação ao ano anterior, com um corpo funcional de 251 empregados, o que contribuiu para a geração de uma folha de pagamentos de quatro milhões seiscentos e quarenta mil setenta e cinco reais e trinta e oito centavos.

Em 2005, houve um aumento de 37 empregados em relação a 2004. Em 2005, a empresa fecha o ano com 288 empregados e uma folha de pagamentos de seis milhões e seis mil e vinte e seis reais e noventa centavos como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 11 - Imerys: Indicadores do corpo funcional (2002- 2005)

<i>Ano</i>	<i>Empregados</i>	<i>Admissões durante o ano</i>	<i>Folha de pagamento Bruta (em milhares de reais)</i>
2002	204	-	R\$ 3.329.087,07
2003	230	26	R\$ 3.863.167,37
2004	251	21	R\$ 4.640.075,38
2005	288	37	R\$ 6.006.026,90

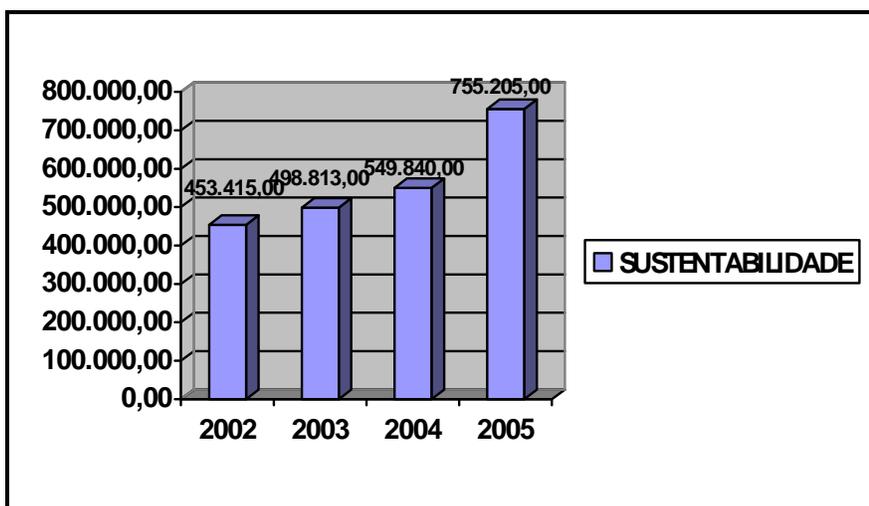
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Imerys. Informações cedidas pelo escritório da empresa em Belém, 2002, 2003, 2004, 2005.

No que refere se aos investimentos em projetos de cidadania e meio ambiente, a empresa não dispõe destes dados separados onde a mesma considera estes investimentos empregados na forma de sustentabilidade. Nestes projetos de sustentabilidade estão incluídos os projetos sociais e de meio ambientes investidos pela empresa.

Em 2002 a empresa investiu quatrocentos e cinquenta e três mil quatrocentos e treze reais. Em 2003 houve um crescimento dos investimentos em sustentabilidade que cresceu para quatrocentos e noventa e oito mil oitocentos e treze reais.

Em 2004, esses investimentos ampliaram para quinhentos e quarenta e nove mil oitocentos e quarenta reais. Em 2005, esses investimentos cresceram para setecentos e cinquenta e cinco mil duzentos e cinco reais, como demonstra o gráfico 08.

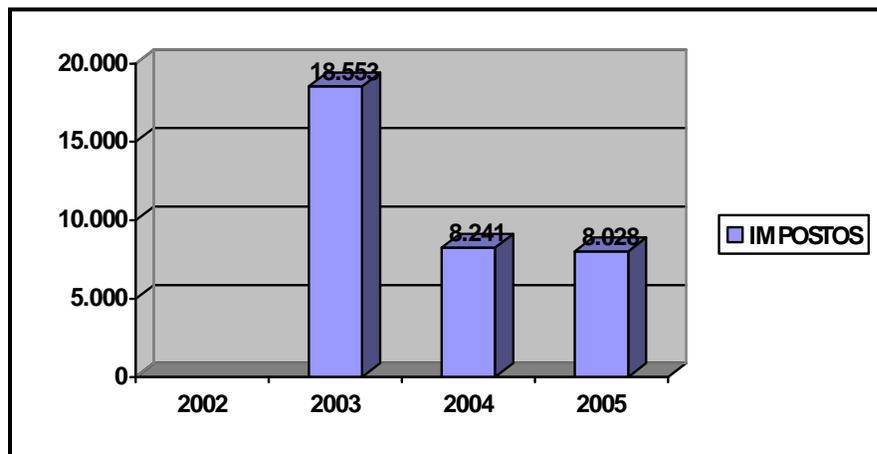
Gráfico 08- Imerys: investimentos em sustentabilidade incluindo projetos de cidadania e meio ambiente de 2002-2005 (em milhões de reais)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Imerys. Informações cedidas pelo escritório da empresa em Belém, 2002, 2003, 2004, 2005.

Quanto aos impostos gerados pela Imerys Rio Capim Caulim em 2002, a empresa não forneceu os dados a respeito do referido ano. Em 2003, a empresa recolheu em impostos dezoito milhões quinhentos e cinquenta e três mil reais. Em 2004, os repasses de impostos decrescem com um valor arrecadado de oito milhões duzentos e quarenta e um mil reais. Em 2005, os impostos gerados pela Imerys foram da ordem de oito milhões e vinte e oito mil reais conforme demonstra a tabela o gráfico abaixo.

Gráfico 09- Imerys: Impostos recolhidos de 2002-2005 (em milhões de reais)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Imerys. Informações cedidas pelo escritório da empresa em Belém, 2002, 2003, 2004, 2005.

A mudança do tipo de transporte teve como um dos seus objetivos a redução dos custos do transporte, o encurtamento de tempo gasto no mesmo e a redução dos riscos de acidentes ambientais durante o percurso.

No entanto, a empresa nos últimos três anos tem apresentado falhas no seu controle de rejeitos de caulim. O que tem provocado o rompimento da bacia de armazenamento das mesmas causando sérios acidentes ambientais que tem atingido o ambiente próximo a Vila do Conde e seus elementos.

No que refere-se a geração de empregos a empresa conta com cerca de 400 colaboradores diretos e mais de 600 terceirizados segundo informações da empresa.

A empresa apóia importantes projetos sociais no município de Barcarena dentre os quais destacamos:

O “Projeto Luz do Amanhã- Escola Municipal de Ensino Infantil Pica-Pau Amarelo” é uma ação que promove, além da melhoria da infra-estrutura escolar, o desenvolvimento sócio-pedagógico e lúdico entre educadores e alunos, contando com a participação dos pais. Ao todo, compõem o projeto 13 professores e 260 alunos na faixa etária de 03 a 06 anos, residentes em Vila do Conde em Barcarena.

O “Projeto Criança e Arte” é o projeto que proporciona opções de aprendizagem por meio de atividades pedagógicas e artísticas. Ao todo cerca de 180 crianças, com apóio de 15 educadores voluntários da comunidade de Vila do Conde sob a coordenação da ONG Pastoral do Menor.

O “Projeto Sorriso Saudável” é um projeto que educa as crianças e pré- adolescentes sobre saúde bucal (extensivo aos adolescentes e pais de alunos de escolas municipais e estaduais), em um amplo trabalho de prevenção, oferece tratamento odontológico. São atendidos mais de 1500 crianças e adolescente nas comunidades vizinhas da empresa em Barcarena e Ipixuna.

O “Projeto Ampagesta” é destinado as gestantes que vivem em comunidades do entorno de Barcarena, proporcionando a valorização da qualidade de vida dessas mulheres, através do trabalho de incentivo educacional. Já foram atendidas mais de 200 mulheres.

O “Projeto Corte e Costura” é uma parceria entre a Imerys Rio Capim Caulim, a ONG de estilistas Costamazônia, a ONG CEPAZ e a Associação de Moradores da Ilha de São João (AMIS). A iniciativa cria trabalho, gera renda e transforma ribeirinhos em empreendedores. O projeto está em sua segunda turma, que criou a grife arte da ilha. A primeira, denominada Associação das Artesãs e Costuras Iara, já tem loja em Vila dos Cabanos

O “Projeto Pesca Artesanal” viabiliza desde a capacitação técnica para a emissão da carteira profissional de pesca pela Capitania dos Portos de Belém, até a infra-estrutura de trabalho, como um barco de 04 toneladas. A iniciativa possibilitou a formação da associação dos moradores da ilha São João que administra o projeto de pesca e o de costura e costura arte da ilha.

2.4- ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A: EMPREGOS, INVESTIMENTOS E IMPOSTOS GERADOS NO PERÍODO DE 2002-2005.

A bauxita é a principal matéria-prima utilizada na indústria do alumínio. É uma rocha formada essencialmente de minerais hidratados de alumínio.

De acordo com DNPM (2001, p. 1).

Para a obtenção do alumínio em escala industrial, a bauxita passa por um processo de moagem e, misturada a uma solução de soda cáustica, dá como resultado uma pasta que aquecida sob pressão e recebendo uma nova adição de soda cáustica, se dissolve formando uma solução que passa por processos de sedimentação e filtração, que eliminam as impurezas. Observa-se então, que a alumina é o resultado do processamento químico da bauxita, conhecido como processo Bayer. Essa operação se realiza na refinaria, onde o minério é transformado em alumina calcinada, a qual posteriormente será utilizada no processo eletrolítico. Através de uma reação química, a alumina será precipitada através do processo de cristalização por semente. O material cristalizado é lavado e secado através de aquecimento para que o primeiro produto do processo de produção do alumínio, o óxido de alumínio de alta pureza, ou alumina (um pó branco e refinado), seja obtido. A alumina produzida será o principal insumo para a produção do alumínio que, pelo processo de redução é transformado em alumínio metálico.

No Brasil as reservas desse mineral estão concentradas nos estados de São Paulo, Pará, Santa Catarina, Minas Gerais e Maranhão que possuem reservas de bauxita tipo metalúrgica.

DNPM (2001, p.3) observa que:

O Brasil atualmente, é o maior detentor de reservas de bauxita do mundo, com aproximadamente 3,52 bilhões de t (reservas medidas mais indicadas e mais inferidas). As reservas brasileiras são caracterizadas por apresentarem características tanto de grau metalúrgico (83,7%), utilizados na produção de alumínio primário, bem como de grau não-metalúrgico ou refratário (16,3%) [...] Somente no Estado do Pará, encontram-se 90,8% dessas reservas que, quando somadas às reservas de Minas Gerais, perfazem 98,3%.

No Estado do Pará os municípios de Oriximiná e Paragominas respondem pela totalidade da produção de bauxita. De Oriximiná a produção é transportado por grandes navios até o Porto de Vila do Conde no rio Pará.

Figura 03: Vista aérea da Alunorte

Foto: Alunorte. A presente foto mostra no primeiro plano as diversas plantas da empresa responsáveis pelo beneficiamento da bauxita em alumina. A bauxita é fornecida a empresa pela Mineração Rio do Norte- MRN, que a transporta a través grandes navios de Oriximiná até o porto de Vila do Conde localizado no fundo da foto. Do porto a bauxita chega a empresa por um complexo sistema de correias.

Seu descarregamento é feito por um complexo sistema de correias até os tanques de armazenamento de onde seguem para o seu beneficiamento realizado pela Alunorte.

Tabela 12- Reservas de bauxita metalúrgica – 2000

<i>UF</i>	<i>Medida</i>			<i>Indicada Minério</i>	<i>Inferida Minério</i>	Total Minério
MA	12.456	5.979	48,00	32.345	-	44.801
MG	87.388	33.715	38,58	121.482	11.668	220.538
PA	1.681.788	848.801	50,47	417.601	577.776	2.677.165
SC	598	281	47,00	1.077	518	62.844
SP	2.070	934	45,14	351	39	2.406
Total	1.784.301	889.711	49,86	572.856	590.001	2.947.157

Unidade: 1000 t

Fonte: DNPM/DIRIM

*Teor médio ponderado da reserva medida

A Alunorte juntamente com a MRN (Mineração Rio do Norte) e a Albrás, completa o ciclo produtivo do alumínio no estado do Pará. A Alunorte teve sua construção iniciada juntamente com os trabalhos construtivos da Albrás ainda na década de 1980, porém por uma

série de problemas no mercado internacional da mineração, sua construção teve que ser paralisada retornando somente na década de 1990 e sua conclusão acontecendo em 1995.

DNPM (2001, p.6) cita que:

O Brasil respondeu por 7,6% ou um volume de 3,7 milhões de toneladas. Atualmente o país é o terceiro maior produtor mundial, sendo a Austrália o maior produtor, respondendo por 30%, seguida dos Estados Unidos, que respondem por 12% [...]. A produção brasileira de alumina que em 1988 era de 1,4 milhões de toneladas, passou para 3,7 milhões de t. em 2000, o que significa uma taxa de crescimento médio anual de 8,4%, sendo, portanto, superior ao observado para a bauxita grau metalúrgico. O incremento da produção observado a partir de 1995 é o resultado da entrada em operação da refinaria da Alunorte, no município de Barcarena, estado do Pará, que desde aquele ano, após produzir as primeiras 215,4 mil t., veio aumentando sua produção até chegar ao volume atual de 1,6 milhões de t.

Atualmente, a Alunorte é a principal empresa do setor de alumina respondendo em 2001 com 43,4% da produção nacional desse produto mineral, com uma produção de 1.627,7 t., superior inclusive a sua capacidade técnica instalada que naquele ano era de 1.550 t.(ABAL 2001). Em agosto de 2000 a empresa iniciou a construção da terceira linha de produção, que aumentou sua capacidade técnica instalada para 2,35 milhões de toneladas/ano de alumina. Geograficamente as refinarias de alumínio estão localizadas em quatro estados do Brasil: Pará (Alunorte), Maranhão (Alcan, Alcoa, Billiton, constituinte do consórcio Alumar da cidade de São Luiz - Ma), São Paulo (CBA) e Minas Gerais (Alcan e Alcoa).

Tabela 13: Distribuição da produção em localização, participação e capacidade instalada de alumina por empresa – 2000.

<i>Empresa/local</i>	<i>Produção</i>	<i>(%)</i>	<i>Capacidade</i>
Alcan Alumínio do Brasil S/A	255,2	6,8	255
Ouro Preto-MG	130	3,5	130
São Luís - MA	124,6	3,3	125
Alcoa Alumínio S/A	924,1	24	920
Poços de Caldas-MG	275,6	7,4	275
São Luís - MA	649,5	17,4	645
<i>Alunorte - Alumina Norte do Brasil S/A-PA</i>	1.67,7	43,4	1.550
Billiton Metais S/A-MA	447,9	12,0	450
CBA – Cia. Brasileira de Alumínio – SP.	487,1	13,0	480

Unidade: 1000 t

Fonte: Associação Brasileira do Alumínio – ABAL (2001)

O principal produto da empresa é a alumina calcinada, também a empresa comercializa o hidrato (alumina hidratada) cuja fase antecede o processo de fabricação da alumina calcinada. O principal cliente da Alunorte é a Albrás, além de outras empresas brasileiras.

A Alunorte é de extrema importância para completar o ciclo do alumínio no estado do Pará. Para Barcarena a presença em seu território é sentido pelos investimentos realizados pela empresa no que se referem aos empregos gerados, as aplicações em projetos sociais e cidadania e meio ambiente e os impostos gerados.

Na questão dos empregos diretos, a empresa em 2002 tinha 625 empregados em sua linha de produção, gerando em folha de pagamentos quatorze milhões quatrocentos e oitenta e quatro mil reais

Em 2003 o corpo funcional da empresa subiu para 687 empregados gerando uma folha de pagamentos de dezessete milhões cento e quatro mil reais.

Em 2004, houve um acréscimo de 183 funcionários em relação ao ano anterior, com um corpo funcional de 870 empregados e gerando uma folha de pagamentos de vinte milhões duzentos e quarenta e sete mil reais.

Em 2005, houve aumento de 238 empregados em relação a 2004. Em 2005, a empresa fecha o ano com 1.108 empregados e uma folha de pagamentos de vinte e seis milhões e setecentos e vinte e cinco mil reais.

Parte desse dinheiro recebido pelos empregados, é gasto no comércio local e em outras atividades no município de Barcarena, o que contribui para a geração de empregos e o aumento do recolhimento de impostos por parte da Prefeitura municipal principalmente do ISS e das taxas (alvarás etc.), como mostra a tabela abaixo.

Tabela 14-Alunorte: Indicadores do corpo funcional (2002-2005)

<i>Ano</i>	<i>Empregados</i>	<i>Admissões durante o ano</i>	<i>Folha de pagamento bruta (em milhares de reais)</i>
2002	625	152	R\$ 14.484
2003	687	100	R\$ 17.104
2004	870	212	R\$ 20.247
2005	1.108	305	R\$ 26.725

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Alunorte. Demonstrações Contábeis, 2002, 2003, 2004, 2005.

Quanto aos investimentos realizados no período de 2002 -2005, a empresa mantém projetos sociais e de meio ambiente nas comunidades de Barcarena com destaque para os seguintes projetos mantidos pela empresa:

O “Projeto Barcarena do Futuro” criado em dezembro de 2000 envolve seis comunidades rurais do município: Bom Sossego, Cabeceira Grande, Colônia CDI, Carmelo, Utinga-Açu e Massaporó.

O projeto tem como principal atividade o fortalecimento da fruticultura, como o plantio do maracujá, cupuaçu, açaí, melão, graviola além do artesanato nas comunidades envolvidas no projeto. A empresa custeia os insumos da produção e a comunidade local entra com a mão de obra.

O Projeto “Bola Pra Frente Educação Pra Gente” tem como objetivo fundamental a consolidação do desenvolvimento através do esporte. Para realizar este objetivo o projeto realiza palestras nas comunidades que tem times participando da Copa Alunorte. A participação neste torneio pode levar os jogadores a serem selecionados para o times da Alunorte, o “Alunorte Raim Forest” que participa da copa da Noruega todo ano.

O projeto “Digitando Cidadania” em parceria com o comitê para a democratização da informática (CDI) implantado nas comunidades de Vila do Conde, Itupanema e Laranjal através de escolas de informática cidadania (EICs) beneficia mais de 500 famílias.

O projeto “Água e Vida” tem como objetivo, melhorar as condições de fornecimento de água e saneamento básico no município, com a ampliação da rede de água na comunidade de Vila Nova, beneficiando diretamente 35 famílias.

Nesses projetos foram investidos em 2002, seiscentos e noventa e um mil reais em projetos de cidadania, e quatrocentos e vinte e oito mil reais em projetos de meio ambiente.

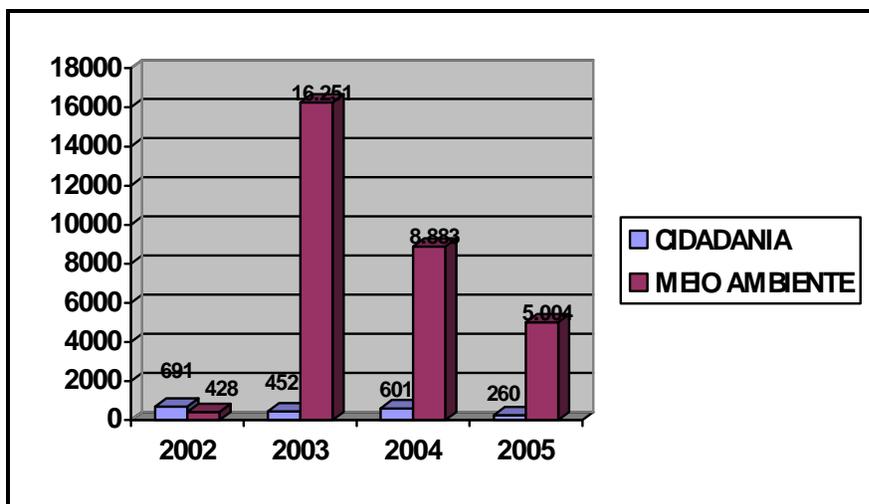
Em 2003, houve uma redução dos investimentos de cidadania para quatrocentos e cinquenta e dois mil reais, e um crescimento exponencial para os projetos de meio ambiente, para dezesseis milhões duzentos e cinquenta e um mil reais.

Em 2004, há um crescimento em relação ao ano passado nos investimentos dos projetos de cidadania, para seiscentos e um mil reais e uma redução dos valores destinados aos projetos de meio ambiente, para oito milhões oitocentos e oitenta e três mil reais.

Em 2005, houve uma redução nos investimentos tanto de cidadania quanto de meio ambiente. O primeiro foi de duzentos e sessenta mil reais e o segundo de cinco milhões e quatro mil reais.

Os investimentos realizados em cidadania e meio ambiente pela empresa em Barcarena tem contribuído para a proteção social das populações menos favorecidas e dos recursos naturais do município, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 10- Alunorte: Investimento em cidadania e meio ambiente de 2002-2005 (em milhões de reais)



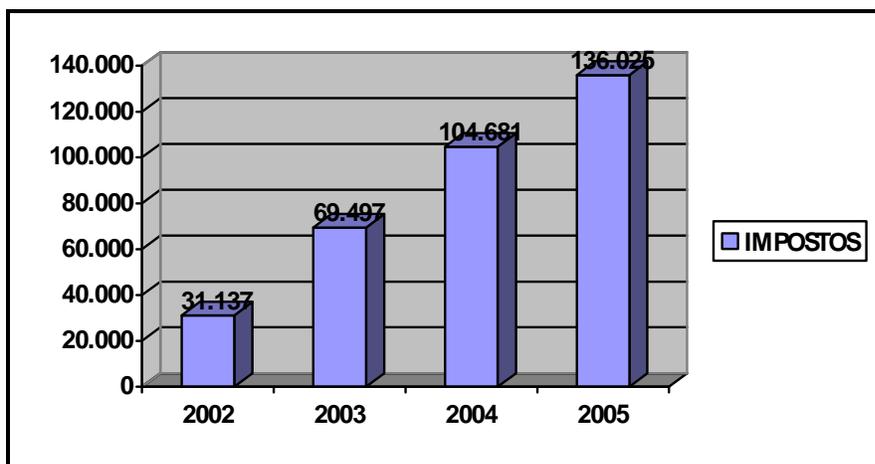
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Alunorte. Demonstrações Contábeis, 2002, 2003, 2004, 2005.

Quanto aos impostos gerados pela Alunorte em 2002, a mesma recolheu trinta e um milhões cento e trinta e sete mil reais de impostos distribuídos nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

Em 2003, esse valor mais que dobrou chegando a sessenta e nove milhões quatrocentos e noventa e sete mil reais. Em 2004, novamente os repasses de impostos crescem com um valor arrecadado de cento e quatro milhões seiscentos e oitenta e um mil reais. Em 2005, os impostos gerados pela Alunorte foram da ordem de cento e trinta e seis seiscentos e vinte e cinco mil reais.

Partes desses recursos ficam com a prefeitura local, através de sua arrecadação de seus impostos de sua competência (ITPU, ISS, TAXAS) ou através da arrecadação federal e estadual que posteriormente é transferido ao município através de sua cota parte no tributo recolhido em seu território.

Gráfico 11- Alunorte: Impostos recolhidos de 2002-2005
(em milhões de reais)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Alunorte. Demonstrações Contábeis, 2002, 2003, 2004, 2005.

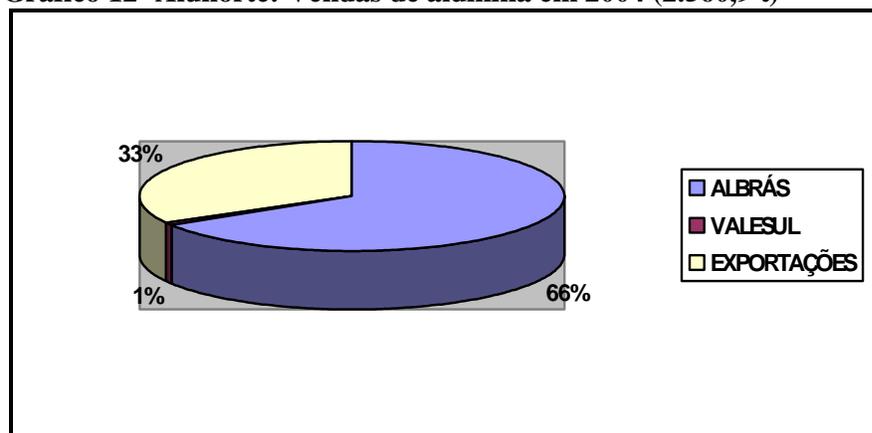
A produção de alumina atende a Albrás e a Valesul no mercado interno e outras empresas no mercado externo mundial.

Em 2002 a empresa negociou com a Albrás, Valesul, América do Norte, Europa América do Sul e outros. O destaque neste ano foi as exportações para o continente europeu, que movimentou duzentos e vinte milhões duzentos e quinze mil reais.

Em 2003 de acordo com o relatório da administração da empresa, as vendas foram direcionadas para a Albrás que comprou 63%, a Valesul com 2% e as exportações absolveram 35% da produção da Alunorte.

Em 2004 as vendas foram direcionadas para a Albrás, que absorveu 66% da produção de alumina, a Valesul que comprou 1% e as exportações 33% da produção de alumina da Alunorte segundo demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 12- Alunorte: Vendas de alumina em 2004 (2.560,9 t)



Fonte: Alunorte. Balanço Social. 2004.

Em 2005, as exportações mais significativas foram direcionadas para a Europa, representando um negócio de quatrocentos e setenta e um milhões trezentos e noventa e cinco mil reais conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 15- Alunorte: Exportação de Alumina (2002-2005)

<i>DESTINO</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>
América do Norte	84.688	174.508	215.717	165.330
Europa	220.215	494.199	514.021	471.395
América do Sul	43.078	79.530	191.114	183.645
Ásia	–	40.817	178.625	91.721
África	–	–	–	31.284
Outros	10.181	–	–	–
<i>Total</i>	<i>347.981</i>	<i>789.054</i>	<i>1.099.477</i>	<i>942.375</i>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Alunorte. Demonstrações Contábeis, 2002, 2003, 2004, 2005.

De 2002-2004 as exportações de alumina apresentaram crescimentos anuais, o que não foi constatado em 2005 onde as vendas diminuíram em relação a 2004 sendo a Albrás a maior compradora desse mineral.

2.5- ALUMÍNIO BRASILEIRO S.A: EMPREGOS, INVESTIMENTOS E IMPOSTOS GERADOS NO PERÍODO DE 2002-2005.

O alumínio é um dos principais minérios utilizados pela sociedade atual. Em países como o Japão o consumo per capita kg/hab. chega a 28,1, nos Estados Unidos esse número chega a 27,5, no Canadá, 25,7 e no Brasil 4,0 conforme cita Dnpm (2001).

Para a produção do alumínio são necessárias fundamentalmente a alumina e uma grande quantidade de energia elétrica, cuja crise do petróleo da década de 1970, provocou uma realocação das plantas industriais dos países desenvolvidos para os países periféricos que apresentassem uma abundância de recursos naturais energéticos, no qual o Brasil inseriu-se com os acordos com o governo japonês de 1976, para a construção de um complexo de alumínio na Amazônia Paraense.

Portanto, a Albrás nasce fundamentalmente de uma necessidade do Japão, país que apresenta um consumo elevado de alumínio. Foi a partir da confluência dos interesses do Brasil de ampliar a exploração dos recursos naturais da Amazônia, dentro da lógica

desenvolvimentista associado com a necessidade do Japão de resolver a falta de energia de seu parque industrial é que permitiu a concepção do pólo de alumínio em Barcarena.

Figura 04: Pátio principal da Albrás.



Foto: Albrás. A foto mostra o principal pátio da empresa por onde são transportadas, a bauxita que chega da Alunorte para ser transformada em alumínio, como para o transporte dos lingotes de alumínio destinados para a exportação.

Para solucionar o consumo de energia para a Albrás, o governo brasileiro teve que construir a hidrelétrica de Tucuruí no rio Tocantins e que por acordos com a Eletronorte garante energia a preços subsidiados para a Albrás, tudo conforme o Japão precisava para garantir o seu consumo desse metal sem se preocupar com a produção em seu território.

Segundo DNPM (2001, p.8) afirma que:

A produção mundial de alumínio primário, em 2000, foi de 23,9 milhões de toneladas, dos quais o Brasil respondeu por 5,4% [...] Em 1988, o volume de alumínio primário produzido no Brasil foi de 873,5 mil t., em 2000, a produção atingiu a marca recorde de 1,28 milhão t., apresentando uma taxa média de crescimento anual de 3,2%. Esse crescimento deve ser atribuído a entrada em operação da usina da Albrás em 1985, com um volume de 8.706 toneladas. Em 1988, a produção da Albrás atingiu 170.361 t., em 2000, essa produção foi de 369.200t. verifica-se, portanto, que a taxa média de crescimento anual da empresa foi de 6,6% no período 1988-2000.

A Albrás é a principal empresa produtora de alumínio do Brasil com uma produção de 359,2 tonelada/ano o que representa 28,9% de tudo o que foi produzido no país. (ABAL 2001). As plantas industriais produtora de alumínio estão concentradas geograficamente em seis estados: Pará (Albrás), Minas Gerais (Alcoa, Alcan), Maranhão (Alcoa, Billiton), Bahia (Alcan), Rio de Janeiro (Billiton, Aluvale) e São Paulo (CBA).

Tabela 16- Distribuição da Produção, Localização, Participação e Capacidade Instalada de Alumínio por Empresa – 2000.

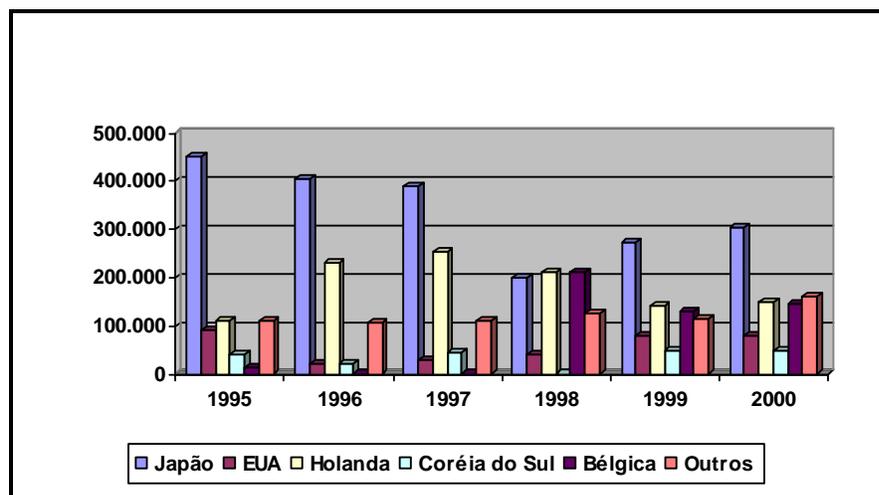
<i>Empresa/local</i>	<i>Produção</i>	<i>(%)</i>	<i>Capacidade</i>
<i>Albrás - Alumínio Brasileiro S/A Barcarena – PA.</i>	359,2	28,9	361
Alcoa Alumínio S/A	294,3	23,0	289
Poços de Caldas-MG	94,9	7,4	91
São Luís – MA	199,4	15,6	198
Alcan Alumínio do Brasil S/A	106,9	8,4	109
Ouro Preto-MG	50,3	4,0	51
Aratu – BA	56,6	4,4	58
Billiton Metais S/A	217,5	17,0	213
São Luís – MA	171,5	13,4	170
Santa Cruz - RJ	46,0	3,6	43
CBA – Cia. Brasileira de Alumínio- São Paulo	240,1	18,8	237
Aluvale – RJ e Santa Cruz - RJ	49,4	3,9	51
TOTAL	1.277,4	100,0	1.260

Unidade: 1.000t

Fonte: Associação Brasileira do Alumínio – ABAL (2001)

A exportação brasileira tem sido direcionada para o Japão, Estados Unidos, Holanda, Coreia do Sul, Bélgica e outros, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 13- Distribuição das exportações de alumínio segundo países de 1995-2000 (em t/ano)



FONTE: SRF-SECEX, DNPM/DIRIN.

Os principais segmentos consumidores do alumínio são: transporte, construção civil, bens de consumo duráveis, aplicações elétricas, embalagens e aplicações diversas.

O projeto Albrás/Alunorte nasce a partir da existência material da descoberta de bauxita no rio Trombetas, no Baixo Amazonas em 1963 a 1967 e em Paragominas em 1970. Em 1967 é constituída a Mineração Rio do Norte S/A (MRN) para a exploração desse mineral. Foi a partir do regime militar implantado no país a partir de 1964 e tendo como marco simbólico e material a chamada “Operação Amazônia,” onde o governo brasileiro decide pela exploração material dos recursos naturais da Amazônia aliados a grupos internacionais, que a industrialização da bauxita do Trombetas começa a ser colocada em prática. Tais iniciativas têm no governo Médici, i marcado fundamentalmente pela construção de grandes obras como a Transamazônica a decisão federal de promover a integração nacional e de sua exploração de seus recursos naturais.

LOBO (1996, p. 103-104) argumenta que:

A iniciativa de promover a industrialização da bauxita descoberta pela Alcoa partiu do Ministro das Minas e Energia do governo Médici, Dias Leite, quando tentou conseguir capitais nacionais interessados em tocar um projeto de produção de alumina. Isso decorreu de que o empreendimento de exploração de bauxita, após sua paralisação, seria retomado em novas bases, haja vista o interesse da CVRD em promover a industrialização do minério. O Ministro Dias Leite conseguiu atrair a atenção de grupos japoneses. Uma comitiva de empresários nipônicos visitou o Brasil em junho de 1973, a convite do governo brasileiro, sob, os auspícios da Aluminium Research Development Company (ARDECO). É digno de nota que os japoneses, já há alguns anos antes, iniciaram uma política de investimentos em empreendimentos produtores de alumínio primário em países que apresentavam condições favoráveis ao estabelecimento deste ramo industrial, através da formação de Joint - Ventures. Tais investimentos viriam tornar - se cada vez mais importantes para o Japão a partir do primeiro Oil - Shock. No Brasil, a Amazônia era uma área bastante propícia, pelas razões expostas anteriormente. A missão composta por dezesseis membros, visitou as jazidas do Trombetas, então com as obras paralisadas.

No que se refere à geração de empregos, a empresa em 2002 empregava 1.344 pessoas em seu quadro efetivo de sua linha de produção. Estes funcionários totalizavam uma folha de pagamentos de trinta e sete milhões quatrocentos e setenta e seis mil reais.

Em 2003, houve um corte de cinco funcionários em relação ao ano anterior, porém a folha de pagamentos aumentou em comparação ao ano de 2002. Esta folha fechou o corrente ano em quarenta e um milhões duzentos e vinte e oito mil reais.

Em 2004, houve um crescimento de dez funcionários em relação ao ano anterior totalizando 1.349 pessoas efetivadas, e uma folha de pagamentos de quarenta e quatro milhões quinhentos e cinquenta e quarenta e seis mil reais.

Em 2005, foram desligados 54 funcionários, fechando o corrente ano em 1.295 funcionários efetivos lotados na empresa, gerando uma folha de pagamentos de quarenta e sete milhões duzentos e trinta e quatro mil reais.

Desses totais gerados através dos salários pagos aos funcionários da empresa uma parte desse valor é gasto no comércio local em compras e despesas dos funcionários e familiares destes. Vale ressaltar que 80% da força de trabalho são oriundos do estado do Pará conforme ALBRÁS (2006, p.42).

Tabela 17- Albrás: Indicadores do corpo funcional (2002- 2005)

<i>ANO</i>	<i>EMPREGADOS</i>	<i>ADMISSÕES DURANTE O ANO</i>	<i>FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA (Em milhares de reais)</i>
2002	1.344	85	R\$ 37.476
2003	1.339	43	R\$ 41.208
2004	1.349	75	R\$ 44.546
2005	1.295	142	R\$ 47.234

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Albrás. Demonstrações Contábeis, 2002, 2003, 2004, 2005.

Com relação aos projetos sociais de cidadania e de meio ambiente, a empresa mantém vários projetos em Barcarena e em outros municípios do entorno da fábrica.

O projeto “Programa Agricultura Familiar Mecanizada- PAFAM” foi criado em fevereiro de 2002, tendo com atividade principal a agricultura familiar através do desenvolvimento auto- sustentável das comunidades agraciadas do projeto, que inicialmente atendeu as comunidades de: Vai Quem Quer, Japiim, Tauá, Santa Rosa e Arienga Rio.

As atividades desenvolvidas no projeto atenderam o plantio de maracujá, mandioca, açaí, feijão, pupunha e abacaxi.

O projeto “Nosso Lixo Tem Futuro,” com recursos obtidos junto ao BNDES a empresa implantou as unidades de reciclagem e compostagem de lixo urbano nos municípios de Moju, Abaetetuba, Igarapé – Miri, Barcarena e Cametá nos moldes da já implantada com recursos próprios pela empresa em Vila dos Cabanos.

Segundo a empresa esse projeto gera 180 postos de trabalhos diretos e beneficia aproximadamente duzentas mil pessoas, com melhorias das condições de saneamento, representando um investimento superior de US\$ 1,0 milhão.

O centro de desenvolvimento Comunitário Murilo Pinto Ferreira inaugurado em 2004, formado por uma escola de ensino fundamental, centro comunitário, fábrica de farinha, escola

de informática, campo de futebol, sede de clube e praça atende mais de vinte famílias de produtores rurais das comunidades de Vai Quem Quer e Japiim e outras localidades próximas. A empresa mantém dez escolas de informática e cidadania (EICs) nos municípios de Barcarena, Abaetetuba e Igarapé- Miri. As escolas são auto-sustentáveis e conseguem atender cerca de 120 pessoas a cada quatro meses.

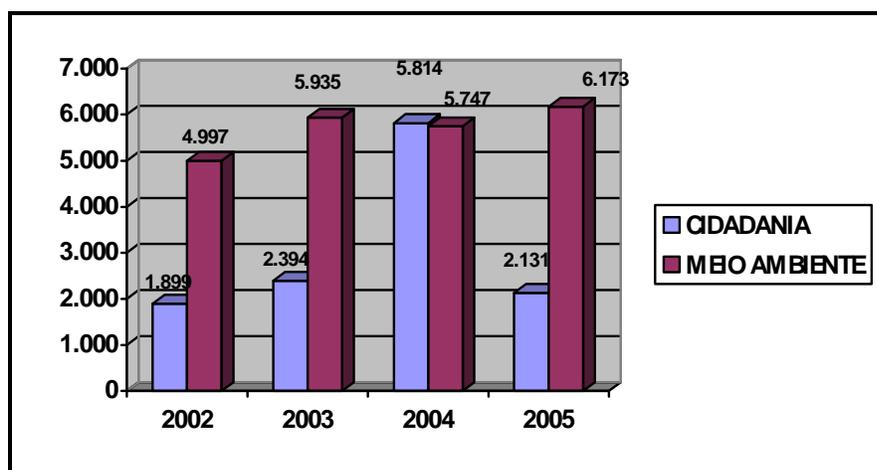
Em 2002, a empresa investiu um milhão oitocentos e noventa e nove mil reais em projetos de cidadania e quatro milhões novecentos e noventa e sete mil reais em projetos de meio ambiente.

Em 2003, houve um crescimento dos investimentos em cidadania que cresceu para dois milhões trezentos e noventa e quatro mil reais, enquanto que os projetos de meio ambiente ampliaram para, cinco milhões novecentos e trinta e cinco mil reais.

Em 2004, os investimentos em cidadania aumentaram para cinco milhões oitocentos e quatorze mil reais

Em 2005, os investimentos em cidadania diminuíram para dois milhões cento e trinta e um mil reais e os de meio ambiente aumentaram para seis milhões cento e setenta e três mil reais.

Gráfico 14- Albrás: Investimentos em cidadania e meio ambiente de 2002-2005 (em milhões de reais)

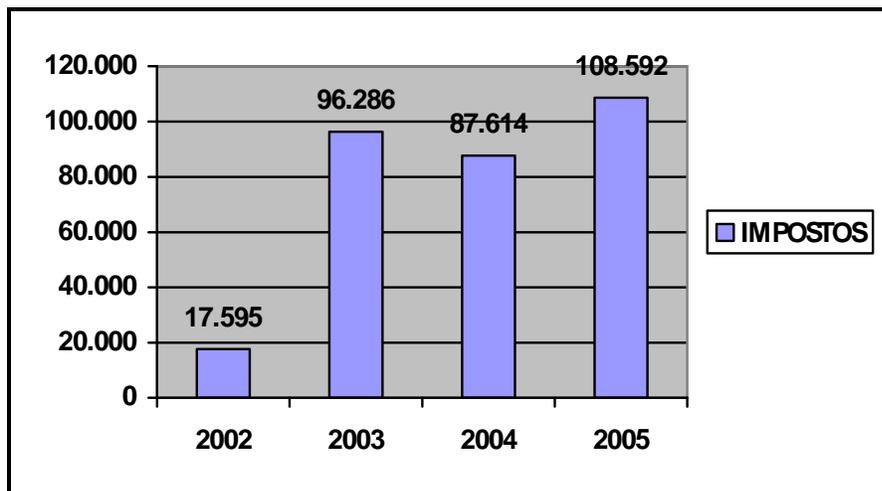


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Albrás. Demonstrações Contábeis, 2002, 2003, 2004, 2005.

A presença da Albrás no município gera impostos recolhidos nas três esferas de governo. Em 2002, foram recolhidos aos governos dezessete milhões quinhentos e noventa e seis mil reais. Em 2003, há um elevado crescimento dos impostos arrecadados pela empresa para noventa e seis milhões duzentos e oitenta e seis mil reais. Em 2004, há uma pequena

queda desses valores para oitenta e sete milhões seiscentos e quatorze mil reais. Em 2005, esses valores voltam a crescer e atingem cento e oito milhões quinhentos e noventa e dois mil reais.

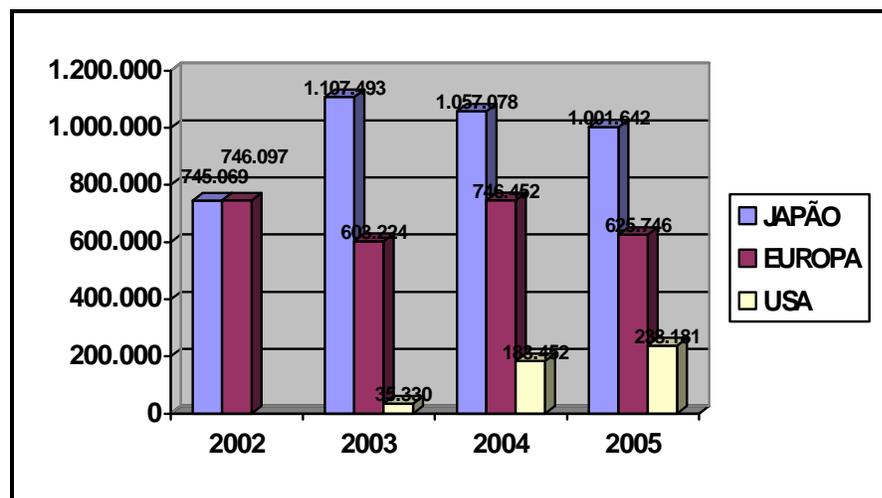
Gráfico 15- Albrás: Impostos recolhidos de 2002-2005 (em milhões de reais)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Albrás. Demonstrações Contábeis, 2002, 2003, 2004, 2005.

As exportações da Albrás no período de 2002-2005, foram direcionadas fundamentalmente para o Japão, principal comprador de alumínio, Europa e Estados Unidos da América, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 16- Albrás: Exportação de alumínio de 2002 - 2005 (em milhões de reais)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Albrás – Demonstrações Contábeis, 2002, 2003, 2004, 2005.

A Albrás como uma empresa Nipo- Brasileira, onde 49% das ações da empresa pertencem aos japoneses, são os grandes importadores do alumínio produzido pela Albrás. A procura por este metal pelo Japão, deve-se ao fato daquele país possuir uma indústria bastante desenvolvida principalmente de automóveis, aviões dentre outras.

2.6 FINANÇAS PÚBLICAS: CONTEXTUALIZAÇÃO E NORMATIZAÇÃO.

Neste tópico, apresenta-se o conceito e a classificação de receita pública tendo em vista o seu entendimento é da máxima importância para a compreensão do orçamento público, no que se refere às finanças públicas municipais. A revisão da literatura contempla as conceituações inerentes as finanças públicas e sua aplicabilidade no Brasil.

2.6.1 Receitas Públicas

Um dos conceitos mais importantes no que se refere as finanças públicas é a que trata da receita pública.

ANGÉLICO (1981, p. 78), conceitua que, “receita pública, em seu sentido mais amplo, é o recolhimento de bens aos cofres públicos, ingresso, entrada ou receita pública são na verdade, expressões sinônimas na terminologia de finanças públicas”.

De acordo com a lei 4.320-64, as receitas dividem-se em orçamentária e extra-orçamentária.

ANGÉLICO (1981, p. 78) assim conceitua receita orçamentária:

é aquela que devidamente discriminada, na forma do anexo nº 3, da lei nº 4.320/64, integra o orçamento público. São os tributos, as rendas, as operações de créditos por prazo superior a doze meses. A arrecadação das receitas deste grupo depende de autorização legislativa, que é a própria lei orçamentária.

A lei nº. 4.320/64 classifica as receitas de acordo com sua natureza econômica.

Assim a referida lei em seu artigo 11 e incisos, 1º, 2º e 4º descrevem:

Art. 11. A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital.

§1º São receitas correntes as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado; que o do destinados a atender despesas classificáveis em despesas correntes.

§2º São receitas de capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado,

destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e, ainda, o superávit do orçamento corrente.

§4º A classificação da receita obedecerá ao seguinte esquema: receitas correntes, receita tributária, impostos, taxas, contribuições de melhoria, receita de contribuições; receita patrimonial, receita agropecuária, receita industrial, receita de serviços, transferência correntes, receitas de capital, operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital, outras receitas de capital.

De acordo com a referida lei, as resultantes das receitas correntes estão vinculadas a aplicação em despesas de manutenção e funcionamento da administração pública nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Estas aplicações têm como objetivo final, proporcionar o maior benefício social possível para as diferentes populações presentes nos territórios nacionais. Este sistema dos ingressos (receita) nos cofres públicos deverá estar pautado, em garantir o máximo benefício social para a sociedade, principalmente para a parcela da mesma que mais precisa da proteção do Estado.

De outra natureza, as receitas de capital estão obrigatoriamente vinculadas a aplicação em despesas de capital, tendo como objetivo final o acréscimo do patrimônio público. Tendo como objetivo a consolidação das contas públicas nacionais em obediência ao disposto do art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a necessidade da uniformização dos procedimentos de execução orçamentária no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios foi editada a portaria interministerial nº163 de 04 de maio de 2001.

De acordo com o Art. 2 da referida portaria estabelece que, a classificação da receita, a ser utilizado por todos os entes da federação, consta do Anexo I desta portaria, ficando facultado o seu desdobramento para o atendimento das respectivas peculiaridades.

A portaria 163 foi alterada pela portaria interministerial nº 325, de 27 de agosto de 2001, que alterou os anexos I, II e III da Portaria interministerial nº 163.

De acordo com a classificação oficial a receita está dividida em receitas correntes e receita de capital.

A portaria nº 180 de 21 de maio de 2001 veio detalhar a natureza das receitas conceituando-as, esta portaria foi alterada pela portaria nº 211 da Secretaria do Tesouro Nacional de 29 de abril de 2002 que conceitua os itens do anexo I da portaria interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001.

Assim conceituam a portaria nº 211 as diferentes receitas:

Receitas Correntes: Receitas que apenas aumentam o patrimônio não-duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Compreendem as receitas

tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza geralmente, bem como de transferências correntes.

- a) **Receita Tributária:** Registra-se o valor total de arrecadação da receita tributária (impostos, taxas e contribuições de melhoria).
- b) **Receita de Contribuição:** Valor total da arrecadação de receita de contribuições sociais, “de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de intervenção nas respectivas áreas.
- c) **Receita Patrimonial:** Registra o valor total da arrecadação da receita patrimonial referente ao resultado financeiro de fruição do patrimônio, seja decorrente de bens imobiliários ou mobiliários, seja de participação societária.
- d) **Receita Agropecuária:** Registra-se o valor total da arrecadação da receita de produção vegetal, animal e derivados e outros.
- e) **Receita Industrial:** Registra-se o valor total da arrecadação da receita da indústria de extração mineral, de transformação, de construção e outros, provenientes das atividades industriais definidas como tais pelo IBGE.
- f) **Receitas de Serviços:** Registra o valor total da arrecadação da receita originária da prestação de serviços, tais como atividades comerciais, financeiras, de transporte, de comunicação, de saúde, de armazenagem, serviços científicos e tecnológicos, de meteorologia, agropecuária e etc.
- g) **Transferências Correntes:** Dotações destinadas a terceiros sem a correspondente prestação de serviços, incluindo as subvenções sociais, os juros da dívida, a contribuição de previdência social, etc.
- h) **Outras Receitas Correntes:** Registra-se o valor total da arrecadação de outras receitas correntes tais como: multas, juros, restituições, indenizações receita da dívida ativa, aplicações financeiras e outros.

Receitas de Capital: Receitas que apenas aumentam o patrimônio duradouro do estado, como, por exemplo, aquelas provenientes da observância de um período ou do produto de um empréstimo contraído pelo Estado a longo prazo: compreendem, assim a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos, reservas, bem como a transferência de capital:

- a) **Operações de Créditos:** Registra o valor total da receita decorrente da colocação de títulos públicos ou de empréstimos obtidos junto a entidades estatais ou particulares, internos ou externos.
- b) **Amortizações de Empréstimos:** Registra o valor total da receita relativa a amortização de empréstimos concedidos, em títulos e contratos.
- c) **Alienação de bens:** registra o valor total da receita decorrente da alienação de bens móveis e imóveis.
- d) **Transferência do Capital:** Registra o valor total das transferências de capital/transferências, inter e intra governamentais, instituições privadas, ao exterior e a pessoas), tendo por finalidade concorrer para a formação de um bem de capital, estando vinculadas à constituição ou aquisição do mesmo.
- e) **Outras Receitas de Capital:** Registra o valor total arrecadado com outras receitas vinculadas ao acréscimo patrimonial da unidade. Encontram-se no desdobramento desse título a integralização do capital social, os saldos de exercícios anteriores e as outras receitas.
- f) **Receitas Extra-Orçamentárias:** As receitas extra-orçamentárias representam os ingressos de recursos que não integram o orçamento público.

No que se refere às receitas extra – orçamentárias ANGÉLICO (1981, p. 80), assim define esse tipo de receita. “Receita extra-orçamentária é aquela que não integra o orçamento público. É classificada em contas financeiras adequadas, existentes no plano de contas da entidade”. Como exemplos deste tipo de receitas destacaram-se as consignações em folha de pagamentos a favor de terceiros, cauções, retenções na fonte, salários não reclamados, fianças, depósitos para garantia de instância etc.

2.6.2 Despesas Públicas

Neste tópico apresenta-se o conceito e a classificação de receitas públicas, tendo em vista o melhor entendimento das despesas no orçamento público municipal.

ANGÉLICO (1981, p. 96) afirma que: “Constitui despesa pública todo pagamento efetuado a qualquer título pelos agentes pagadores. Saídas, desembolsos, dispêndios ou despesas públicas são expressões sinônimas”. De acordo com o arcabouço jurídico presente na lei 4.320/64, as despesas podem ser divididas em orçamentárias e não-orçamentárias. A referida lei denomina de “classificação econômica”, por levarem em consideração as conceituações estritamente econômicas no ato da elaboração das contas nacionais.

Despesa orçamentária, de acordo com ANGÉLICO (1981, p. 96),

“é aquela cuja realização depende de autorização legislativa e que não pode efetivar-se sem crédito orçamentário correspondente. Em outras palavras, é a que integra o orçamento, isto é, a despesa discriminada e fixada no orçamento público”.

A portaria interministerial, nº 163, em seu artigo 3, de 04 de maio de 2001, dispõe que:

Art. 3º A classificação da despesa, segundo a sua natureza, compõe-se de:

- I Categoria econômica;
- II Grupo de natureza de despesa;
- III Elemento de despesa.

§ 1º A natureza da despesa será complementada pela informação gerencial denominada “modalidade de aplicação”, a qual tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de governo ou por outro ente da federação e suas respectivas entidades, e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

§2º Entende-se por grupos de natureza de despesa a agregação de elementos da despesa que apresentam as mesmas características quanto ao objetos de gastos, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diária, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílio, amortização e outros de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins.

§4º As classificações da despesa por categoria econômica, por grupo de natureza, por modalidade de aplicações e por elemento de despesa, e respectivos conceitos e/ou especificações, constam do Anexo II desta portaria.

A estrutura da natureza da despesa consta do anexo II da referida portaria interministerial. Esta classifica as despesas da seguinte forma:

- A. Categorias Econômicas
 - 3. Despesas correntes
 - 4. Despesas de capital
- B. Grupos de Natureza de Despesa
 - 1. Pessoal e encargos sociais;
 - 2. Juros e encargos da dívida
 - 3. Outras despesas correntes
 - 4. Investimentos

- 5. Inversões financeiras
- 6. Amortizações da dívida.

- C. Modalidades de Aplicação
- 20. Transferências a União
- 30. Transferência a Estados e ao Distrito Federal.
- 40. Transferências a Municípios.
- 50. Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.
- 60. Transferências a instituições privadas com fins lucrativos.
- 70. Transferências a instituições multigovernamentais.
- 80. Transferências ao Exterior
- 90. Aplicações Diretas
- 99. A definir.

No que se refere as despesas correntes estas não contribuem, diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, destinando-se a manutenção e ao bom funcionamento da administração pública. De outra forma, as despesas de capital, contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Nos grupos de natureza de despesa estão incluídas as despesas com pessoal, juros, encargos sociais e da dívida, investimentos, inversões financeiras, amortizações etc.

Nas modalidades de aplicação estão incluídas as aplicações diretas realizadas na mesma esfera de governo, além das transferências intergovernamentais, que consiste no repasse de recursos financeiros entre os diversos entes da administração direta.

Esta classificação faz atender aos dispositivos legais constantes da lei de responsabilidade fiscal no sentido da uniformização do sistema de contas nacionais.

No que se refere as despesas extra-orçamentárias recebem esse nome porque cuja saídas de recursos financeiros não transitam pelo orçamento.

Segundo ANGÉLICO (1981, p. 98), “Constituem despesas extra-orçamentárias os pagamentos que não dependem de autorização legislativa; aquela que não estão vinculadas ao orçamento público; não integram o orçamento”.

Estão incluídos neste tipo de despesas: fianças, salários e vencimentos não reclamados, pagamento do resto a pagar, devolução de cauções, restrições a pagar e consignações em folha de pagamento.

2.7- DINÂMICA DAS FINANÇAS PÚBLICAS EM BARCARENA NO PERÍODO DE 2002-2005.

Nesta seção, primeiramente abordamos as receitas públicas do município. Em seguida, são analisadas as suas despesas e posteriormente a relação existente entre ambas no período

de 2002-2005. Tais comparações são importantes, pois permite uma análise da gestão dos recursos financeiros e sua alocação no território municipal.

2.7.1 As receitas públicas em Barcarena no período de 2002 – 2005.

Os dados utilizados na pesquisa foram coletados das finanças públicas do Brasil (Finbra). O Finbra¹⁰ é um banco de dados contábeis criado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN em convênio com a Caixa Econômica Federal, que coleta os dados consolidados de estados e municípios brasileiros. A coleta dos dados é realizada por meio de declarações dos municípios, que respondem anualmente a um formulário denominado quadro de dados contábeis consolidados, com dados constantes de seu balanço contábil.

No sentido de divulgar os dados fiscais dos municípios brasileiros, a Secretaria do Tesouro Nacional criou o programa situação fiscal de seu município que tem auxiliado os gestores municipais na administração e planejamento fiscal do município, além de permitir o controle e informação ao grande público da sociedade nacional.

O programa fornece informações, que auxiliam acerca da situação fiscal do município selecionado, tendo em vista que, comporta uma base de dados contábeis (orçamentárias e patrimoniais) referentes aos exercícios financeiros compreendidos entre 1998 - 2005.

Este programa disponibiliza para fins de comparação, dados médios de duas amostras distintas: uma composta por municípios com a faixa população e outra pela totalidade dos municípios.

A partir destes dados é que analisamos a situação das finanças públicas de Barcarena entre 2002-2005. No exercício fiscal de 2002, a receita financeira foi de cinquenta e três milhões, cento e noventa e dois mil reais. A receita de arrecadação própria mais que dobrou em relação ao ano anterior atingindo dez milhões, oitocentos e dezoito mil reais. O ISS que no ano anterior era de seis milhões, setecentos e noventa e um mil reais passou para seis milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil reais o que representa um crescimento exponencial. Em segundo lugar temos as outras receitas com dois milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil reais. Em terceiro e quarto lugar aparecem o IPTU e o IRRF.

Quanto às receitas de transferências, a mesma atingiu a soma de quarenta e dois milhões, trezentos e setenta e cinco mil reais, onde o ICMS representou mais de 50% deste tipo de repasse com vinte e três milhões e duzentos e sessenta e quatro mil reais. Em segundo

¹⁰ O Sistema Finbra encontra-se disponível em:
http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/situacao_fiscal_municipio.asp

aparece o FPM, com um valor repassado ao município de seis milhões, novecentos e vinte e cinco mil reais, seguidos do Fundef, SUS, deduções da receita corrente, salário educação FNDE e IPVA.

Em contraposição as saídas de recursos descritas como despesas financeiras totalizaram o montante de cinquenta milhões, oitocentos e setenta e três mil reais, destes dezenove milhões, setecentos e trinta e seis mil reais foram destinados ao pagamento com pessoal e trinta e um milhões, cento e trinta e sete mil reais foram destinados a outras despesas correntes e de capital.

Em 2003, a receita financeira de Barcarena reduziu drasticamente de cinquenta e três milhões, cento e noventa e dois mil reais do ano anterior para trinta e cinco milhões, seiscentos e dezoito mil reais o que representou uma queda da arrecadação de 33% em relação ao ano de 2002. De acordo com a receita de arrecadação própria, houve um crescimento de 8,2% em relação ao ano anterior com um montante arrecadado de onze milhões, setecentos e sete mil reais. No referido ano, o destaque de crescimento da arrecadação própria ficou com o IPTU que teve um acréscimo de 94,7% em relação a 2002, passando de oitocentos e quarenta e seis mil reais para um milhão, seiscentos e quarenta e sete mil reais e das outras receitas onde estão incluídas as taxas cobradas pela prefeitura que cresceu 30,2% em relação ao ano anterior.

Com relação às receitas de transferência a mesma apresentou uma redução de 43,6% em relação ao ano de 2002. A maior foi confirmada com o principal imposto do Brasil, o ICMS que recuou 87,7% em relação ao ano anterior. Vale ressaltar que o ICMS é uma das principais receitas, que o município dispõe tal redução certamente trouxe fortes impactos na execução dos serviços prestados pelo município. A redução no repasse do ICMS foi acompanhada da diminuição de 6,3% do salário educação/Fundef de 3,1% da LC, 87/96 (Lei Kandir) e de 1,5% de deduções da receita corrente.

Em relação a saída de recursos materializadas pelas despesas não financeiras a mesma apresentou um crescimento de 18,7% em relação a 2002, com recursos investidos da ordem de seiscentos milhões, trezentos e oitenta e dois mil reais. A redução da receita de 33,0% e 43,6% nas receitas próprias e de transferência não foi acompanhada de um planejamento de contenção das despesas municipais, que cresceram 18,7% em relação a 2002.

Esse descompasso entre a queda de receitas e a ampliação das despesas demonstra a falta de um acompanhamento não criterioso por parte do gestor municipal para o endividamento fiscal do município. Somente as despesas com pessoal cresceu 33,1% e as outras despesas correntes e de capital ampliaram 9,6% em relação a 2002.

Em resumo, o ano fiscal de 2003 representou uma acentuada redução das receitas municipais o que fez o município cortar vários investimentos em Barcarena.

No ano de 2004 as finanças públicas locais voltam a crescer. No referido ano, esse crescimento foi da ordem de 95,2% em relação ao ano anterior. As receitas financeiras atingiram sessenta e nove milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais divididos entre receitas de arrecadação própria com dez milhões, setecentos e doze mil reais e receitas de transferência com cinquenta e oito milhões, oitocentos e quatro mil reais. Esta última receita apresentou um crescimento exponencial de 146% em relação ao ano de 2003. Em contraposição, a arrecadação própria reduziu 8,5% puxado principalmente pela redução dos recebimentos do IPTU que apresentou um déficit de 39,0% em relação ao ano anterior.

O maior crescimento do ano em análise ficou com os repasses feitos pelo governo do estado do Pará do ICMS que repassou trinta e dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil reais o que representou um acréscimo de 1.028,7% em relação a 2003. Os repasses do SUS, Fundef e IPVA ampliaram em 58,6%, 43,4%, e 34,8% respectivamente.

De acordo com a saída de recursos dos cofres municipais, as despesas não financeiras totalizaram sessenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e nove mil reais o que representou um acréscimo de 8,8% em relação ao ano anterior.

Estas despesas distribuíram entre pagamentos de pessoal com trinta e três milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais e outras despesas correntes e de capital com trinta e dois milhões, vinte e três mil reais investidos. As despesas com pessoal cresceram 28,1% em relação ao ano anterior, o que demonstra que o município tem ampliado a sua presença na sociedade local, com gastos que vão da contratação de novos servidores municipais a execução de obras e serviços nas diversas localidades de Barcarena.

No ano administrativo e fiscal de 2005, o município continua com suas contas municipais em pleno crescimento. A receita não financeira atingiu cem milhões, novecentos e vinte quatro mil reais, distribuídos entre as receitas de arrecadação própria que contribuiu com vinte e três milhões, vinte e dois mil reais e as receitas de transferência, que injetaram no município setenta e sete milhões, novecentos e dois mil reais. O destaque para o aumento dos ingressos ficou, com a receita de arrecadação própria que cresceu 114,9% em relação ao ano de 2004, esse percentual foi puxado pelo aumento das entradas do ISS que ampliou em 119,9% do IRRF com 87,6% e das outras receitas (licenças, taxas etc.) que cresceu 1.375,8% em relação ao ano anterior.

Em relação às receitas de transferência está crescendo proporcionalmente menos que as receitas próprias. Em 2005, o aumento em relação a 2004 foi da ordem de 32,5% onde a

maior transferência foi detectada nos recursos federais do salário educação/FNDE com elevação de 917,1%, seguidos pelos repasses estaduais do ICMS com 54,1% e do IPVA com 44,8% de acréscimo em comparação a 2004. No que se refere às despesas financeiras a mesma ampliou em 48,7%, dividida entre despesas com pessoal que cresceu em 47,5% e as outras despesas correntes e de capital com 49,9%.

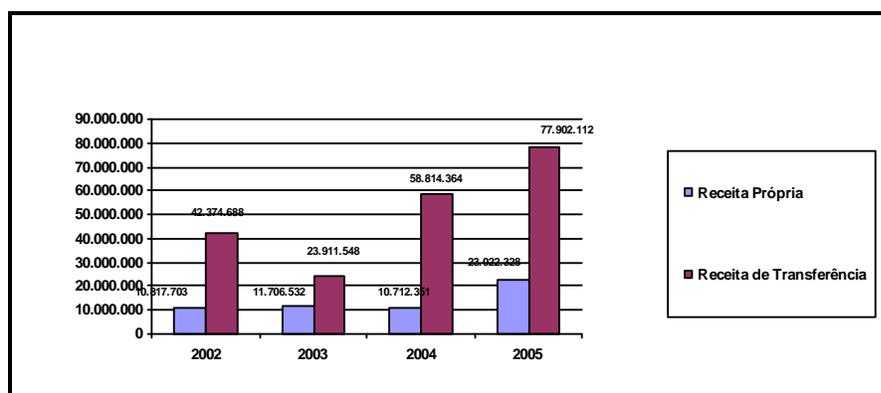
Tabela 18 - Barcarena: Receitas municipais de 2002- 2005 (em milhões de reais)

Discriminação	2002	2003	2004	2005
RECEITA NÃO FINANCEIRA	53.192.380,35	35.618.079,54	69.526.714,10	100.924.439,37
RECEITAS DE ARRECAÇÃO PRÓPRIA	10.817.703,11	11.706.531,87	10.712.350,51	23.022.327,65
IPTU	845.906,04	1.647.185,13	1.005.434,27	840.857,35
ISS	6.658.808,51	7.125.693,45	84.478.026,01	16.399.752,71
IRRF	359.247,83	467.755,32	10.716.613,89	1.443.717,30
OUTRAS	2.953.739,95	2.465.897,97	153.424.578,98	4.338.000,29
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	42.374.687,68	23.911.547,67	58.814.363,59	77.902.111,72
FPM	6.924.723,11	7.220.131,58	7.971.971,93	10.663.438,57
LC 87/96	2.746.764,00	2.662.379,35	2.333.057,52	2.629.789,80
ICMS	23.263.933,64	2.867.427,52	32.364.423,38	49.882.357,97
IPVA	264.473,13	332.756,89	448.527,29	649.482,92
SUS	3.313.480,75	3.463.917,97	5.494.673,04	4.692.306,20
FUNDEF	4.524.213,67	5.448.012,21	7.812.812,75	10.251.965,55
SALÁRIO EDUCAÇÃO/FNDE	1.435.191,00	1.345.356,92	200.830,75	2.042.640,21
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	3.983.953,28	0,00
OUTRAS	1.410.727,78	2.058.130,40	-208.196,59	6.798.754,54
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	1.508.819,62	1.486.566,17	1.587.689,12	9.708.624,04
RECEITA NÃO FINANCEIRA	53.192.380,35	35.618.079,54	69.526.714,10	100.924.439,37

Fonte: FINBRA. Secretaria do Tesouro Nacional.

Quando analisamos a relação existente entre receita de arrecadação própria e receitas de transferências do Estado e da União, em 2002 constatamos que Barcarena não foge a regra nacional de dependência em relação aos recursos federais e estaduais este fenômeno acontece, pois a União e os Estados concentram a maioria dos principais tributos arrecadados no país. No período em análise de 2002-2005, em todos esses anos a receita de transferência é superior a receita própria municipal com destaque para o ano de 2005, onde as transferências atingiram setenta e sete milhões, novecentos e dois mil reais.

Gráfico 17-Evolução da receita própria e de transferências de Barcarena de 2002 – 2005 (em milhões de reais)

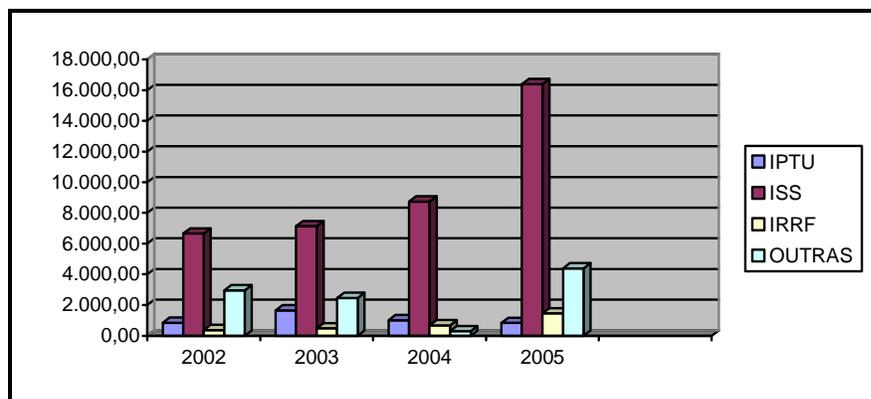


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do FINBRA. Secretaria do Tesouro Nacional.

O comportamento dos impostos de arrecadação própria municipal, entre 2002-2005 o ISS é o que contribuiu com os maiores ingressos nos cofres municipais. O valor de ingressos do ISS passou de seis milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil reais em 2002, para dezesseis milhões, e quatrocentos mil reais em 2005. Em segundo lugar em arrecadação própria temos as outras receitas, cujas receitas arrecadadas em 2002 foram de dois milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil reais, em 2005 esse valor havia crescido para quatro milhões, trezentos e trinta e oito mil reais.

Em terceiro lugar aparece o IPTU, que em 2002 arrecadou oitocentos e quarenta e seis mil reais ao município. Em último lugar aparece o IRRF, que em 2002 recolheu trezentos e cinquenta e nove mil reais, e em 2005 um milhão quatrocentos e quarenta e quatro mil reais como demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 18- Comportamento das receitas de arrecadação própria em Barcarena de 2002-2005 (em milhões de reais).



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do FINBRA. Secretaria do Tesouro Nacional.

A análise dos dados acima indica que a arrecadação própria tem ampliado ao longo dos anos. Este crescimento tem na atividade mineral, a sua principal base de arrecadação, pois a mesma gera uma série de investimentos que são objetos de tributação por parte das três esferas de governo. Esta tributação tem no plano local o ISS como a sua principal fonte de receitas de Barcarena.

2.7.2 As despesas públicas em Barcarena entre 2002-2005

As despesas em Barcarena têm aumentado ao longo dos anos. Estas despesas estão distribuídas em pessoal (ativos, inativos e pensionistas e outras) e outras despesas correntes e de capital (outras despesas correntes, investimentos, outras despesas de capital).

Tabela 19- Barcarena: Despesas municipais de 2002-2005 (em milhões de reais)

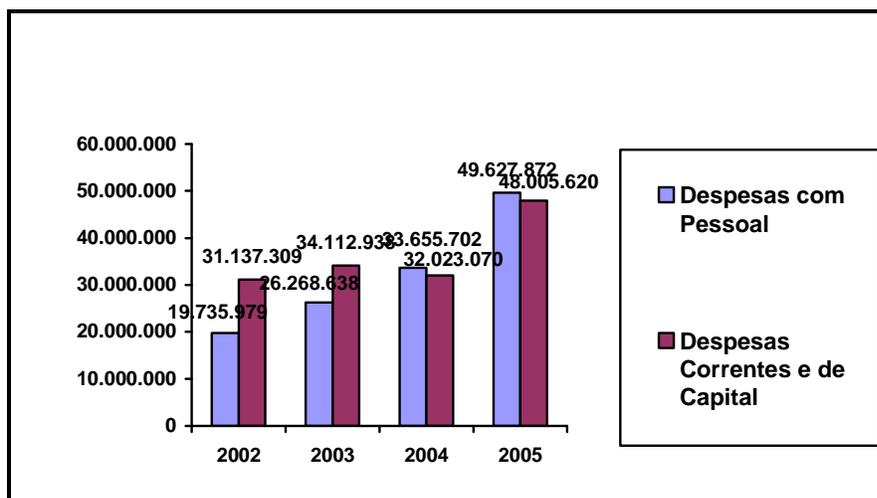
Discriminação	2002	2003	2004	2005
Despesas não financeiras	50.873.288,08	60.381.576,40	65.678.772,06	97.633.492,06
Pessoal	19.735.978,64	26.268.638,24	33.655.701,93	49.627.872,42
Ativos	19.455.186,55	25.962.273,33	33.340.486,55	41.138.971,36
Inativos e pensionistas	280.792,09	305.864,91	315.215,38	351.895,55
Outras	0,00	500,00	0,00	8.137.005,51
Outras despesas correntes e de capital	31.137.309,44	34.112.938,16	32.023.070,13	48.005.619,64
Outras despesas correntes	21.238.372,66	28.953.735,31	25.483.215,69	38.147.138,09
Investimentos	9.609.550,60	5.154.202,85	6.537.854,44	9.598.481,44
Outras despesas de capital	289.386,18	5.000,00	2.000,00	260.000,00

Fonte: Tabela reelaborada pelo autor a partir de dados do FINBRA. Secretaria do Tesouro Nacional.

Em 2002, a despesa financeira municipal foi de cinquenta milhões, oitocentos e setenta e três mil reais dos quais trinta e um milhões, cento e trinta e sete mil reais foram empregado com os compromissos financeiros de despesas correstes e de capital e dezenove milhões, setecentos e trinta e seis mil reais em despesas de pessoal.

Em 2003, estes compromissos foram da ordem de sessenta milhões, trezentos e oitenta e dois mil reais dos quais vinte e seis milhões, duzentos e sessenta e seis mil reais foram destinados a pessoal do município. Nos anos de 2004 e 2005 as despesas continuam crescendo chegando em 2005 a noventa e sete milhões, seiscentos e trinta e três mil reais, a relação entre as despesas com pessoal e despesas correntes e de capital pode ser observada no gráfico19.

Gráfico 19- Evolução das despesas com pessoal, correntes e de capital em Barcarena de 2002 - 2005(em milhões de reais)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do FINBRA. Secretaria do Tesouro Nacional.

Quando analisamos estas despesas por função, a educação e a cultura apresentam os maiores gastos, isto pode ser explicado pela grande demanda que o município tem que atender principalmente no setor educacional que em 2005 mantinha 87 estabelecimentos de pré escolar e 76 de ensino fundamental segundo informações da SEPOF (2008).

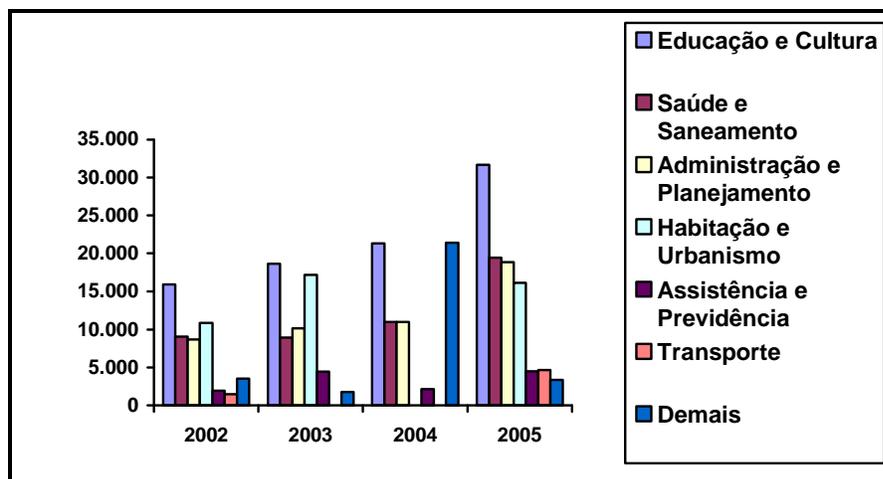
Em segundo lugar na despesa por função, aparece a saúde e saneamento, onde a prefeitura mantinha em 2005, 1 hospital municipal e 18 postos de saúde em funcionamento distribuídos nas localidades de Vila do Conde, Bairro Novo, Barcarena, Nossa Senhora da Piedade, Utinga Açú, Arienga Rio, Bacuri, Castanhalzinho, Poção, Jaguará da Serraria, Nova Vida e Vila Santa Cruz, segundo indica o DATASUS¹¹ (2008). Em 2005 foram gastos no setor dezanove milhões, quatrocentos e vinte e dois mil reais.

Em terceiro lugar, temos o setor de habitação e urbanismo responsáveis pelos serviços de asfaltamento e moradias populares. Esse setor ampliou sua despesa de dez milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil reais em 2002, para dezesseis milhões, cento e trinta e nove mil reais em 2005.

¹¹ O DATASUS é um importante sistema de gestão da saúde, ligado ao Ministério da Saúde do Brasil onde o sistema municipal de saúde deve fornecer informações acerca de seu funcionamento. A esse respeito ver: http://cnes.datasus.gov.br/Mod_Status_Carga_Arquivos.

Em quarto lugar, aparece a assistência e a previdência, que em 2005 utilizaram quatro milhões, quatrocentos e setenta e um mil reais. Em seguida, temos o transporte e demais despesas conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 20- Evolução das despesas por função em Barcarena de 2002-2005 (em milhões de reais)



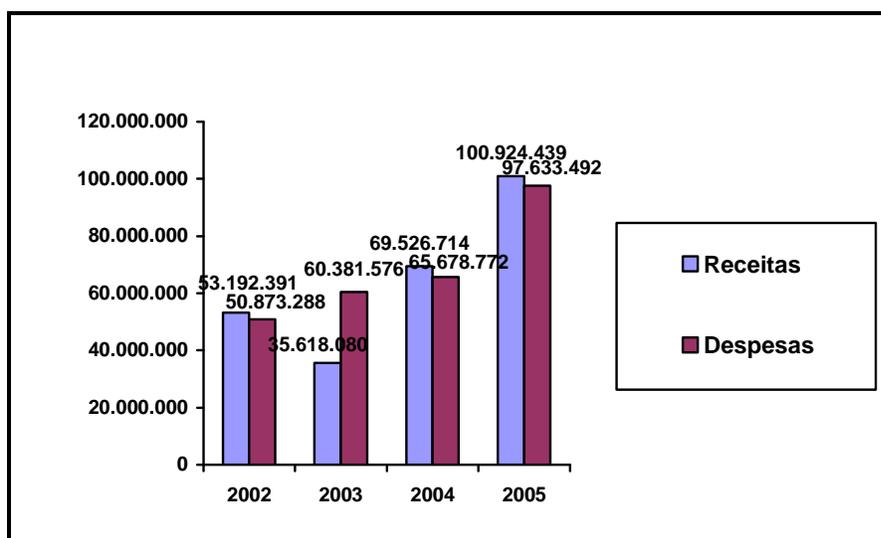
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do FINBRA. Secretaria do Tesouro Nacional.

Estas despesas assim classificadas pela secretaria do tesouro nacional são de extrema importância, pois permite um estudo por áreas de atuação das despesas realizadas em Barcarena. Estas despesas indicam que os setores de educação e saúde tem recebidos os maiores volumes de recursos, o que em nossa avaliação é positivo pois são estes dois setores que requerem uma atenção mais efetiva do poder publico, claro sem esquecer das responsabilidades nos outros setores da sociedade.

2.7.3 A relação entre receitas e despesas públicas em Barcarena no período de 2002-2005

Quando estudamos a relação entre receitas e despesas, as primeiras têm apresentado um superávit em relação a segunda com exceção para o ano de 2003, onde as despesas foram superiores as receitas como fica claro no gráfico 21.

Gráfico 21- Evolução das receitas e despesas em Barcarena de 2002-2005 (em milhões de reais)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do FINBRA. Secretaria do Tesouro Nacional.

O estudo detalhado do comportamento das receitas municipais indica que a mesma tem ampliado entre 2002-2005. Com relação à despesa, a mesma tem acompanhado o crescimento das receitas, ou seja, os gastos têm crescido na mesma proporção dos ingressos de recursos no tesouro municipal.

O equilíbrio entre receitas e despesas é muito importante para os municípios, pois com a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, os entes federados são obrigados a manter um rigoroso plano de austeridade fiscal.

2.8 O PLANO PLURIANUAL (PPA) E A ALOCAÇÃO DAS RECEITAS EM BARCARENA (2002-2005).

Nesta seção, primeiramente aborda-se a revisão da literatura dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO, LOA) além da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em um segundo momento, são analisadas as receitas e despesas previstas no PPA de Barcarena no período de 2002-2005 e seu confronto com a real execução das mesmas pelo município, mediante análise de dados repassados pela prefeitura a Secretaria do Tesouro Nacional. Em seguida são abordados, a gestão das obras físicas previstas para execução no PPA municipal de 2002-2005. Estas obras totalizam vinte e duas, distribuídas em oito secretarias e uma coordenadoria responsável pela alocação destas receitas para a execução das referidas obras.

2.8.1 O PPA, a LDO, e a LOA como instrumentos de planejamento e a Lei de Responsabilidade Fiscal

No Brasil o planejamento governamental esta regulamentado pela lei 4.320\64¹² que institui as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal. Esta lei inovou ao criar a figura do orçamento-programa, que por sua vez, foi ampliado pelo Decreto Lei nº 200\67¹³ que dispõe sobre a organização da administração federal, além de considerar o planejamento como princípio fundamental da administração pública. Esse princípio é confirmado pela constituição federal de 1988¹⁴ onde foram estabelecidos como instrumentos de planejamento o PPA¹⁵ (Plano Plurianual) a LDO¹⁶ (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual). Esses três instrumentos de planejamento juntamente com a LRF¹⁷ (Lei de Responsabilidade Fiscal) formam os principais mecanismos da gestão fiscal da administração pública no Brasil.

KHAIR (2000, p,13) afirma que:

O ponto de partida da Lei de Responsabilidade Fiscal é o Planejamento. Através dele são estabelecidas as regras do jogo da gestão fiscal, sendo criadas novas funções para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e para a Lei Orçamentária Anual (LOA), cuja discussão é elaboração deverão contar com a participação popular, inclusive em audiências públicas assegurando maior transparência da gestão governamental.

No capítulo II da LRF são estabelecidas as normas de planejamento, defini as novas regras para a Lei de Diretrizes Orçamentárias e para a Lei Orçamentária Anual. A Seção I que trata do Plano Plurianual foi vetado aguardando posterior regulamentação.

¹² Decreto Lei nº 4.320\64. In SENADO FEDERAL. Administração Pública: normas e regulamentos. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

¹³ Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. In SENADO FEDERAL. Administração Pública: normas e regulamentos. Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília. 2006.

¹⁴ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Editora Escala. Rio de Janeiro. 2006.

¹⁵ O PPA é o plano de governo do prefeito, onde estão previstos os programas que serão executados durante o respectivo mandato. O PPA antecede a LDO e a LOA. A esse respeito ver FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. Planejamento orçamentário municipal: PPA, a LDO e a LOA em perguntas e respostas, organizado por Áquilas Mendes et al. São Paulo, 2006. 28p.

¹⁶ A LDO deverá ser elaborada com a observância dos aspectos legais. Constituindo parte de um sistema orçamentário, a LDO deverá ter seu conteúdo compatível com o PPA, que é o plano que a antecede no processo de planejamento, e com a LOA, que lhe sucede. A esse respeito ver NASCIMENTO, Claudio. Elaboração das diretrizes e do orçamento. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

¹⁷ SENADO FEDERAL. Lei de Responsabilidade Fiscal. Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília. 2007.

De acordo com o artigo 167 da Constituição Federal, nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade.

A constituição federal de 1988, se refere ao PPA da seguinte forma no artigo 165.

§1º A Lei que instituiu o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração Pública Federal para despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada

(...)

§4º Os Planos e Programas nacionais regionais e setoriais previstos nesta constituição serão elaboradas em consonância com o plano Plurianual (...)

§7º Os orçamentos previstos no § 5 I, e II deste artigo compatibilizados com o plano plurianual.

Artigo167(...)

§1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou em lei que autorize a inclusão sobre pena de crime de responsabilidade.

Neste sentido, são as disposições contidas na lei do Plano Plurianual que dará subsídios para as definições das metas e prioridades da administração, identificando as despesas de capital de cada exercício administrativo, além de ser referencial para a elaboração da LDO e da LOA.

É no Plano Plurianual que estão contidas as diretrizes, os objetivos e as metas do governo para um período de quatro anos. Em se tratando dos municípios, o prefeito recém eleito deverá elaborar no seu primeiro ano de governo, o seu PPA que se aprovado na câmara municipal vigorará pelos próximos quatro anos.

No que se refere à transparência da gestão fiscal a Lei de Responsabilidades Fiscal (LRF) estabelecidas em seus artigos 48 e 49, a seguinte redação normativa, que teve ser cumprida em todo o território nacional.

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, as quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público os planos, orçamentários e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivos parecer prévio, o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório da gestão fiscal e as versões simplificadas destes documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos ,lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos

Art. 49. As contas apresentadas pelo chefe do poder executivo ficarão disponíveis durante o exercício no respectivo poder legislativo e órgão técnico responsável pela sua elaboração para consulta e apreciação pelos cidadão e instituições da sociedade.

Neste sentido, o PPA configura-se como um instrumento importante da política de planejamento das ações de governo do executivo federal, estadual e municipal. Em nosso caso, o interesse neste trabalho é a esfera municipal.

VAINER et al.(2005,p.17) argumenta que:

O plano Plurianual de um município é o instrumento de planejamento estratégico de suas ações, contemplando um período de quatro anos. Por ser o documento de planejamento de médio prazo, dele se derivam as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis de Orçamento Anuais.

O PPA como um instrumento de planejamento define suas diretrizes, objetivos e metas que a administração deverá executar.

VAINER et al. (2005, p. 17): cita que:

O Plano plurianual define as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Estas despesas serão planejadas através das ações que integrarão os programas do PPA à execução do serviço da dívida (amortização e encargos) e de outros encargos especiais, bem como da reserva de contingência.

Por sua vez, a LDO deve orientar a elaboração da LOA. A LDO tratará das metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente. Por sua vez, é a LOA quem autorizará os recursos que se fizerem necessários para as ações da LDO.

No que se referem aos objetivos do PPA, os mesmos deverão contemplar uma série de obrigações que são elencadas nos principais marcos legais da área.

Segundo VAINER et al (2005,p19), os principais objetivos do PPA são:

- Definir, com clareza, as metas e prioridades da administração bem como os resultados esperados;
- Organizar, em programas, as ações de que resulte oferta de bens ou serviços que atendam demandas da sociedade;
- Estabelecer a necessária relação entre os programas a serem desenvolvidos e a orientação estratégica de governo;
- Nortear a alocação de recursos nos orçamentos anuais, compatível com as metas e recursos do plano;
- Facilitar o gerenciamento das ações do governo, atribuindo responsabilidade pelo monitoramento destas ações e pelos resultados obtidos;
- Integrar ações desenvolvidas pela união, estado e governo local;
- Estimular parcerias com entidades privadas, na busca de fontes alternativas para o financiamento dos programas;
- Explicitar, quando couber, a distribuição regional das metas e gastos do governo;
- Dar transparências à aplicação de recursos e aos resultados obtidos.

2.8.3 Receitas e despesas: Uma análise do PPA municipal (2002-2005).

O PPA de Barcarena foi instituído através da Lei municipal nº 1889, de 30 de dezembro de 2001, em cumprimento ao disposto do art. 165, § 1º da constituição federal.

O respectivo PPA está organizado em duas partes: na primeira parte é feito uma apresentação do município com sua história, geografia e população. Na segunda parte são apresentados os programas¹⁸ objetos de intervenção do executivo municipal. Em cada programa de governo são estabelecidos os objetivos do plano, prioridades e estratégias de atuação. No que se refere às receitas tributárias próprias planejadas no PPA municipal dos anos de 2002-2005, essa projeção foi menor nesses quatro anos, se comparados com os valores da receitas executadas e repassadas para a secretaria do tesouro nacional para a consolidação das finanças nacionais.

Em 2002, foi planejada uma receita própria pelo PPA municipal de R\$3.385.000, ao final do ano em análise a execução da arrecadação municipal apontou uma receita própria de R\$ 10.817.703 o que demonstra uma diferença bastante acentuada entre o planejado pelo PPA e a execução da receita própria arrecadada pelo município de Barcarena (IPTU, ISS, IRRF e TAXAS). Neste item, podemos afirmar que o município ampliou a sua arrecadação de tributos próprios, o que não foi detectado na projeção do PPA para o período em análise que previu valores muito abaixo do arrecadado e executado. Por exemplo, em 2005 foi planejada uma receita de arrecadação própria de R\$ 5.91.504 e se arrecadou R\$ 23.022.327.

Em relação às receitas de transferência correntes da união e do estado para o município, nos anos de 2002 a 2004, a previsão do PPA é uma receita superior ao que acabou sendo executada. Somente em 2005, a previsão do PPA foi inferior a receita executada pela união e estado e consolidada pela secretaria do tesouro nacional, responsável no Brasil pelo acompanhamento das finanças públicas no país. Neste ano a previsão do PPA, foi do município receber R\$ 65.418.061 de receitas de transferências federais e estaduais o que acabou ficando em R\$ 77.902.111 de execução de transferência.

A somatória das receitas próprias e de transferências da união e do estado foi inferior nos anos de 2002 e 2005, e superior nos anos de 2003 e 2004 se comparados com a execução

¹⁸ A) Saúde para todos; b) Infra estrutura; c) Geração de trabalho e renda; d) Educação ; e) Saneamento básico; f) Segurança pública; g) Desenvolvimento agrícola; h) Ação social; i) Cultura , Desporto e Lazer; j) Urbanismo; l) Administração; m) Orçamento participativo; n) Bolsa escola; o) Transporte; p) Turismo e meio ambiente.

das mesmas. Estes resultados demonstram que o PPA não consegue identificar ações e eventos que poderão prejudicar a arrecadação de impostos de competência municipal, estadual e federal, estes considerados as fontes das receitas públicas utilizados para a realização de obras e serviços prestados ao cidadão. Ver tabela abaixo.

Tabela 20- Receitas planejadas e executadas em Barcarena (2002-2005)

Receitas	2002		2003		2004		2005	
	Planejada PPA	Executada STN	Planejada PPA	Executada STN	Planejada PPA	Executada STN	Planejada PPA	Executada STN
Rec.trib. próprias	3.385.000	10.817.703	4.266.784	11.706.530	4.816.346	10.712.250	5.091.504	23.022.327
Transf. Correntes da União e Estado	43.474.800	42.374.687	44.799.883	23.911.547	61.858.097	58.814.363	65.418.061	77.902.111
Outras receitas correntes	822,00	1.410.727	1.525.113	2.058.130	1.648.483	-208.196	1.861.875	6.798.754
Sub total	46.860.622		60.591.780		68.322.936		72.371.440	
Receitas de capital	6.000.000	0,00	12.000.000	0,00	15.000.000	3.983.953	16.000.000	0,00
Total	52.860.622	54.603.118	72.591.780	37.676.208	83.322.936	67.719.763	88.371.440	107.723.193

Fonte: Elaborado pelo autor apartir de dados do PPA-BARCARENA (2002-2005) pg.46. e do FINBRA-Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota. Por falta de espaço na tabela suprimimos a casa dos centavos.

No que se referem às despesas planejadas no PPA e as executadas pelo município e repassadas para o controle da secretaria do tesouro nacional, revela que a educação no período em análise apresentou uma despesa executada bastante superior ao planejado pelo PPA municipal. Em 2005, previu uma despesa da educação de R\$ 20.407.150 e gastou-se R\$ 30.104.987, o que demonstra que a ação planejadora pode ser alterada pelo ordenador de despesa.

Em relação a cultura com os dados consolidados de 2002 e 2003 a situação foi contrária a apresentada pela educação , aqui na cultura o PPA previu uma despesa superior ao que foi de fato executado pela secretaria municipal de cultura e do desporto, ou seja, se gastou menos do que o previsto no PPA.

Na saúde o PPA planejou uma despesa que revelou - se superior ao executado no período de 2002-2004. Em 2004, se planejou uma despesa de R\$ 13.727.350 nas ações da saúde e se executou apenas R\$ 10.966.099 deste total. Somente o ano de 2005, as despesas planejadas no PPA foram inferiores ao executado.

As despesas com a administração planejadas pelo PPA foram inferiores em relação ao executado pelo município no período em análise. Neste período, as despesas com administração em Barcarena passaram de R\$ 8.706.817 em 2002 para R\$ 18.843.991 em

2005. Estas despesas foram empregadas com pessoal, manutenção da administração municipal e outras ações municipais.

As despesas com a assistência social planejadas pelo PPA, foram superiores nos anos de 2002 e 2004 e inferiores nos anos de 2003 e 2005. Neste período de análise (2002-2005), o município ampliou de R\$ 1.940.593 em 2002 para R\$ 4.470.814 em 2005. Esta ampliação neste setor nem sempre contempla quem de fato precisa da assistência social, para ter uma vida mais digna. Se levarmos em consideração as despesas realizadas com as casas populares da rodovia do cafezal e da vila, certamente que esses recursos poderiam ser melhor aplicado contemplando estes imóveis para quem de fato precisa e não tem como pagar por um teto para morar.

Tabela 21- Despesas planejadas e executadas por função em Barcarena (2002-2005)

Alocação por função	2002		2003		2004		2005	
	Planejada PPA	Executada STN						
Educação	13.690.000	15.396.423	16.485.000	17.865.713	18.961.686	20.478.864	20.407.150	30.104.987
Cultura*	795.000	532.000	922.200	78.000	1.164.700		1.195.260	
Saúde	8.276.000	8.270.352	12.025.300	8.937.737	13.727.350	10.966.099	13.512.800	19.340.381
Saneamento	---	778.970	1.578.000	0,00	1.815.000	0,00	1.991.000	81.710
Adm.	4.330.000	8.706.817	6.760.250	10.147.037	7.697.750	10.982.582	8.347.470	18.843.991
Urbanismo	---	10.853.844,70	46.400,00	17.180.370,13	53.300,00	0,00	58.000,00	16.136.661,75
Assist. Social	2.018.800	1.940.593	2.543.000	4.445.695	3.030.860	2.167.284	3.316.500	4.470.814
Transp.	14.974.000	1.459.187	20.604.400	0,00	23.947.000	0,00	26.130.300	4.645.535

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do PPA-BARCARENA (2002-2005), e do FINBRA. Secretaria do Tesouro Nacional.

*No PPA, a cultura está alocada junto com o esporte e lazer através da Secretaria de Cultura e Desporto.

Nota. Por falta de espaço na tabela suprimimos a casa dos centavos.

No sentido de entender o processo de elaboração e execução do PPA de Barcarena (2002-2005), tentamos agendar entrevistas com representantes do poder público municipal que participaram diretamente deste processo, porém pouco foram o retorno por parte do poder executivo e legislativo (2002-2005).

No executivo nossa referência seria a Secretaria Municipal de Finanças responsável pela elaboração do PPA (2002-2005), na gestão do secretário Paulo Cesar Figueiredo Ribeiro e equipe, porém fomos informados que o mesmo não fazia mais parte da administração municipal juntamente com sua equipe e que o mesmo estava morando em outro município o que dificultou nosso trabalho. Nesta secretaria, entrevistamos o senhor Arthur Magno, diretor do departamento de tributos, que nos informou que as obras realizadas no município são de

escolha do prefeito municipal, que assim decide porque a legislação o assegura essa prerrogativa, e que o critério das escolhas das obras são pelo critério de prioridades¹⁹ na visão do prefeito.

Segundo nosso entrevistado, o poder público local se relaciona com os movimentos sociais através dos vereadores que trazem as demandas destes movimentos ou diretamente com os secretários municipais que atendem estes movimentos, visão bastante diferente destes movimentos que caracterizam a gestão municipal pouco aberta para o diálogo com os movimentos sociais.

No âmbito do executivo municipal, através de ofício fomos recebidos pelo senhor Marlos Neville, que respondia pela Secretaria Municipal de Planejamento, criada para pensar e elaborar a política de planejamento municipal, responsável pela elaboração do PPA (2006-2009) do segundo mandato do prefeito Laurival na gestão da secretaria Renata Cristina de Matos Martins.

Com o secretário Marlos Neville tivemos apenas uma entrevista informal, onde não foi possível o emprego do questionário de entrevista, onde o mesmo apenas explanou questões gerais e dificuldades do planejamento no município de Barcarena.

De acordo com NAHUM (2008a, pg.76).

No entanto, a elite governante usa a gestão dos recursos para a reprodução de sua hegemonia política e econômica. Na lógica dessas elites legislar e administrar são sinônimos de despachar, implementar políticas de assistência social em detrimento de políticas públicas. Entenda por despachar o atendimento pelo prefeito, na sua residência ou no gabinete, aos membros da administração direta e, especialmente, a população. No território de Barcarena, despacha - se “como se” a instituição pública municipal, com suas estruturas e recursos, fosse de domínio privado do gestor.

Junto a Secretaria Municipal de Cultura e Desporto, através de ofícios tentamos contato com o secretário senhor Borgonio Cassiano do Nascimento Neto que foi vereador no primeiro mandato do prefeito Laurival e teria muito a contribuir em nossa pesquisa sobre o processo de discussão e elaboração do PPA no legislativo municipal.

As obras da construção do estádio municipal, a construção da casa de cultura, a construção da biblioteca municipal estão sobre a responsabilidade desta secretaria, o que seria importante a entrevista com o secretário e ex-vereador, sua assessoria alegou problemas de agenda para a impossibilidade da realização da entrevista.

¹⁹ Educação, saúde, saneamento básico dentre outras.

Em Vila do Conde, procuramos o representante da Agencia Distrital do Murucupi, teoricamente responsável pela gestão de Vila do Conde, Vila dos Cabanos, Itupamena, Laranjal, Pioneiro, o senhor Ademir Moraes, que respondia interinamente pela agência com a saída e eleição da titular da agência vereadora Lúcia.

Junto ao legislativo municipal, marcamos uma entrevista através de ofício com o vereador Paulo Ronildo Dias Furtado, porém não foi possível segundo sua assessoria, o vereador se encontrar em várias reuniões no município nos dias 21,22 e 23 de dezembro de 2008.

Quadro 01- Representantes do poder público entrevistados em Barcarena -2008

Entrevistado	Função	Local
Lucia Conceição Anjos do Nascimento ²⁰	Vereadora 2001-2004	Vila do Conde
Arthur Magno	Diretor Do Departamento De Tributos Da Secretaria Municipal De Finanças -PMB	Sede Municipal
Marlos Neville ²¹	Secretario Municipal De Planejamento	Sede Municipal
Ademir Moraes ²²	Agente Distrital Interino Do Murucupi	Vila do Conde

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do trabalho de campo. Dezembro de 2008 e janeiro de 2009.

O contato com os representantes do poder público acima, foi importante para a realização de nossa pesquisa, pois a partir de seus relatos pudemos avaliar a gestão do ponto de vista de quem tem a responsabilidade de cuidar e zelar pelo município.

2.8.4 As obras descritas no PPA de Barcarena 2002-2005

Nossa escolha recaiu sobre as obras públicas físicas, na medida em que seria extremamente difícil fazermos o acompanhamento dos serviços realizados pela prefeitura. A escolha sobre as obras públicas se deve ao fato de sua visibilidade física o que facilitaria a verificação de sua construção, reforma, fabricação ou recuperação pelo poder público municipal.

²⁰ No segundo mandato do prefeito Laurival Magno Cunha a vereadora Lucia não foi eleita passando a ocupar a função de Agente do Distrito de Murucupi onde ficou até 2008, devido a sua desincompatibilização para a candidatura a Câmara Municipal.

²¹ Engenheiro natural de Volta Redonda estado do Rio de Janeiro, no primeiro mandato do prefeito Laurival, o mesmo ocupou o cargo de Secretário Municipal de Obras e Transporte e no segundo mandato o cargo de Secretário Municipal de Planejamento.

²² Substituiu a vereadora Lucia na Agência Distrital do Murucupi por aproximadamente quatro meses, com sua desincompatibilização para as eleições municipais de 2008.

Segundo BRASIL (2002, p.9) cita que:

Obra Pública é considerada toda construção reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de público realizada de forma direta pela administração ou indiretamente por intermédio de terceiro contratado por meio de licitações observadas a legislação vigente

A fiscalização destas obras por parte da sociedade local é bastante limitada, haja vista que, os movimentos sociais e os moradores têm pouco acesso aos documentos oficiais como o PPA e ao orçamento municipal.

Essa transparência foi pouca executada em Barcarena, pois nenhum movimento social entrevistado conhecia o orçamento do município, e não sabia o valor das receitas municipais, pois estas informações não estão disponíveis para a população na câmara de vereadores e na secretaria municipal de finanças como determina a LRF.

Segundo NAHUM (2008b, p.12-13)

Longe de ser domínio público, as informações sobre as ações governamentais não são acessíveis ao cidadão comum. Diferente do que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige transparência e participação da sociedade civil, no sentido de que os planos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os orçamentos, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais e os Relatórios da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, acrescidos de suas versões simplificadas devem estar disponíveis para a consulta e exame de todos os cidadãos.

No entanto, isso tudo está distante do cotidiano político da gestão territorial de Barcarena. Os vereadores explicam que a ausência de participação da população na atividade política é uma escolha individual, o cidadão barcarenense não gosta de se envolver com a vida política do município, isso não é interesse dele.

A esse respeito encontramos bastante dificuldade na realização deste trabalho, pois no trabalho de campo realizado no município quando solicitamos informações do município sobre essas obras, nenhum retorno tivemos por parte da administração local, situação bastante diferente de países como a Suécia, a Bulgária e a Romênia onde existem leis que asseguram ao cidadão o direito a informação e acesso a documentos oficiais²³

²³ A esse respeito ver TONTINI. Julian Jaber. O direito de acesso publico aos documentos oficiais na Suécia,Bulgária e Romênia. In revista da CGU. Presidência da Republica. Controladoria Geral da União. Ano II, nº 3, dezembro. 2007. Brasília: DF. CGU.

Quadro 02- Obras selecionadas do PPA de Barcarena (2002-2005)

Saúde Para Todos - Secretaria Municipal de Saúde – PMB					
OBRAS	2002	2003	2004	2005	TOTAL
1-Construção do prédio próprio para a secretaria			150.000		150.000
2- Construção e aparelhamento de uma unidade de hemoterapia		300.000	348.000	380.000	1.028.000
3-Construção de unidade de produção de hipoclorito			30.000		30.000
Geração De Trabalho E Renda - Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo – PMB					
4-Criar a feira do mercado informal			20.000		20.000
5-Implantação da agroindústria para beneficiamento de frutas regionais		120.000	138.000	150.000	408.000
Educação - Secretaria Municipal de Educação - PMB					
6-Construção da escola técnica e universidade	50.000	58.000	66.000	72.000	246.000
7-Construção, implantação e manutenção de um instituto de nível superior		100.000	115.000	125.000	340.000
8-Construção e manutenção do prédio próprio para o conselho municipal de educação		50.000			50.000
9-Construção e manutenção do prédio próprio da SEMED e SEMAE	80.000	92.000	106.000	116.000	395.820
Desenvolvimento Agrícola - Secretaria Municipal de Agricultura – PMB					
10-Implantação do matadouro municipal		100.000			100.000
11-Recuperação e ampliação da feira do produtor rural	50.000	58.000			108.000
12-Criação e manutenção do horto municipal	155.000	170.000	200.000	220.000	745.000
Ação Social - Coordenadoria de Ação Social – PMB					
13-Construção de casas populares	100.000	116.000	133.000	145.000	494.000
Cultura/ Esporte /Lazer – Secretaria Municipal de Cultura e Desporto –PMB					
14-Continuação da reforma do estádio municipal	100.000	100.000	133.400	145.400	478.800
15-Construção da casa da cultura		30.000	34.500		64.500
16-Construção e manutenção da biblioteca municipal	80.000	82.800	95.220	116.400	374.420
Infra-Estrutura- Secretaria Municipal de Obras e Transporte – PMB					
17-Implantação de uma usina de asfalto		200.000	230.000	250.000	680.000
18-Construção de pontes sobre o rio Mucuruçã		50.000	60.000	70.000	180.000
Urbanização – Secretaria Municipal de Obras e Transporte – PMB					
19-Construção da praça da bíblia	50.000				50.000
20-Construção do terminal rodoviário de passageiros	100.000	116.000	133.400	145.000	494.400
21-Construção de uma usina de compostagem de lixo	100.000	116.000	133.400	145.000	494.400
Transporte – Secretaria Municipal de Obras e Transporte - PMB					
22-Construção e manutenção de abrigos de passageiros.		30.000	34.500	37.600	102.100

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do PPA-BARCARENA (2002-2005).

Na alocação e execução destes programas existe uma grande diferença entre o planejado e o executado.

No programa “saúde para todos,” foram planejados pela Secretaria Municipal de Saúde a construção do prédio próprio para esta secretaria orçada em R\$ 150.000 a construção e aparelhamento de uma unidade de hemoterapia orçada no valor de R\$ 1.028.000 e a construção de unidade de produção de hipoclorito orçada em R\$ 30.000.

Em trabalho de campo constatamos que o prédio próprio para a secretaria não foi construído, funcionando alugado em prédio alugado.

Figura 05: Prédio alugado para a Secretaria Municipal de Saúde



Foto: Márcio Benassuly, 2008. Esta foto mostra que a construção do prédio próprio para a Secretaria Municipal de Saúde previsto no PPA (2002-2005) não saiu do papel. Durante a pesquisa não foi possível identificar o proprietário do referido imóvel.

Quanto ao aparelhamento e a construção da unidade de hemoterapia e de produção de hipoclorito, ninguém no município sabe da existência das mesmas. Esta informação não foi possível a sua verificação na secretaria, pois somente o secretário poderia dar essa informação.

No programa de “Infra – estrutura” foram planejados pela Secretaria Municipal de Obras e Transportes, a implantação de uma usina de asfalto orçada em R\$ 680.000 e a

construção de casas populares no valor de R\$ 494.000. Estas casas também foram planejadas e alocadas com os mesmos recursos pela Coordenadoria de Ação Social da Prefeitura local.

Nas cartas imagens (páginas 94, 95), procuramos localizar algumas destas obras. Na primeira carta imagem o destaque é a sede municipal e seus equipamentos urbanos públicos e privados. Na segunda carta imagem os destaques são a Vila do Conde, localizada na parte inferior a direita e a Vila dos cabanos localizada na carta imagem no canto superior a direita.

Na primeira carta imagem (página 94), cuja base de dados foram utilizada do plano diretor de Barcarena, procuramos destacar a sede municipal que esta localizada no rio murucuça com o igarapé aipim. Nesta carta estão localizadas as seguintes obras pesquisadas (Biblioteca publica de Barcarena, feira do produtor, prédio da SEMAE e terminal rodoviário prefeito Raimundo Alves Dias).

O poder público local, esta contemplado com a prefeitura municipal, as secretarias municipais de educação, finanças, obras e saúde que são responsáveis pela alocação de receitas e acompanhamento de obras no município. O movimento social aqui esta representado pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Barcarena.

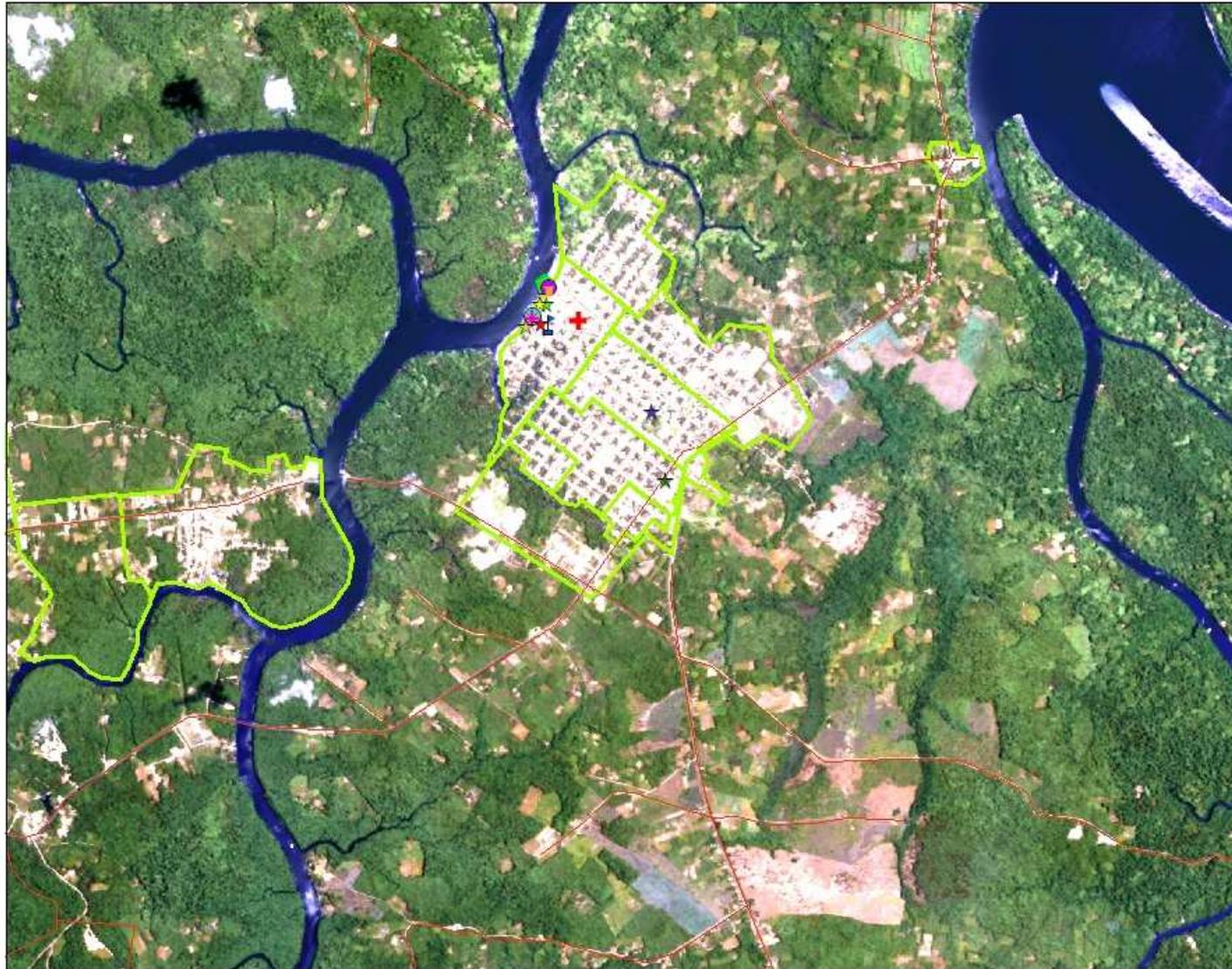
A referida carta mostra uma grande concentração destes equipamentos principalmente ao longo da Avenida Cronge da Silveira onde esta localizada a prefeitura, a câmara de vereadores, as secretarias municipais de educação, finanças, a igreja matriz, o Banco do Brasil, o Banco do estado do Pará, a secretaria de estado da fazenda, o terminal marítimo, o mercado municipal, a feira do mercado informal dentre outros.

A segunda carta imagem (página 96) destaca a Vila do Conde, com destaque para a escola municipal do bairro industrial e a unidade da família de Vila do Conde. Ao norte de Vila do Conde localizam-se as empresas Albrás-alunorte e o referido porto, administrado pela Companhia Docas do Pará- CDP. A nordeste do complexo Albrás-alunorte localiza-se Vila dos Cabanos, planejada para abrigar os funcionários das empresas de mineração (Albrás – Alunorte). A partir da privatização da CVRD (Companhia Vale do rio Doce), a gestão da vila passa paulatinamente para o domínio municipal, que ai executa várias obras como a escola municipal prefeito Laurival Magno Cunha, o ginásio poliesportivo Paulo Ivan, a praça principal da Vila dentre outras.

CARTA IMAGEM DOS BAIRROS DE BARCARENA ESTADO DO PARÁ



GEOTRÓPICO



SITUAÇÃO



PARÂMETROS CARTOGRÁFICOS

SISTEMA DE COORDENADAS
GEOGRÁFICAS: LAT/LONG



UNIDADE: GRAU
DATUM: SAD 69

ESCALA



LEGENDAS

- ★ Biblioteca Pública de Barcarena
- ★ E.E.E.M. Palmeira Gabriel
- Feira do Produtor Rural
- ★ Igreja Matriz
- ★ Mercado Municipal
- ★ Prefeitura Municipal de Barcarena
- ★ Secretaria de Educação
- Secretaria de Finanças
- Secretaria de Obras
- Secretaria de Saúde
- SEMAE
- ★ Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- ★ Terminal Rodoviário
- Ruas e Estradas
- ▭ Limite dos Bairros de Barcarena

Fonte: Pesquisa de Campo 2008/2009
Base Cartográfica do Plano Diretor de Barcarena (2006)

Geotrópico Geotrópico	
Título: CARTA IMAGEM DOS BAIRROS DE BARCARENA ESTADO DO PARÁ	
Área: Barcarena	País: Brasil
Município: Barcarena	Estado: Pará
Responsável Técnico: CASSIO	Data: 02/2009

O fato é que não foi possível saber qual secretaria alocou esses recursos, o que se sabe é que quem distribuiu as casas foi à secretaria de Assistência Social o que preferimos acreditar que se trata de um erro da equipe de elaboração do PPA municipal.

Estas casas serão analisadas no programa da Assistência Social mais adiante. Aqui nos deteremos na usina de asfalto, que em trabalho de campo realizado no dia 20-12 -2008 constatamos que a usina foi construída em 2005 para atender a demanda de asfalto a ser utilizada no asfaltamento das ruas do município.

Segundo o senhor Sérvulo, morador próximo da usina a mesma encontra - se parada a aproximadamente um ano e meio, esta informação foi confirmada pelo senhor Antonio vizinho da usina. A partir do fechamento da mesma foram reduzidos os serviços de asfaltamento das ruas do município.

Ficamos impressionados com o abandono de um equipamento tão caro e que poderia ser utilizado para o bem público, o local está tomado por matos, e o equipamento está sendo consumido pelo tempo onde a corrosão é visível onde há peças jogadas por toda parte, o que demonstra o abandono do local.

Segundo informações coletadas no local, o encarregado pela usina é o senhor Julião a quem procuramos para prestar melhores esclarecimentos no lugar chamado garagem, onde ficam guardadas algumas máquinas da prefeitura, responsáveis pelo serviço de manutenção das ruas do município. Atualmente, este serviço é feito por outra usina localizada na estrada que dá acesso para o núcleo próximo a escola estadual Palmira Gabriel.

Figura 06: Usina de asfalto de Barcarena.



Foto: Márcio Benassuly, 2008. Durante nosso trabalho de campo no município a usina de asfalto de Barcarena encontrava-se abandonada, com o mato crescendo ao redor e a ferrugem em função da exposição ao tempo comprometendo as peças e equipamentos da referida usina.

CARTA IMAGEM DOS BAIRROS DE BARCARENA ESTADO DO PARÁ



GEOTRÓPICO

SITUAÇÃO



PARÂMETROS CARTOGRÁFICOS

SISTEMA DE COORDENADAS
GEOGRÁFICAS: LAT/LONG



UNIDADE: GRAU
DATUM: SAD 69

ESCALA

110.000 55.000 0 110.000 Km

LEGENDAS

-  Centro Comunitário da Vila do Conde
-  E.M.E.F. Prof. Lourival Magno Cunha
-  Escola Municipal do Bairro Industrial
-  Unidade de Saúde da Família da Vila do Conde
-  Ruas e Estradas
-  Limite dos Bairros de Barcarena

Fonte: Pesquisa de Campo 2008/2009
Base Cartográfica do Plano Diretor de Barcarena (2006)



Título: CARTA IMAGEM DOS BAIRROS DE BARCARENA		ESTADO DO PARÁ	
Área: Barcarena	Projeto: Geotrópico	Projeto: Geotrópico	Projeto: Geotrópico
Escala:	Local: Barcarena	Projeto: Geotrópico	Projeto: Geotrópico
Projeto por: PPGEO	Projeto: Geotrópico	Projeto: Geotrópico	Projeto: Geotrópico
Responsável Técnico: CNSEDO	Projeto: Geotrópico	Projeto: Geotrópico	Projeto: Geotrópico
	Projeto: Geotrópico	Projeto: Geotrópico	Projeto: Geotrópico



As constatações confirmadas em trabalho de campo, no que se refere ao “programa de infra - estrutura” demonstram que o município na gestão 2001-2004 apresentava falhas na sua política pública de resguardar os bens do município. O abandono da usina de asfalto reflete essa “falha,” na gestão do patrimônio público, não permitindo que esses bens fiquem abandonados com se vê na figura baixo.

Figura 07: Peças abandonadas da usina de asfalto de Barcarena.



Foto: Márcio Benassuly, 2008. Aqui se verifica peças da usina abandonadas no tempo, o que por si só reflete a má gestão do patrimônio público na conservação e proteção desses equipamentos por parte da prefeitura local.

No programa “geração de trabalho e renda” foi planejada pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo a criação da feira do mercado informal, orçada em R\$ 20.000 e implantação da agroindústria para o beneficiamento de frutas regionais orçada em R\$ 408.000.

A feira do mercado informal existe onde segundo a vendedora, irmã Graça, proprietária de um box de alimentação na mesma disse que: “esta feira não foi criada na primeira gestão do prefeito Laurival Cunha, o que foi feito foi uma pintura do local” .

No trabalho de campo constatamos que a feira está precisando urgentemente de uma nova reforma e a adequação do banheiro, localizado próximo dos box de alimentação, onde não há uma manutenção do mesmo por parte da prefeitura local.

Este banheiro apresenta um “cheiro” que afasta os consumidores que procuram alimentação na feira, localizada em um quarteirão da principal rua da cidade a Avenida Cronge da Silveira, onde está localizadas a Prefeitura, a Câmara Municipal, o Banco do

Brasil, o Banco do Estado do Pará, a Igreja matriz, o posto da Secretaria de Estado da Fazenda –SEFA, o e trapiche construído pelo estado através da Secretaria de Estado de Transporte- SETRAN e ainda não inaugurado.

Quanto à implantação da agroindústria para o beneficiamento de frutas regionais ninguém da Secretaria Municipal de Indústria Comerciaria e Turismo soube nos dizer da existência da mesma.

Figura 08: Feira do mercado informal de Barcarena.



Foto: Márcio Benassuly, 2008. Em trabalho de campo realizado no município, constatou – se que o mercado informal de Barcarena esta precisando de uma reforma urgente e de políticas que valorizem o trabalhador informal e o consumidor, que utilizam este equipamento público. Os urubus em cima do telhado denunciam o mau cheiro no entorno do mercado, as tenhas de amianto (brasilite) tornam o ambiente muito quente, onde os animais convivem com alimentos que ali são comercializados.

No programa de “educação” foram planejadas pela Secretaria Municipal de Educação a construção da escola técnica e universidade orçada em R\$ 246.000, a construção, implantação e manutenção de um instituto de nível superior orçado em R\$ 340.000, construção e manutenção do prédio próprio da SEMED (Secretaria Municipal de Educação) e do SEMAE (Setor Municipal de Assistência ao Educando) orçados em R\$ 395.820; construção e manutenção da biblioteca municipal orçada em R\$ 50.000.

A construção da escola técnica e da universidade não saíram do papel, o que faz com que os munícipes tenham que se dirigir ao Campus Universitário do Baixo Tocantins (CUBT) da UFPA localizado em Abaetetuba, e a Belém para a realização dos estudos de nível superior, pois no município não existem universidades ou faculdades.

O mesmo ocorre com a ausência da escola técnica no município, o que obriga os munícipes a mudarem para Castanhal, para estudar na Escola Agrotécnica Federal de Castanhal e para Belém para estudarem nas técnicas do estado e da união onde o Instituto Federal do Pará (IFPA) e as Escolas Tecnológicas do Pará (ETPA) são as mais procuradas.

No terreno onde seriam construídas a escola técnica e a universidade foi construído a Escola Estadual Palmira Gabriel pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).

A construção, implantação e manutenção do instituto de ensino superior também não saíram do papel. A construção e manutenção do prédio próprio para conselho municipal de educação, da SEMED não foram executados.

Todos esses órgãos funcionam no prédio alugado localizado na Avenida Cronge da Silveira com a rua Santo Antônio. Neste prédio, funciona a câmara municipal que apesar de possuir prédio próprio na Avenida Cronge da Silveira com a rua Magalhães Barata foi desativado e transferido para o prédio alugado. Na parte inferior deste prédio, funcionam diversas lojas comerciais como lanchonetes, armarinhos, lojas de material de construção. O terceiro andar está em construção certamente para ser alugados para outras atividades.

Figura 09: Prédio alugado para a Secretaria Municipal de educação e Câmara Municipal de Barcarena.



Foto: Márcio Benassuly, 2008. No referido prédio alugado, funciona a secretaria municipal de Educação o que demonstra que a construção do prédio próprio para a referida secretaria previsto no PPA (2002-2005) não foi executada. A câmara que tem prédio próprio teve suas atividades transferidas para este prédio localizado na av. Cronge da Silveira com rua Santo Antonio, em frente ao terminal de passageiros prefeito Raimundo Alves Dias

A construção do prédio da SEMAE, não foi realizada, como estava previsto no PPA (2002-2005) funcionando o mesmo em prédio alugado. O município de Barcarena pelos recursos que disponibiliza teria condições, a partir de um planejamento de suas finanças a substituição em médio prazo dos prédios alugados onde atualmente funcionam diversos órgãos do município.

Figura 10: Prédio alugado para a SEMAE



Foto: Márcio Benassuly, 2008. Neste prédio alugado, funciona o setor municipal de assistência ao estudante- SEMAE, o que demonstra que a construção do seu prédio próprio previsto no PPA (2002-2005) não foi executado pela prefeitura municipal de Barcarena.

A verificação in loco da construção da biblioteca municipal não foi possível devido a sua execução ter uma duplicidade de construção e manutenção da biblioteca municipal uma a ser realizada com orçamento da Secretaria Municipal de Educação no valor de R\$ 50.000 e outra a ser realizada com orçamento da Secretaria Municipal de Cultura e Desporto no valor de R\$ 374.420 esta ultima será tratada mais adiante.

No programa “desenvolvimento agrícola” foram planejados pela Secretaria Municipal de Agricultura a implantação do matadouro municipal orçado em R\$ 100.000, a recuperação e ampliação da feira do produtor rural orçada em R\$ 108.000 e a criação do horto municipal orçado em 745.000.

A implantação do matadouro é duvidosa, pois o município já dispunha de matadouro ha bastante tempo, segundo moradores o mesmo foi desativado ficando decidida a montagem de uma espécie de cooperativa composta por diversas pessoas, que exploram esses serviços.

A recuperação e ampliação da feira do produtor foi realizada pela prefeitura, onde atualmente no local são realizadas as quartas, sextas e sábados a comercialização de produtos agrícolas direto do produtor para o consumidor. Esta feira é organizada pela Associação dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Barcarena, cujo presidente é o senhor Cristovam Duarte.

Figura 11: Feira do produtor rural de Barcarena.



Foto: Márcio Benassuly, 2008. A feira do produtor rural de Barcarena é um espaço onde, pequenos produtores rurais do município comercializam a sua produção agrícola. O referido equipamento público e administrado pela associação dos trabalhadores rurais da agricultura familiar de Barcarena responsável pelo ordenamento do espaço.

Quanto à criação e manutenção do horto municipal, não foi realizado. Em entrevista no dia 22-12-2008 Leonardo do Carmo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena desconhece a existência da criação do horto municipal.

No programa “ação social” foi planejada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob a responsabilidade da Coordenação de Ação Social, a construção de casas populares orçadas em R\$ 494.000. Estas casas foram construídas ao longo das estradas que dá acesso ao cafezal e outro um conjunto de casas foi construída estrada que dá acesso para o núcleo.

Estas casas são pequenas possuindo uma sala, um quarto e uma cozinha. Segundo dona Gilberta, moradora de uma destas casas localizada na estrada do núcleo, a mesma confirmou o que várias pessoas sondadas próximas do local disseram que os moradores contemplados com estas casas nem sempre foram escolhidos pelo critério de necessidade material, mais sim pela indicação de vereadores, empresários, políticos, secretários municipais e outros atores que

participam do governo local. Este fato é constatado pela presença de pessoas que são funcionárias da prefeitura e que conseguiram estas casas por intermédio da indicação política e não como deveria ser por necessidade material.

Fiquei chocado com a situação da dona Gilberta, desempregada, avó de filha desempregada, cujo pai da neta abandonou a filha, disse que antes de consegui a sua casa morava de favor em casa de parentes onde chovia mais dentro da casa do que fora, foi quando soube da existência dessas casas populares.

A mesma relatou que teve que invadir a mesma, pois já tinha desistido de tanto procurar a Secretaria de Assistência Social, responsável pelo cadastro das “pessoas necessitadas”, vereadores, vice- prefeito etc. Foi quando tomou notícia de uma casa ainda não ocupada de resolveu ocupá - la. Nas palavras de Dona Gilberta “Barcarena está infestada de corrupção, onde o pobre não tem vez, para mim conseguir esta casa tive que invadir esta casa, pois aqui tudo é indicação política”

Partes destas casas já foram modificadas, como se vê nesta foto, onde se amplia a casa para frente como para os fundos.

Figura 12: Casas populares da estrada do cafezal.



Foto: Márcio Benassuly, 2008. As referidas casas populares da estrada do cafezal, foram construídas com o objetivo de atender as famílias de baixa renda, que não teriam condições de adquirir um imóvel sem o auxílio do poder público. Em trabalho de campo realizado em dezembro de 2008, muitos moradores do entorno destas casas dizem que o referido objetivo não foi cumprido, existindo no local pessoas que já possuem casas e que não teriam, portanto direitos nestas unidades habitacionais construídas pela prefeitura.

Durante o trabalho de campo realizado no município, contatamos que o “programa de ação social” no que se refere à execução da obra das casas populares apresentou muitas falhas no cumprimento de seus objetivos. Barcarena pelos recursos que arrecada de impostos no Pará, precisa ter uma política pública de financiamento de casas populares, porém que atenda quem de fato precise do apoio do poder público local.

Figura 13: Casas populares da estrada da vila dos cabanos.



Foto: Márcio Benassuly, 2008. As referidas casas construídas para “pessoas carentes” vêm sendo modificadas e ampliadas pelos moradores, no sentido de ampliar o espaço das mesmas que é formada por uma sala, uma cozinha, um quarto e um banheiro. Na referida foto, vê-se aterro e tijolos a serem utilizados na ampliação das mesmas.

No programa de “cultura, esporte e lazer” cuja responsabilidade é da Secretaria Municipal de Cultura e Desporto foi planejado a continuação da reforma do estádio municipal orçada em R\$ 478.800, a construção da casa da cultura orçada em R\$ 64.500, e a construção e manutenção da biblioteca municipal orçada em R\$ 374.420.

No que se refere à continuação da reforma do estádio municipal, segundo informações de atletas municipais coletadas no dia 20-12-2008, o que a prefeitura tem feito no estádio é somente pintar e nada mais. A construção da casa de cultura não foi confirmada pela equipe da secretaria.

Figura 14: Fachada do estádio municipal Laurival Campos Cunha



Foto: Márcio Benassuly, 2008. O estádio municipal “Laurival Campos Cunha” é o espaço onde são disputados os principais campeonatos de futebol do município, onde nos finais de semana ha uma grande concentração de atletas para a prática de esporte.

A construção da biblioteca municipal foi realizada, em trabalho de campo (20 a 24-12-2008), encontramos a mesma fechada. Esta apresenta bom estado de funcionamento de seu prédio, a mesma está localizada nos fundos da defensoria pública de Barcarena.

No programa de “urbanismo” de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Transporte foi planejada a construção da praça da bíblia orçada em R\$ 50.000, a construção do terminal rodoviário de passageiros orçados em R\$ 494.400 e a construção de uma usina de compostagem de lixo orçado em R\$ 494.400. A construção da praça da bíblia foi realizada, onde existem quadras para a prática de esporte como: voleibol, e futebol de areia, com bastante arborização.

Figura 15: Aspecto da praça da bíblia.



Foto: Márcio Benassuly, 2008. A praça da bíblia possui uma boa infra estrutura que conta com bancos para descanso, quiosques, lanchonete, administração e quadras para a prática de esportes como vôlei e futebol de areia. È um equipamento, que cumpre um grande papel para o lazer da população da cidade de Barcarena.

Segundo a dona Jovina, moradora do bairro e ex- coordenadora da comunidade de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro ligada a igreja católica, localizada no bairro centro o mesmo da praça, informa que a construção da praça foi favorável para a comunidade, pois permite o encontro de pessoas, além do trânsito facilitado na área, pois era um local abandonado.

Quanto à construção do terminal de passageiros o mesmo já existia há um bom tempo, datando da administração do prefeito Raimundo Alves Dias. Segundo ambulantes o mesmo foi apenas pintado na primeira administração do prefeito Laurivalzinho.

Figura 16: Fachada da estação de passageiro Prefeito Raimundo Alves Dias.



Foto: Márcio Benassuly, 2008. A estação de passageiro Prefeito Raimundo Alves Dias, é responsável pelo embarque e desembarque rodoviário de passageiros que chegam ou partem do município, com destino a outros locais do Pará.

Quanto a construção da usina de compostagem de lixo a mesma não foi confirmada pela Secretaria de Obras e Transportes.

No programa de “transporte” de responsabilidade da Secretaria de Obras e Transporte, foram planejadas a construção e manutenção de abrigos de passageiros a ser construída principalmente na zona rural, esta obra foi orçada em R\$ 102.100. Estes abrigos estão espalhados pelo município, como este localizado em frente ao antigo hospital da CODEBAR próximo do bairro Pioneiro.

Figura 17: Parada de passageiros em frente ao antigo hospital da CODEBAR.

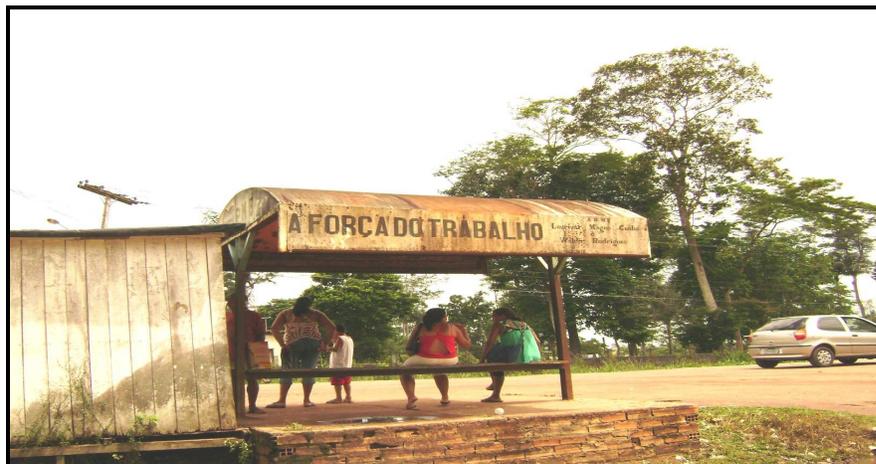


Foto: Márcio Benassuly, 2008. A referida parada de passageiros localizada em frente ao antigo hospital da CODEBAR serve de abrigo para pessoas, que utilizam os serviços do hospital tanto de moradores do bairro do pioneiro localizado a poucas quadras desse local. Em trabalho de campo, constatamos que vários equipamentos como este acima foram construídos, em diversas estradas do município conforme previstos no PPA (2002-2005).

No programa de “turismo e meio ambiente”, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente foi planejado a criação da feira do mercado informal orçada em R\$ 104.000 e que apresenta uma duplicidade do projeto com a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo que alocou R\$ 20.000 para o mesmo projeto.

Os programas de “segurança pública²⁴, administração²⁵, saneamento básico²⁶, orçamento participativo²⁷, e bolsa escola²⁸” não apresentaram obras físicas que pudessem ser visualizados.

No refere se ao orçamento participativo apesar do PPA se claro na pg. 43 que “as comunidades de forma organizada e democrática decidirão a prioridades das obras” na pratica quem decide todas as obras é o prefeito. Em entrevista no dia 22-12-2008 o senhor Arthur Magno, lotado na Secretaria Municipal de Finanças no cargo de Diretor do Departamento de

²⁴ Foram alocados no PPA R\$ 9.910.860 para o aparelhamento, treinamento, infra- estrutura e combate a violência no município. Este programa está ligado ao gabinete do prefeito.

²⁵ Foram alocados no PPA R\$ 27.135.470, para a modernização da administração, reavaliação do plano de cargos e salários, governo itinerante, além da criação da figura do ouvidor municipal. Este programa está ligada a Secretaria Municipal de Administração.

²⁶ Foram alocados no PPA R\$ 68.000 para os serviços de saneamento básico, coleta de lixo domiciliares, urbanos e hospitalares.

²⁷ Não existe nenhum valor alocado para este programa, pois o mesmo ficou só na intenção.

²⁸ Não foi executado esse programa. Apesar de constar no PPA “... toda a comunidade poderá decidir o destino do dinheiro a ser empregado no desenvolvimento do município. BARCARENA, PPA 2002-2005 pg. 43.

Tributos, disse que “todas as obras são decididas pelo prefeito e que o critério utilizado é o prioritário”

NAHUM (2008b, p. 11) afirma que:

O orçamento participativo é uma estratégia de planejar a utilização de recursos públicos, portanto onde, como e quando as receitas serão alocadas. O orçamento possui um caráter público não por ser uma lei, mas por ser elaborado e aprovado num espaço público, através de discussões e emendas feitas pelos vereadores nas sessões da câmara. A constituição de 1988 define o plano plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) como instrumentos integrados para a elaboração do orçamento, que visam o planejamento das ações do poder público.

No entanto, a elite governante de Barcarena adapta todos esses momentos do processo da elaboração no Plano plurianual 2002-2005 para que não ameacem a sua hegemonia e principalmente a direção de seus interesses privados. Evitando ser acusada de autoritária e centralizadora, a elite diz haver participação popular na elaboração do planejamento.

Em nossa visita ao município, identificamos várias obras que não constavam no PPA e que foram executadas a partir da notificação a câmara municipal de vereadores. Dentre estas obras, está a escola municipal Vereador Marcos Martins Magno localizada no bairro de pioneiro, que presta um grande serviço aos estudantes do ensino fundamental.

Figura 18: Aspecto da Escola Municipal Vereador Marcos Martins Magno



Foto: Márcio Benassuly, 2008. A referida escola apresenta uma excelente estrutura física, com diversas salas de aulas que atendem ao ensino fundamental dos moradores do bairro de pioneiro. A construção dessa escola fez com que os alunos não tivessem de que deslocar-se para Vila dos Cabanos para estudarem.

A escola municipal vereador Marcos Martins Magno é de fundamental importância, para o referido bairro, pois sem a mesma os alunos teriam que deslocar-se até Vila dos Cabanos para poderem estudar. Em Vila dos Cabanos, existem várias escolas municipais dentre as quais a escola municipal prefeito Laurival Magno Cunha.

É bastante comum em Barcarena as obras serem batizadas com o nome de políticos que fazem parte da elite governante local. Aqui a referida escola de Vila dos Cabanos leva o nome do prefeito objeto de nossa pesquisa. O prefeito Laurival Magno Cunha, conhecido como Laurivalzinho também empresta seu nome para o ginásio poliesportivo “Laurivalzinho” localizado na sede municipal em frente ao estádio municipal prefeito Laurival Campos Cunha pai de Laurivalzinho.

NAHUM (2008a, pg.79) argumenta que:

Em Barcarena, a gestão dos recursos também origina um projeto infundável de obras, o que faz parecer que as ações governamentais sejam uma política ativa. No entanto, o que esconde tal projeto de obras e ações políticas é o uso do território como recurso para a manutenção de seu domínio político. Nunca há orçamento suficiente para terminar as obras e ela resta ali como propaganda das ações governamentais ou quando são terminadas são apresentadas como uma doação dos próprios governantes à sociedade. Há que se afirmar que o orçamento dessas obras é dinheiro público, portanto da própria sociedade e que não é presente deste ou daquele vereador

O modo tradicional da política estabelecida em Barcarena utiliza-se da administração pública para reproduzir seus interesses privados. Isto fica claro no modo como são geridas estas obras, e como o público se relaciona com o privado. Em Barcarena, público e privado se confundem.

Neste sentido, os recursos que ingressaram nos cofres municipais onde o setor mineral é o mais importantes foram usados na alocação de obras municipais onde a população e os movimentos sociais não tiveram qualquer participação na sua escolha. Portanto, não se pode afirmar que a gestão municipal 2002-2005 utilizou-se de instrumentos participativos, que pudessem incluir a população dando-lhes oportunidade de indicar aquelas obras de interesse da comunidade. A esse respeito, o capítulo seguinte pretende discutir a relação existente entre o executivo e os movimentos sociais, a partir da gestão de obras públicas alocadas no PPA municipal de 2002-2005 e sua implicação para o desenvolvimento local.

3- O DESENVOLVIMENTO LOCAL APARTIR DO EMPREGO DAS RECEITAS MUNICIPAIS: VISÕES E LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE BARCARENA.

O presente capítulo constitui se em uma tentativa de entender o desenvolvimento local, a partir do emprego das receitas municipais. Para tanto, levamos em consideração a visão e as lutas dos movimentos sociais de Barcarena, no sentido da reivindicação da aplicação das receitas municipais em obras no município. Inicialmente é feito uma pequena revisão da literatura do desenvolvimento local. Em seguida, abordamos os movimentos sociais e sua caracterização, atuação e relação como o poder local bem como suas bandeiras de lutas pelo desenvolvimento local a partir da gestão de obras físicas na sede municipal, na Vila do Conde e em Vila dos Cabanos.

3.1 DISCUTINDO O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os paradigmas sobre desenvolvimento passaram por uma profunda transformação desde o final dos anos de 1960, onde aparecem os primeiros sinais do esgotamento do modelo econômico que privilegiavam a escala nacional e regional. Estes são os tempos hegemônicos dos planos nacionais de desenvolvimento com fortes rebatimentos no desenvolvimento regional.

A escala nacional e a região é que eram as categorias objetos de intervenção das políticas públicas de desenvolvimento. Os anos de 1970 representam para os países subdesenvolvidos tempos de elevado crescimento econômico em parte, fruto dos elevados empréstimos contraídos nos países do capitalismo central. Já nos anos de 1980 essas nações passaram por elevado processo de retração econômica o que ocasionou um de tímido crescimento econômico.

Para BUARQUE (2004, p. 25) “*O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos*”.

Este desenvolvimento que ao contrário do desenvolvimento nacional e regional tem no elemento interno do setor produtivo, político e social, elementos indutores geradores capazes de promoverem uma endogeneização econômico social da realidade local. Os atores econômicos, sociais e políticos têm papéis neste processo de fundamental importância como protagonistas a partir de suas ações locais.

BUARQUE (1999, p. 14-15) cita que:

O desenvolvimento local dentro da globalização é uma resultante direta da capacidade dos atores e das sociedades locais se estruturarem, com base nas suas potencialidades e sua matriz cultural para definir e explorar suas prioridades e especificidades num contexto de rápidas e profundas transformações. No novo paradigma de desenvolvimento, isto significa antes de tudo a capacidade de ampliação da massa crítica de recursos humanos, domínio do conhecimento e da informação elementos centrais da competitividade sistêmica.

Essa realidade socioeconômica e política no qual há uma forte participação e engajamento dos atores que passam a promover um desenvolvimento interno ou endógeno.

Este é um paradigma diferente do anterior onde, o desenvolvimento era tido como conseqüências de fatores exógenos ou externos, onde sempre se estava lutando pela atração de grandes investimentos, pois eram esses investimentos externos que levaria o tão divulgado desenvolvimento aos lugares. A materialização desse desenvolvimento estava atrelada a investimentos industriais, ou seja, esse era um modelo que via na industrialização a única forma de desenvolvimento dos países.

Na nova matriz localista de desenvolvimento a industrialização não é a única fonte geradora do desenvolvimento, mas este processo esta atrelado a iniciativas locais, onde o fator criatividade tem demonstrado a existência de diversas experiências de sucesso de projetos que tentam associar a marca local como um diferencial dos produtos.

Diversos são os fatores que têm contribuído para a difusão dessas iniciativas de DL no Brasil, o qual tem se constituído em um importante aliado ao combate ao desemprego a geração de emprego e renda nas pequenas cidades do país, onde as perspectivas por uma ocupação econômica são gritantes, onde o serviço municipal acaba se tornando a única possibilidade de trabalho para a população local, no entanto este serviço público local tem suas limitações. Vários são os fatores que tem contribuído para a implantação do DL nas cidades.

ALBUQUERQUE, (1998, p. 46) afirma que:

Naturalmente o apoio político e administrativo que venham a prestar os setores públicos locais e a comunicação de que devem desempenhar um papel no econômico territorial são fatores decisivos nestas iniciativas de desenvolvimento local, para os quais é também fundamental a negociação estratégica entre atores sócio- econômico locais (associação de empresários, entidades financeiras, centros de consultoria para empresa universidade e institutos de pesquisa e desenvolvimento dentre outros) com o objetivo de incorporar inovações tecnológicas organizativa no tecido empresarial e produtivo local.

O DL é um processo que para dar certo deve contar com o envolvimento de toda a comunidade, na elaboração e execução dos planos e projetos que tenham o lugar como objeto de intervenção. Neste sentido, a formação de uma gestão compartilhada entre os entes

envolvidos na questão (Poder público local, empresas, moradores, movimentos sociais etc.) tem se constituído em um importante instrumento da governança local, ou seja, os desafios e soluções têm que ser perseguido por todos.

A existência dessa ambiência têm, alavancado o DL em vários municípios onde o executivo municipal, através do prefeito da cidade tem criado esse ambiente empreendedor. OTH (1997, p. 92) relata que: “*O interessante de situar a análise do desenvolvimento no plano local decorre, portanto do fato de que é nesta escala que são diretamente percebida os processos de mudanças de representação e de práticas*”.

É na escala local, onde os poderes têm uma atuação maior em que os projetos podem ter uma atuação direta, sem intermediação de quaisquer fatores atravessadores na sua implementação sob este viés de análise, é o DL a vertente do desenvolvimento econômico que tem um poder de impactar diretamente a vida dos moradores de uma localidade. Para tanto várias são as experiências de criação de agências de desenvolvimento local criadas na esfera municipal que tentam dinamizar as ações na municipalidade.

Este enfoque de DL tem privilegiado a vertente social cujo objetivo final tem sido a promoção da inclusão social da população em projetos capazes de gerar emprego e renda. Esta vertente tem procurado ampliar a democracia local caminhando no sentido da participação, como uma estratégia de superação da pobreza.

No entanto, várias localidades têm privilegiado a vertente liberal elitista que focalizam nas necessidades de ampliar as vantagens comparativas das localidades para melhorar a sua imagem perante o mercado mundial; esta vertente privilegia a construção de infra-estrutura física como forma de dotar o lugar de uma densidade técnica, que possa atrair futuros investimentos.

OTH (1997, p.97-98) explica que:

Quatro configurações espaciais entre aquelas mais freqüentes podem assim, ilustrar dinâmicas territoriais do futuro: uma configuração privilegiando a ciência..., uma configuração baseada nas funções estratégicas das empresas ou dos grandes grupos no processo de globalização...uma conjuntura baseada numa reorganização industrial dos conhecimentos antigos e um modelo de desenvolvimento difuso apoiando-se nas capacidades endógenas do meio local.

A questão do DL sob o prisma das configurações espaciais se reveste de uma estratégia sobre o melhor uso do lugar, face ao que o mesmo tem de diferencial para oferecer para o sistema produtivo mundial, haja vista, estarmos vivendo uma era de profunda ligação entre global e local.

3.1.1 Os movimentos sociais em Barcarena: Caracterização, atuação e relação com o poder local

O debate sobre os movimentos sociais na atualidade é tema gerador de controvérsias por parte de pesquisadores que se dedicam a essa temática. Por um lado, a os que acreditam que com o aprofundamento do processo de globalização as lutas travadas por estes movimentos estariam passando por um processo de declínio principalmente a partir dos anos de 1990, onde no Brasil o processo neoliberal é ampliado com a eleição de Fernando Collor.

Para outros pesquisadores a exemplo de Touraine (1994), advoga que o tema é crescente onde o aumento substancial das publicações seria um dos exemplos que a temática desperta na academia.

Na literatura não existe um único conceito de movimento social, pois este varia dependendo da abordagem que lhe é atribuído.

GOHN (2000, p.251) cita que:

Movimento social são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classe e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil.

Pela natureza de nosso trabalho, não entraremos em detalhes teóricos e conceituais da temática acima abordada.

Em relação à Barcarena²⁹ existem poucos trabalhos sobre esta temática, o que precisa ser aprofundado.

Em entrevista com os movimentos sociais em Barcarena, quando perguntamos se o movimento tem conhecimento sobre o que significa o plano plurianual e do que se trata, 90% tem conhecimento do PPA e 10% não tem conhecimento, dos 90% que afirmaram conhecer o PPA disseram que o mesmo trata do planejamento de políticas públicas, determina as ações e demandas no período de quatro anos, o que indica que este instrumento de planejamento é no mínimo bem divulgado pela imprensa Brasileira.

Quando questionamos qual a relação do movimento com o poder público (primeiro mandato de Laurival Cunha), todos indicaram que o movimento não teve relação direta com o prefeito, quando aconteceu foi por intermédio de vereadores como aconteceu com a

²⁹ A esse respeito ver PALHETA. Rosiane Pinheiro. Movimentos sociais e reivindicações populares em torno das empresas de transformação mineral em Barcarena: Um estudo da atuação das associações de moradores e trabalhadores rurais. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2005.

associação dos moradores do bairro industrial em Vila do Conde através da vereadora Lucia, que levava as demandas da associação e o executivo tomava as providências necessárias.

Estes movimentos sociais têm como principais bandeiras de lutas, o saneamento básico, a segurança pública, a infra-estrutura, a geração de emprego e renda, o desenvolvimento agrícola, a regularização fundiária, a ampliação do crédito rural dentre outras reivindicações, onde a principal dificuldade para realizar esses objetivos tem sido a falta de apoio governamental.

Quando perguntamos se o movimento teve alguma participação na gestão do município, a totalidade dos movimentos entrevistados disse que não tiveram nenhuma participação na gestão municipal, pois a administração se apresentou fechada e pouco participativa, o que implicou com que esses movimentos não tivessem nenhuma reivindicação atendida na alocação do PPA (2002-2005).

A relação dos movimentos sociais com o poder local instituído em Barcarena avançou pouco, haja vista que, a administração Laurival Cunha pautou-se por um modelo tradicional de gestão pública, onde para Oliveira (2003) este modelo apresenta-se caracterizada de uma forma burocratizada, fechada e pouco eficiente. Em Barcarena, os movimentos não tiveram acesso ao poder local instituído na gestão de Laurival Cunha, que administrou o município de uma forma tradicional e pouco participativa.

OLIVEIRA (2004, pg. 93) discorre que:

Nos municípios onde a gestão pública é tradicional, centralizada e burocratizada, que não admite a participação da população, o cidadão em vez de ser um agente político independente e autônomo, torna-se refém da administração no máximo um sujeito passivo-e para os prefeitos, quanto mais ele é, acomodado mais “faz bem” a administração. A participação, quando ocorre, é pró- forma, muitas vezes, instrumentos são criados apenas para cumprir exigências legais do governo federal no acesso a recursos de programas governamentais.

Estas práticas tradicionais e conservadoras durante o governo de Laurival Cunha foi recentemente estudada por Nahum (2006) em um estudo quando da implantação da lei de responsabilidade fiscal no município, onde o planejamento, e a participação popular na gestão municipal figura apenas no discurso dos representantes do poder local instituído.

NAHUM (2006, p.107) aborda que:

Constata-se que o sistema de ações conservadoras reproduzidos pela gestão de Laurival Magno Cunha (2001-2004) estrutura um plano plurianual tradicional, porque ignora todos os atores do processo social, um governo que tem como ponto de partida o programa de governo e desconsidera as demandas da população. Além disso, é tecnocrático, visto que utiliza diagnósticos para explicar a realidade, julgando-se objetivo, científico e rigoroso. Em seguida impõe á sociedade as diretrizes\ordens elaborados com base em levantamentos estatísticos e de acordo com a prioridade de cada secretaria.

Esse estilo tradicional de elaboração de governos reproduz um velho estilo de governar cujo déficit de legitimação se aprofunda já que o processo decisório participa um pequeno circulo de apadrinhados muito distantes dos interesses de toda a população.

Este modelo de gestão tradicional, privilegia a figura do prefeito que pautado no discurso de ter sido eleito pela comunidade, tem a prerrogativa de fazer o que bem quiser como executar obras de concretos onerosas aos cofres municipais, que só atendem a interesses de empresários ligados a empreiteiras.

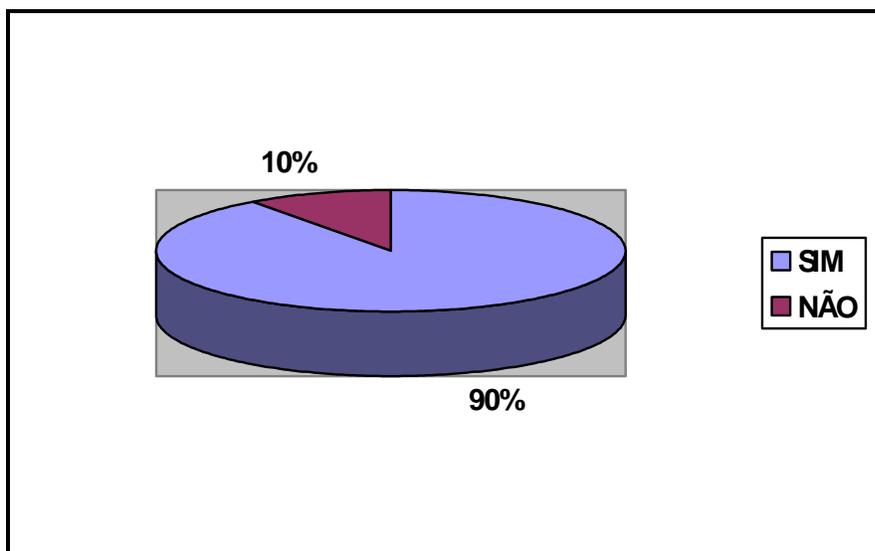
Segundo SILVA (2004, p. 82) afirma que:

No modelo de gestão pública tradicional a base decisória é a tecnocracia, e a participação da sociedade civil na gestão pública é um elemento secundário e até mesmo inexistente. A administração é centralizada em torno do executivo, ao mesmo tempo que é dispersa, pois não é capaz de implementar as políticas de forma coordenada.

Ao questionarmos se estes movimentos têm conhecimento do orçamento público municipal (receitas e despesas) a totalidade respondeu que não, pois o mesmo não é divulgado e que só a prefeitura sabe dessa informação.

Quando perguntamos qual a contribuição dessas obras para o desenvolvimento local da comunidade, onde cada um desses movimentos sociais estão localizados a resposta foi que são obras importantes, pois ajudam o povo a se desenvolverem. Em questionário empregado, quando perguntamos o movimento social tem conhecimento sobre o que significa o PPA, 90% responderam que sim e 10% que não, o que pode se melhor visualizado no gráfico 22.

Gráfico 22- movimentos sociais que têm conhecimento do que trata o PPA em Barcarena 2008



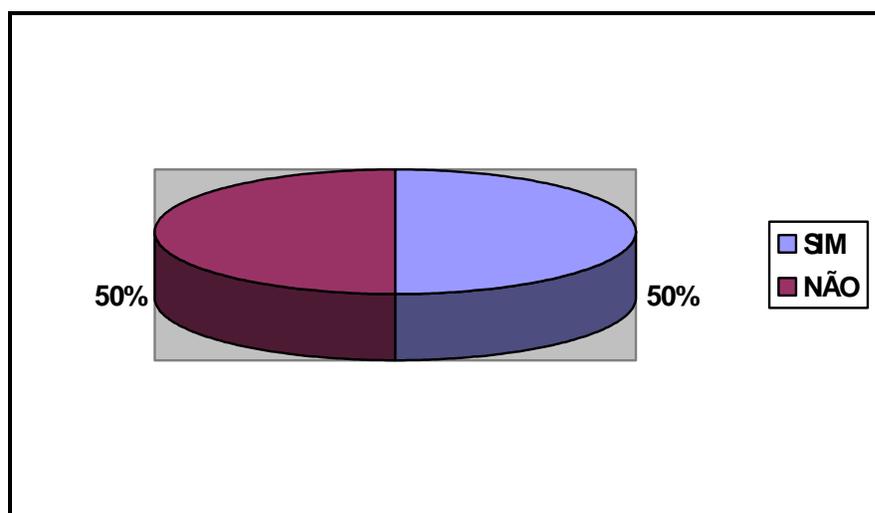
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do trabalho de campo. Dezembro de 2008.

Os dados acima indicam que esses movimentos sabem do que trata o PPA, porém não são chamados a participarem da formulação, execução e muito menos da avaliação do mesmo. O conhecimento que os representantes dizem ter do PPA é superficial, ou seja, sabem apenas que trata de ações de planejamento para quatro anos no município.

Porém nenhum dos seis representantes dos movimentos, teve acesso ao PPA- de Barcarena (2002-2005) mesmo para fazer uma simples consulta, o que indica o não acesso da população a este documento como, determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quando perguntamos existe alguma obra construída na comunidade no primeiro mandato do prefeito Laurival Cunha, 50% responderam que sim e 50% disseram que não. O pode melhor ser visualizado no gráfico 23.

Gráfico 23- Obras construídas na comunidade durante o primeiro mandato do Prefeito Laurival Magno Cunha segundo os movimentos sociais em Barcarena 2008.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do trabalho de campo. Dezembro de 2008 e Janeiro de 2009.

A construção de obras no território de atuação destes movimentos sociais, não é resultado de uma parceria direta destes movimentos com o executivo local. Quem faz essa intermediação são os vereadores, que levam as demandas dos movimentos e o executivo quando de seu interesse realiza estas obras.

Neste sentido, os representantes dos movimentos sociais entrevistados dizem que na administração de Laurival Cunha, não tiveram qualquer participação na gestão municipal. Conforme tabela abaixo.

Quadro 03- Representantes dos movimentos sociais entrevistados em Barcarena 2008.

Movimento social	Entrevistado	Função	Local
Associação dos trabalhadores rurais da agricultura familiar de Barcarena	José Carlos da Conceição Ferreira	Secretario Geral	Sede
Sindicato dos Trabalhadores Rurais De Barcarena	Leonardo Do Carmo	Presidente	Sede
Associação dos Feirantes De Barcarena	Manoel Domingos Rodrigues	Vice-Presidente	Sede
Associação dos Moradores Do Bairro Industrial	Paulo Roberto Moraes Da Costa	Presidente	Vila do Conde
Associação dos Barraqueiros e Comerciantes de Vila do Conde	Henrique Nery Carvalho	Presidente	Vila do Conde
Sindicato dos Metalúrgicos de Barcarena	Paulo Rabelo	Diretor sindical	Vila dos Cabanos

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do trabalho de campo. Dezembro de 2008 e Janeiro de 2009.

Todos os representantes dos movimentos sociais entrevistados acima demonstraram o seu descontentamento com a forma de fazer política no município, onde o modelo adotado está pautado em uma prática tradicional com poucas famílias locais tradicionais na alternância do poder político municipal. Estas famílias são os: Cunhas, os Magnos, os Rodrigues e os Gutierrez que alternam - se no poder onde pouca mudança tem sido constatada ao longo dos anos.

3.1.2 Movimentos sociais da sede municipal: gestão de obras e bandeiras de lutas pelo desenvolvimento local.

Na sede municipal em visita de campo realizada nos dias 21 a 24 de dezembro de 2008 e 17-01-2009, identificamos os seguintes movimentos sociais; sindicato dos trabalhadores rurais de Barcarena, Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Barcarena, Associação dos Feirantes de Barcarena além do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará- seção de Barcarena. SINTEPP-PA.

No Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena entrevistamos o senhor Leonardo do Carmo, presidente sindical, que nos informou que o sindicato não recebeu nenhuma ajuda da administração de Laurival Cunha (2002-2004), o que segundo nosso entrevistado foi um governo onde não houve um diálogo com os movimentos sociais no município.

Figura 19: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena.



Foto: Márcio Benassuly, 2008. Sede do sindicato dos trabalhadores rurais de Barcarena, onde são realizadas reuniões e encontros do movimento rural do município. Neste local, os associados são orientados sobre os projetos da agricultura familiar e as linhas de financiamento público para a agricultura praticado pelo governo federal e estadual.

Com relação às obras citadas no PPA para a agricultura a saber: a implantação do matadouro orçado em R\$ 100.000,00, a recuperação e ampliação da feira do produtor rural orçada em R\$ 108.000,00 e a criação e manutenção do horto municipal orçado em R\$ 745.000,00, o sindicato desconhece a existência do horto municipal. Quanto ao matadouro teria sido implantado em uma estrada do município localizada distante da sede municipal o que ficou difícil a nossa verificação.

A feira municipal construída na administração de Wandick Gutierrez, foi reformada e entregue para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura da Familiar de Barcarena, a onde entrevistamos, o secretário geral do sindicato senhor Jose Carlos da Conceição Ferreira, que confirmou essa informação.

Este sindicato foi fundado em 18 de agosto de 1989³⁰, atualmente tem como seu presidente o senhor Cristovam Duarte. Segundo nosso entrevistado o sindicato tem 503 associados distribuídos em 11 comunidades rurais do município não incluindo a região das ilhas. Seus associados comercializam sua produção³¹ na feira do produtor rural as quartas, sextas e sábados, onde a única ajuda que o sindicato recebeu da administração Laurival Cunha (2002-2005) foi o transporte feito por ônibus que fazem o escoamento da produção das comunidades para a feira do produtor. Segundo Jose Carlos, ao longo dos anos tem se reduzido o numero de produtores que fazem a comercialização na feira do produtor em função de inúmeras dificuldades enfrentadas por estes produtores, principalmente por falta de apoio governamental para a agricultura familiar no município. Na avaliação de nosso entrevistado o município teria que investir na construção de casa de farinha, no beneficiamento de polpas de frutas regionais, na piscicultura e na melhoria das estradas vicinais para a melhoria do setor agrícola municipal. Com relação ao beneficiamento das frutas regionais o PPA (2002-2005) alocou R\$ 408.000,00 para implantação da agroindústria para beneficiamento de frutas regionais, porem o sindicato desconhece a execução desta obra no município.

O terceiro movimento social visitado em Barcarena foi a Associação dos Feirantes de Barcarena, onde entrevistamos seu vice-presidente Manoel Domingos Rodrigues, que nos informou que a associação tem 130 associados localizados na chamada vila da manteiga³².

³⁰ Informação obtida junto ao Secretário Geral do Sindicato, senhor José Carlos da Conceição Ferreira em entrevista realizada no dia 17-01-2009.

³¹ Esta produção inclui: Plantas medicinais, verduras, legumes, frutas regionais, farinha de mandioca e animais, como patos, galinhas e porcos que podem ser comercializados vivos ou mortos.

³² Vila localizada na Avenida Crome da Silveira entre a feira do mercado informal e o terminal de passageiro prefeito Raimundo Dias, onde funcionam varias mercearias.

Figura 20: Associação dos Feirantes de Barcarena.



Foto: Márcio Benassuly, 2008. Neste local, funciona a sede da associação dos feirantes de Barcarena, onde são realizadas reuniões e encontros, com os associados no sentido de buscar melhorias para os feirantes do município.

Com relação à participação da associação na gestão local, a mesma não teve qualquer contato com o poder público (2002-2005) onde não teve nenhuma demanda atendida pelo poder local o que demonstra que os movimentos sociais em Barcarena não tiveram acesso na formulação de políticas públicas no município, onde a gestão demonstrou centralizada e com pouca sensibilidade para os movimentos sociais.

3.1.3 Movimentos sociais em Vila do Conde: gestão de obras e lutas pelo desenvolvimento local

Em Vila do Conde, os Movimentos sociais identificados foram O centro Comunitário de Vila do Conde representados pelo seu presidente José Maria de Moraes³³, a Associação dos Barraqueiros e Comerciantes de Vila do Conde representados pelo Senhor Henrique Nery Carvalho e a Associação dos Moradores do Bairro industrial representado pelo presidente Paulo Roberto Moraes da Costa. Estes movimentos apesar de lutarem por bandeiras semelhantes,³⁴ mantêm poucas relações, onde cada movimento age de forma isolada.

³³ Não foi possível entrevista-lo, apesar de duas tentativas realizadas nos dias 06 e 07 de janeiro de 2009, sua acessória alegou problemas de agenda.

³⁴ Saneamento básico, segurança pública com a reativação da delegacia local, infra-estrutura urbana.

Na Associação dos Moradores do Bairro Industrial, em entrevista com o senhor Paulo Roberto Moraes da Costa, informou que foram executadas as seguintes obras no bairro: construção da escola do bairro industrial, energização do bairro a partir da contrapartida da prefeitura local no programa “luz para todos” do governo federal e piçaramento das ruas do bairro. Quanto a escola, a mesma apresenta uma boa estrutura para o atendimento dos moradores do bairro estimado em 3.5000 pessoas pela defesa civil do estado do Pará em 2008. A energização veio a substituir as ligações ilegais do tipo “gatos”, o que provocava muita apreensão nos moradores com os desligamentos feitos pela Celpa sem falar nos prejuízos com a queima de eletrodomésticos, provocados pelo mau serviço elétrico segundo nosso entrevistado, todas essas obras foram realizada com a intermediação da vereadora Lucia junto ao executivo local.

Figura 21: Associação dos Moradores do Bairro Industrial



Foto: Márcio Benassuly, 2008. A associação dos moradores do bairro industrial ainda não conta com sua sede própria. Neste local esta sendo construída a sua sede, que até o presente momento recebeu ajuda para a compra de matérias de construção da Imerys e da prefeitura; através da agência distrital de Murucupi localizada em Vila do Conde.

Na Associação dos Barraqueiros e Comerciantes de Vila do Conde através de entrevistas no dia 06-01-2009 com o presidente Henrique Nery Carvalho, segundo o mesmo a associação nasceu com o objetivo de lutar em defesa dos barraqueiros e comerciantes de Vila do Conde. Com relação aos barraqueiros da praia a associação luta pela padronização das barracas instaladas na praia, que nos anos anteriores foi ocupada por pessoas que se diziam sem condições de moradias e passaram a construir habitação com o objetivo de moradias ao

longo de todo o percurso da praia, provocando uma ocupação desordenada e caótica deste local.

Segundo o senhor Nery que também é conselheiro de saúde a prefeitura realiza na praia uma limpeza através de um contrato firmado com uma empresa. A associação tem propostas, para que esse controle passe para a associação, onde a mesma terá condição de fazer essa administração através de contratos e onde seria usada mão de obras local.

Segundo nosso entrevistado, durante o primeiro mandato de prefeito Laurival foram executados em Vila do Conde as seguintes obras: criação da unidade do PSF, instalada em prédio alugado localizado em frente ao Centro Comunitário de Vila do Conde, a reforma e ampliação e municipalização do posto de Saúde de Vila do Conde até então administrado pela SESPA, a construção da quadra poliesportiva de Vila do Conde localizado próximo a igreja de São João Batista, a reforma da escola municipal Pica-Pau Amarelo, além da construção de um posto de saúde na praia de Vila do Conde que atende no período de veraneio.

Figura 22: Associação dos Barraqueiros e Comerciantes da Praia de Vila do Conde



Foto: Márcio Benassuly, 2008. Esta associação terá sua sede própria localizada na praia de Vila do Conde onde existem as fundações de um prédio para abrigar as instalações da referida associação. Dentre seus objetivos esta, a promoção de um ordenamento e padronização das barracas da praia de Vila do Conde para um melhor atendimento aos clientes principalmente durante o veraneio.

Em entrevista os representantes da administração pública em Vila do Conde, Ademir Moraes que no segundo mandato do prefeito Lourival exerceu a função de agente distrital Interino de Murucupi nos informou que Prefeitura Municipal (2002-2005) executou na Vila as

seguintes obras asfaltando de ruas, construção da escola municipal no bairro industrial, primeira ampliação da creche Pica-Pau amarelo construção do muro para a proteção da Igreja de São João Batista, ligação de energia do bairro Industrial; estas informações foram confirmadas em entrevistas, pela vereadora Lucia Conceição que esteve a frente da Agencia Distrital do Murucupi no período de 2005-2008.

A presença do poder municipal em Vila do Conde é extremamente deficiente a começar pela falta de infra - estrutura para o desenvolvimento de trabalho, pois não existe uma estrutura compatível com a responsabilidade distrital. A própria Agencia Distrital não conta com um prédio e servidores para realizarem o serviço que se fizeram necessários.

Na realidade a Agência Distrital do Municipal só existe no papel, na prática as decisões distritais são executadas pelo prefeito que comanda as ações da sede municipal.

3.1.4 Movimentos sociais em Vila dos Cabanos: gestão de obras e lutas pelo desenvolvimento local.

Vila dos Cabanos enquanto território fruto do planejamento urbano³⁵ para dar suporte ao projeto Albrás - Alunorte tem sua natureza diferente do restante das aglomerações urbanas do município de Barcarena.

Em trabalho de campo realizado nos dias 09 e 10 de janeiro de 2009 foram identificados os seguintes movimentos sociais: Sindicatos dos Metalúrgicos de Barcarena, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química de Barcarena e a Associação dos Moradores de Vila dos Cabanos.

No Sindicato dos Metalúrgicos de Barcarena entrevistamos Paulo Rabelo, diretor sindical que nos informou que o sindicato teve pouco diálogo com a administração municipal do Prefeito Lourival Cunha (2002-2005). Esta falta de dialogo se refletiu, em nenhuma demanda sindical atendida pela prefeitura.

³⁵ A esse respeito ver CHAGAS, Clay Anderson Nunes. O mito da "cidade aberta" Vila dos Cabanos, Urbanização e Planejamento Urbano na Amazônia. Dissertação de Mestrado em Planejamento do desenvolvimento PLADES NAEA, Belém .2002 .

Figura 23: Sindicato dos Metalúrgicos de Barcarena.



Foto: Márcio Benassuly, 2008. Neste prédio, funciona a sede do sindicato dos metalúrgicos de Barcarena, onde são realizados vários cursos de capacitação para os trabalhadores da indústria metalúrgica do município. Além do mais, neste espaço acontecem reuniões e encontros do movimento onde são prestadas orientações para os associados do sindicato.

A Associação dos Moradores de Vila dos Cabanos, tomamos contatos de sua existência por intermédio de uma placa colocada na “praça de Igarapé Miri” cujos dizeres contava “construção da praça de Igarapé Miri , mais uma realização da associação dos moradores de Vila dos Cabanos” o que nos indicava a existência de um movimento social local. Porém em entrevista com vários moradores do local nenhum soube indicar, onde ficava localizada essa associação. Neste trabalho de campo, identificamos a Escola Municipal Prefeito Laurival Magno Cunha responsável pelo atendimento da educação fundamental na vila.

No bairro Pioneiro, localizado no entorno de Vila dos Cabanos identificamos o Centro Comunitário do Bairro Pioneiro, que se encontrava em processo eleitoral para a escolha da nova diretoria marcada para acontecer em 11-01-2009.

Neste trabalho de campo no referido aglomerado urbano, identificamos a Escola Municipal Vereador Marcos Martins Magno inaugurado em sete de março de 2005, responsável pela educação fundamental municipal no local.

Pioneiro é um aglomerado urbano que surgiu ao longo do processo de implantação do projeto Albrás-Alunorte, para abrigar a mão de obra desqualificada de quem procuravam emprego no referido projeto.

Todas essas obras executadas no município são importantes, pois contribuem de diferentes formas para o desenvolvimento municipal.

Esta contribuição é reconhecida pelos movimentos sociais entrevistados de Barcarena, o que indica o caráter que estas obras têm contribuído para o desenvolvimento local, na visão dos representantes dos movimentos sociais.

Quadro 04: Contribuição das obras municipais para o desenvolvimento local segundo os movimentos sociais entrevistados- 2008.

Movimento social	Obras	Contribuição para o d.l
Associação Dos Moradores Do Bairro Industrial- Vila Do Conde	Escola Municipal Do Bairro Industrial	<ul style="list-style-type: none"> • Promove a Educação dos Moradores
Associação dos Barraqueiros e Comerc. de Vila do Conde	Quadra Poliesportiva De Vila Do Conde	<ul style="list-style-type: none"> • Promove a Ocupação Dos Jovens No Esporte • Retém os Jovens Afastando Do Risco Criminal.
Sindicato dos Metalúrgicos de Barcarena - Vila dos Cabanos	Escola Municipal Pref. Laurival Magno Cunha	<ul style="list-style-type: none"> • Promove a Educação Dos Moradores • Promove a Inclusão Social
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena- Sede	Feira do Produtor Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Gera Emprego e Renda • Comercialização Direta Produtor \Consumidor
Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de Barcarena - Sede	Feira do Produtor Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Gera Emprego para os Pequenos Agricultores
Associação dos Feirantes de Barcarena - sede	Mercado Informal	<ul style="list-style-type: none"> • Gera Emprego E Renda

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do trabalho de campo. Dezembro de 2008 e Janeiro de 2009.

Este caráter potencializador destas obras poderia ser maior e melhor, se o planejamento e a execução destas fossem discutidos com a população e com os movimentos sociais. Infelizmente nada disto acontece em Barcarena, onde o modelo tradicional não contempla estas ações. O desenvolvimento que estas obras geram são difusos, portanto não canalizados segundo um planejamento estratégico municipal onde todas essas obras pudessem fazer parte de um planejamento que tivessem como meta final o desenvolvimento local.

Neste sentido, a participação dos movimentos sociais em qualquer gestão pública que pretenda o desenvolvimento local no território se faz necessária, pois estes podem ajudar no esforço gerador da estratégia de uma pactuação entre os diversos segmentos da sociedade; tendo como objetivo final as ações de desenvolvimento municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou um recorte espaço-temporal de uma municipalidade amazônica, onde sua população vivia a partir dos elementos da natureza, em que o meio natural municipal constituía-se no ponto de referência para a sobrevivência dos munícipes durante as décadas de 1970 e 1980, portanto anteriores aos impactos econômicos dos projetos minerais aí instalados. A dependência excessiva desse meio natural perde espaço a partir do funcionamento, das plantas industriais do projeto Albrás- Alunorte, posterior a 1985. Desde então a dinâmica municipal passa-se necessariamente pelo setor mineral que representa o principal segmento gerador de receitas para o município.

Em nossa pesquisa constatamos que durante as décadas de 1970 e 1980, o município passou por um intenso processo de transformações em sua base populacional, econômica e das finanças públicas municipais.

No que se refere às transformações na base populacional municipal, podemos afirmar de acordo com dados do IBGE, que a população local deslocou-se em maior proporção da zona rural para a zona urbana. Esta mudança acontece por vários fatores, dentre os quais destacamos a implantação do projeto Albrás Alunorte que passou a atrair mão de obra desqualificada para as obras de construção do empreendimento.

A chegada do projeto Albrás-alunorte ao município atraiu um grande contingente de migrantes de outros municípios e estados do Brasil, o que fez com que a população municipal mais que dobrasse no período de 1980-1991, período de construção do complexo alumínico e funcionamento da Albrás ocorrido em 1985. Esses novos migrantes têm como destino as aglomerações urbanas próximas do projeto principalmente Vila do Conde, Itupamena, São Francisco e a própria sede municipal. Vale destacar que nenhum planejamento público foi realizado para receber este grande contingente de migrantes no município, o que veio pressionar a demanda pelos serviços municipais principalmente a educação, a saúde, o transporte e outros.

No que se refere à economia municipal durante as décadas de 1970 e 1980, Barcarena tinha no setor primário da economia a sua principal fonte de receitas, com destaque para as culturas permanentes e temporárias como a pimenta do reino e cacau.

Em síntese, Barcarena tinha sua base econômica dependente das atividades naturais o que refletia a presença da população, que estava localizada na zona rural que do meio natural tirava o sustento para a família.

Quanto às finanças públicas municipais no período em análise, a municipalidade tinha nas receitas de transferências da união e do estado a sua principal fonte de execução dos serviços e das obras realizadas pelo município. De 1976 a 1982, somente o ano de 1982 a receita própria foi superior a receita de transferências, tal situação refletia de certa forma a existência das poucas atividades produtivas no território capaz de contribuir para a arrecadação dos tributos municipais como o IPTU, o ISS, o ITBI e outras taxas.

Esta situação municipal começa a mudar com o anúncio em 1976 de que um grande projeto mineral seria instalado no município. No ano seguinte teve início as primeiras desapropriações no distrito do murucupi, onde seria implantado o projeto Albrás-alunorte, e sua infra - estrutura como o porto de vila conde.

Com a inauguração da Albrás em 1985, da Alunorte em 1995 e da Pará Pigmentos e da Imerys Rio Capim Caulim em 1996, uma série de impactos no setor empregatício, de investimentos em projetos sociais e de meio ambiente e da arrecadação de impostos tiveram início. No setor alumina – alumínio, as empresas Albrás e Alunorte, passaram a cumprir um papel de grande relevância no município através dos investimentos e impostos gerados.

No período de 2002-2005, a Albrás investiu R\$ 35.090 milhões de reais em projetos sociais e de meio ambiente, com um recolhimento de R\$ 310.087 milhões de reais de impostos, para as três esferas de governo. A Albrás como a principal empresa de mineração de Barcarena, pode e deve contribuir para o município, o que deve ser feito através de investimentos em projetos que visem principalmente a melhoria das condições de vida da população local carente.

A Alunorte no período em análise investiu R\$ 32.570 milhões de reais em projetos sociais e de meio ambiente, com um recolhimento de impostos de R\$ 341.340 milhões de reais para as três esferas de governo.

No setor de caulim as empresas, Pará Pigmentos e Imerys Rio Capim Caulim, têm ao longo dos anos ampliado a sua participação em novos investimentos no município. A Pará Pigmentos, nos anos de 2002-2003 investiu R\$ 3.571 milhões de reais em projetos sociais e de meio ambiente, com um recolhimento de R\$ 22.616 milhões de reais em impostos para as três esferas de governo.

A segunda empresa do caulim implantada em Barcarena foi a Imerys Rio Capim Caulim, que entre 2002-2005 investiu R\$ 22.573 milhões de reais em projetos sociais e de meio ambiente, com um recolhimento de R\$ 34.822 milhões de reais de impostos distribuídos nas três esferas de governo. A presença da Imerys principalmente em Vila do Conde onde esta

localizada, é visível no que refere aos investimentos realizados em projetos sociais e de meio ambiente e outras parcerias com a comunidade.

A implantação dos projetos de beneficiamento mineral em Barcarena tem contribuído para o aumento das finanças públicas. Essa contribuição dá-se de diferentes maneiras. Em primeiro lugar, há uma contribuição direta das empresas citadas (Albrás, Alunorte, Pará Pigmentos, Imerys) que recolhem seus tributos nas três esferas. Esta arrecadação quando feito pela união ou estado, acaba retornando ao município através do mecanismo de “cota parte” em que o município tem o direito constitucional na repartição do imposto arrecadado em seu território. Este mecanismo é utilizado, por exemplo, com o ICMS arrecadado pelo estado e redistribuído entre os municípios.

Em segundo lugar, estas empresas requerem serviços e desta forma acabam atraindo as chamadas “empresas subcontratadas” que funcionam dando suporte a vários serviços requeridos por estas empresas de mineração. Estas empresas subcontratadas, também arrecadam impostos que irá somar se aos impostos recolhidos pelas grandes empresas de mineração instaladas no município.

Aliado a esta arrecadação direta das grandes empresas e de suas subcontratadas, há investimentos empregados na contratação de funcionários que acabam gastando parte de seus recursos no comércio local ou em serviços no município, que é também objeto de tributação.

A forma da alocação destes recursos que ingressam no tesouro municipal é que precisa ser mais bem empregado. A análise do PPA (2002-2005) indicou que existe uma grande disparidade entre o planejado e o executado no que diz respeito à receita, a despesa e as obras planejadas para serem executadas. No que se referem às obras, estas tem sido executadas sem nenhum critério, haja vista que, o município não dispõe de um plano estratégico para o desenvolvimento local. Neste sentido, o planejamento e a construção de obras devem ter como objetivo o seu papel potencializador para o desenvolvimento local.

O fato de a obra ser, citada no PPA não garante a sua execução, o que depende de fatores como vontade política e disponibilidade de receitas dentre outros para a sua realização.

Com a disponibilidade de um orçamento pautada na arrecadação de quatro grandes empresas (Albrás, Alunorte, Pará Pigmentos e Imerys) o município teve condições materiais de empregar esses recursos de uma forma efetiva. Tendo como referencial as obras físicas descritas no Plano Plurianual (2002-2005), constatamos que este instrumento de planejamento em poucas obras cumpriu o que estava previsto no PPA. Das vinte e duas obras selecionadas do PPA, onze foram executadas e visitadas, sete não foram executadas o que foi confirmado por vários entrevistados, e quatro não foram confirmadas pelo órgão executor.

As onze obras executadas e visitadas foram: criação da feira do mercado informal, implantação do matadouro municipal, recuperação e ampliação da feira do produtor rural, construção de casas populares, continuação da reforma do estádio municipal, construção da casa de cultura, construção da biblioteca municipal, implantação da usina de asfalto, construção da praça da bíblia, construção do terminal rodoviário de passageiros e construção de abrigos de passageiros.

A exceção dessa lista que não foi visitada foi o matadouro municipal, que segundo o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Barcarena senhor Leonardo do Carmo fica distante da cidade o que inviabilizou nossa visita.

As sete obras que não foram executadas e confirmadas por nossos entrevistados foram: construção do prédio próprio da secretaria municipal de saúde, implantação da agroindústria para beneficiamento de frutas regionais, construção da escola técnica e universidade, implantação do instituto de nível superior, construção do prédio próprio para o conselho escolar, construção de prédios próprios da semed e semae e criação do horto municipal.

Cabe destacar, que estas obras foram planejadas para serem executados durante o primeiro mandato do prefeito Laurival Magno Cunha, que foi reeleito para um período de mais quatro anos de gestão, concluído em 31 de dezembro de 2008.

Quatro obras não foram confirmadas pelo órgão executor. A secretaria municipal de saúde, não confirmou a construção e aparelhamento de uma unidade de hemoterapia com alocação de Um milhão e vinte e oito mil reais, além da construção da unidade de produção de hipoclorito no valor de trinta mil reais.

Da secretaria municipal de obras e transporte não foi possível a confirmação da execução da construção da ponte sobre o rio murucuça, orçada em cento e oitenta mil reais e a construção da usina de compostagem de lixo orçada em quatrocentos e noventa e quatro mil e quatrocentos reais.

A verificação da execução dessas obras não foi fácil, pois ainda não existe uma cultura de prestação de contas do executivo, principalmente em municípios do interior da Amazônia. A execução das obras realizadas é muito importante para o desenvolvimento local, pois a seu modo todas contribui para que o cidadão seja atendido naquilo que a prefeitura tem a obrigação de prestar; que são os serviços públicos em equipamentos físicos decentes, pois para isto o município tem a sua disposição crescente receitas advindas na sua maioria das empresas de mineração instalados no município.

Com uma gestão local tradicional onde o prefeito é o centro das decisões como observa Oliveira (2003), que centraliza em si quais e onde serão executadas as obras e políticas

públicas que o município adotará, trás como conseqüências a redução da participação popular na gestão local; onde os movimentos sociais não são incluídos no processo administrativo.

Quanto a participação dos movimentos sociais em Barcarena, constatamos que nenhum dos seis representantes dos movimentos sociais teve contato direto com o prefeito, quando houve alguma demanda atendida pelo executivo, foi através da intermediação dos vereadores. Esta falta de diálogo do poder local para com os movimentos travou qualquer possibilidade de participação destes, na gestão das obras municipais. Este modelo de fazer política pouco contribui para a democracia participativa, onde o cidadão desempenha um papel da maior importância.

Outro fator a ressaltar é que os movimentos sociais em Barcarena mantêm entre si uma baixa articulação entre os movimentos locais, esta articulação em vários casos é maior para com movimentos estaduais e nacionais de possuem bandeiras de lutas semelhantes do que com os movimentos municipais, que em muitos casos tem se tornado até adversários.

Em Barcarena a palavra “participativa” é pouco exercida, em seu lugar aparece “representativa”, “foi eleito para fazer para o povo” e não “fazer com o povo”. Este modelo político tradicional de “fazer para o povo” onde o mesmo aparece como beneficiado com as obras que o prefeito faz é que dá a tônica na gestão local.

Em Barcarena impera um conjunto de ações políticas conservadoras, onde o público e o privado se confundem. Isto faz com que, parte desses recursos elencados em obras se perca de acordo com os mais variados interesses da elite governante de Barcarena. Durante nossa pesquisa nos deparamos com valores consideráveis de recursos que o município recebe e disponibilizado para consulta no site da secretaria do tesouro nacional. Como entender, que mesmo com todos esses recursos disponíveis parceladas da população local não consegue melhorar sua condição de vida. O modelo político tradicional vigente em Barcarena explica em partes este estado de coisas.

O emprego dessas receitas não tem sido alocado segundo um planejamento estratégico, que rompa com a política tradicional baseada na figura do prefeito municipal. O planejamento municipal é feito apenas para o cumprimento de exigências constitucionais, e outros instrumentos normativos, porém não se tem a preocupação do cumprimento integral do PPA. O próprio PPA dispõe de um instrumento de avaliação das obras, porém não é divulgado esse trabalho. Desta forma, o planejamento assume duas facetas a que está no papel e a que existe na prática, logo o desenvolvimento local entendido a partir do emprego das receitas municipais em Barcarena, é pouco percebido pela população.

Falta foco de atuação e critérios para a escolha das obras que o município realiza, pois estas obras são escolhidas pelo critério político atribuído a vontade do prefeito. Além do mais, falta estudo técnico especializado que possa embasar o prefeito a ter essas decisões, quando as mesmas existem nem sempre são levadas em consideração, o que decide mesmo são os entendimentos políticos e a vontade da elite governante municipal.

Por fim, destacamos a contribuição das obras municipais para o desenvolvimento local, segundo a visão dos movimentos sociais, que indicam que estas são importantes pois, contribuem para a melhoria de vida dos moradores locais, na medida em que tais obras cumprem um papel e uma função no território onde estão localizadas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Território e poder: a política das escalas. In. FISCHER, Tânia. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**, Salvador, BA. Casa da Qualidade, 2002.

ALBRAS. **Balanco social 2005**. Disponível em: <http://www.albras.net/>. Acessado em 26-10-2008.

_____. **Balanco social 2006**. Disponível em: <http://www.albras.net/>. Acessado em 26-10-2008

_____. **Demonstrações contábeis anuais. 2002, 2003, 2004 e 2005**. Disponível em <http://www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=125>. Acessado em 25-10-2008.

_____. **Relatório da administração no ano de 2004**. Disponível em: <http://www.albras.net/>. Acessado em 26-10-2008.

ALBUQUERQUE, Francisco. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico**: uma resposta as exigência do ajuste estrutural. Traduzido por Antonio Rubens Pompeu Braga. Fortaleza BNB, 1998.

ALUNORTE. **Demonstrações contábeis anuais 2002, 2003, 2004 e 2005**. Disponível em: <http://www.alunorte.net/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>. Acessado em 24-10-2008.

_____. **Relatório da administração no ano de 2004**. Disponível em: <http://www.alunorte.net/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>. Acessado em 26 -10-2008.

_____. **Relatório de responsabilidade social**. Disponível em: <http://www.alunorte.net/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>

AMARAL, Marcio Douglas Brito. et al. A outra face da cidade empresa: os assentamentos urbanos na área de influencia do projeto Albrás / Alunorte. In Trindade JR. Saint Clair Cordeiro de & ROCHA, Gilberto Miranda (org). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**: Belém: Paka - tatu, 2002.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 5ª Ed.. São Paulo. Atlas. 1981.

AZEVEDO, Érica Monteiro. **Relação empresas comunidades: os campos de poder, território e rede de movimentos sociais em Barcarena**. In: Dissertação de mestrado Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Plades. Belém 2004

BARCARENA. **Lei nº. 1889, de 30 de dezembro de 2001. Dispõe sobre o plano plurianual.** Barcarena, Pará, 2001.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. **Grandes projetos, políticas públicas e qualidades de vida em vila do Conde - Barcarena (PA).** Trabalho de Conclusão de Curso. Colegiado do curso de geografia. Universidade Federal do Pará. 2003.

_____. Vila do conde e a instalação dos projetos em Barcarena. In MATHIS. Armin. (Orgs.). **Poder local e mudanças socioambientais.** Belém: NAEA/UFPA, 2007.

BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do século milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Amazônia, mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio. In. MENDES, Armando Dias (org.). **A Amazônia e o seu Banco.** Manaus, Editora Valer 2002.

_____. **Amazônia.** 7º ed. Rio de Janeiro, Editora Ática, 1997, Série Princípios.

BOURDIN, Alain. **A questão local.** Tradução de Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP& A, 2001.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Gestão de Recursos Federais de Recursos Federais: Manual para os agentes municipais.** Brasília – DF. 2005

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Lei de responsabilidade Fiscal: cartilha para a gestão fiscal municipal responsável.** Brasília - DF. 2006.

_____. **Receitas Públicas: Manual de procedimentos: aplicado á união, estados, distrito federal e municípios.** 3º ed. Brasília – DF. Coordenação Geral de Contabilidade. 2006.

_____. **Portaria nº 211/2002.**

Disponível em: WWW.stn.fazenda.bov.br/legislação.Assessado. Acessado em 20-10-2008

_____. **Portaria nº 163/2001.**

Disponível em: WWW.stn.fazenda.bov.br/legislação. Acessado em 20-10-2008. Acessado em 20-10-2008

_____. **Lei 4.320\64.** Disponível em:

WWW.stn.fazenda.bov.br/legislação. Acessado em 20-10-2008. Acessado em 20-10-2008.

_____. Tribunal de Contas da União. **Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas.** Brasília. TCU, SECOB; 2002.

BRITO, Daniel Chaves de. A Paradoxal unidade do discurso do desenvolvimento. In ALTVATER, Elmar et al. **Terra incógnita reflexão sobre globalização e desenvolvimento.** Belém UFPA /NAEA 1999

BRUSEKE, Franc, Josef. **Extração Mineral e desenvolvimento Sócio-econômico.** In. Papers do Naea, n. 42 Belém, 1995.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro. Garamond, 2004.

_____. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal. PCT - INCRA / IICA* Brasília junho de 1999.

BUNKER, Stephen. **Notas Sobre a renda do solo e a tributação no Pará.** In. Papers do NAEA, n. 159, Belém, 2001.

_____. Extração e tributação: problemas de Carajás. In. **Pará desenvolvimento.** IDESP n. 19, jun. Belém, 1986.

COELHO, Maria Célia Nunes & MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **As economias Extrativas e o subdesenvolvimento da Amazônia Brasileira; Contribuições do prof. Stephen Bunker.** In. Novos cadernos NAEA v. 8 n. 1, p. s p 17, Jun. 2005.

_____. et al. **Regiões do entorno dos projetos de extração e transformação mineral na Amazônia oriental.** In. Novos cadernos do NAEA, v.8 n. 2, p.73-107, dez. 2005.

_____ & MATHIS, Armin. **Políticas públicas e desenvolvimento local da Amazônia: uma agente de debate.** Belém UFPA/ NAEA. 2005.

_____. **Verticalização da produção e variedade de situações sociais no espaço funcional do alumínio nos baixos vales da Amazonas e Tocantins.** In. Revista território. Rio de Janeiro. Ano de VII nº 11 12, 13 set/out., 2003.

COHN, Amélia. Os governos municipais e as políticas sociais. In **SOARES, José Arlindo & CACCIA - BAVA, Silvio. (Orgs).Os desafios da gestão municipal democrática.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DALTON, Hugh. **Princípios de finanças públicas.** Tradução de Maria de Lourdes Modiano. 2º ed. Rio de Janeiro. RJ. Fundação Getulio Vargas, serviço de publicações. 1972.

DONBOR, Ladislau. Gestão social e transformação da Sociedade. In. ARBIX, Clauco et al. (Orgs). **Razões e ficções do desenvolvimento.** São Paulo. Editora UNESP, Edusp, 2001.

_____. A comunidade inteligente: visitando as experiências de gestão local. In. CACCIA - BAVA, Silvio et al (org.). **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção.** São Paulo polis. Programa gestão publica e cidadania EASP/FGV, 2002.

_____. **O Poder Local diante dos novos desafios sociais.** In CEPAM. O município no século XXI: Cenário e perspectivas. São Paulo 1999.

DOUFUSS, Olivier. **A Análise geográfica.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973 (coleção saber atual)

DNPM. **Balanco Mineral Brasileiro.** Alumínio. Brasília – DF, 2001.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In WOLFGANG. Sachs (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Tradutores Vera Lucia M. Joscelyne, Suzana de Gyalokay e Jaime A. Clase. Petrópolis, 2000.

FIORAVANTE. Dea Guerra et al. **Finanças públicas municipais: uma reflexão sobre o impacto da lei de responsabilidade fiscal.** In. Dinâmica dos municípios. Organização Alexandre Xavier Ywata. et al. Brasília: IPEA, 2007.

GAZETA MERCANTIL NORTE. Especial, 4º aniversário. **O Pará dos grandes projetos.** Belém. 28-03-2002. P 1-28.

GUIMARÃES. Ricardo José Rocha. **Nos caminhos do sonho: grandes projetos e desenvolvimento industrial no estado do Pará.** In XIMENES, Tereza (org.). Cenários da industrialização na Amazônia. Belém-Pa. UNAMAZ - UFPA-NAEA. 1995

GOHN, Maria da Gloria. **Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo. Edições Loyola. 2000

ILLCH. Ivan. Necessidades. In. WOLFGANG. Sachs (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Tradutores Vera Lucia M. Joscelyne, Suzana de Gyalokay e Jaime A. Clase. Petrópolis, 2000.

IMERYYS. **Bem vindo á Imerys.** Belém. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Perfil dos municípios brasileiros: finanças públicas 1998-2000.** Rio de janeiro. RJ, 2004

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **O município para candidatos: Prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.** 5º ed. Ver. E atual. Rio Janeiro, 2004.

KHAIR, Amir Antônio. **Lei de responsabilidade fiscal: guia de orientação para as prefeituras**. Brasília: Ministério do planejamento, Orçamento e Gestão; BNDES, 2000.

LEAL, Aluizio Lins. **Albrás e Alunorte: os primeiros impactos Sociais de um pólo metalúrgico na Amazônia**. In: Ciências da Terra, nº. 5 Jul./Agosto 1982.

LIRA, Sergio Roberto Bacury de. A questão tributária e a problemática da arrecadação fiscal em decorrência da mineração industrial na Amazônia. In COELHO, Maria Célia Nunes & MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Mineração e reestruturação espacial da Amazônia**. Belém NAEA, 2007.

LOBO, Marco Aurélio Arbage. **Estado e capital transnacional na Amazônia: O caso da ALBRAS-ALUNORTE**. Belém: UFPA-NAEA, 1996.

MARIA, Maria Lucia Sá & MOURA. Edila A Ferreira. Da Farinha ao Alumínio: os Caminhos da Modernização na Amazônia IN. CASTRO. Edila. (Org). **Industrialização, desorganização e reorganização do Espaço**. Belém: editora da UFPA, 1995.

MATHIS, Armin. Et. al. Estruturas de poder, atores sociais e políticas territoriais no Tocantins. Introdução. In MATHIS. Armin. (orgs.). **Poder local e mudanças sócio ambientais**. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

MONTEIRO. Maurílio de Abreu. et al. **Aglomerções empresariais em regiões periféricas e desenvolvimento local: o caso do distrito industrial de Barcarena na Amazônia Oriental. (artigo para seminário)** Belém – PA, 2007.

_____. **Desafios da participação popular no poder local**. In. FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. Participação cidadã: Novos conceitos e metodologias. Fortaleza: expressão gráfica e editora, 2004.

_____. **Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional**. In estudos avançados. v.1,n,1 (1987); São Paulo: IEA,1987.

_____. **Orçamento participativo: instrumento de democratização da gestão publica**. In. FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. O poder, o controle e o orçamento público. Fortaleza: expressão gráfica e editora, 2005.

MOURA, Edila Arnaldo Ferreira. **A Reorganização do espaço de trabalho e do espaço doméstico dos familiares de Barcarena. Os efeitos do projeto Albrás /Alunorte**. UFPA-NAEA - CNPq. Relatório de pesquisa, Belém, 1988.

NAHUM, João Santos. **O uso do território em Barcarena: modernização e ações políticas conservadoras**- Rio Claro- SP. 2006. Tese de doutorado – Universidade Estadual Paulista.

_____. **Usos do território, modernização e ações políticas conservadoras em Barcarena-Pa.** In: *Geosul*. Florianópolis, v.23. n. 45. 2008a.

_____. **Usos locais das normas globais: implicação da Lei de Responsabilidade Fiscal em Barcarena-Pa.** In: Mercator-Revista de Geografia da UFC, ano 07, n.13, 2008b.

NETO, Frederico Tarsitano. A divisão internacional do trabalho e a nova indústria do Alumínio na Amazônia. In. CASTRO. Edila. (Org). **Industrialização, desorganização e reorganização do Espaço.** Belém: editora da UFPA, 1995.

NETO, Leonardo Guimarães & ARAUJO, Tânia Bacelar. Poder local, governos municipais e políticas de indução do desenvolvimento econômico no Brasil. In **SOARES, José Arlindo & CACCIA - BAVA, Silvio.(Orgs).Os desafios da gestão municipal democrática.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In. CACCIA-BAVA, Silvio et al (org.). **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção.** São Paulo, polis. Programa gestão pública e cidadania EASP/FGV, 2002. Gestão pública e cidadania EASP / FGV

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. **Cidadania e cultura política no poder local.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

OTH, Valére. **Desenvolvimento: indicadores e tentativas de avaliação.** In. Revista Geografia. UNESP, São Paulo 14: p. 79- 114, 1997.

PALHETA, Rosiane Pinheiro. **Movimentos Sociais e reivindicações em torno das empresas de transformação mineral em Barcarena:** Um estudo da atuação dos associados de Moradores e trabalhadores Rurais. In: Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Plades. Belém 2005.

PALHETA DA SILVA, João Márcio. **Exercícios de poder: os exemplos de gestão e viabilidade financeira de Parauapebas e Curionópolis no Sudeste Paraense.** Belém, 1999. In: Dissertação de mestrado em planejamento do desenvolvimento. NAEA / UFPA

PARÁ PIGMENTOS S.A. **Demonstrações contábeis anuais. 2002 e 2003.** Disponível em: <http://www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=125>. Acessado em 26-10-2008.

PINTO, Lucio Flavio. **Amazônia: O século perdido (a batalha do alumínio e outras derrotas da globalização)**. Edição Jornal Pessoal Belém 1997.

PROCOPIUCK, Mário et. Al. **O plano plurianual municipal no sistema de planejamento e orçamento Brasileiro**. Revista do serviço público Brasileiro. Brasília. 58m(4) out. / dez. 2007.

PRODIAT. **Finanças públicas da região do projeto de desenvolvimento integrado da bacia do Araguaia-Tocantins**. Brasília. 1985. (Série de estudos e pesquisa, nº15)

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Ed. Ática, São Paulo 1993.

REZENDE, Fernando. Federalismo Fiscal: Novo Papel Para Estado E Municípios. In. **O município no século XXI: Cenário e perspectivas**. Cepam. São Paulo 1999.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: Técnica e tempo razão e emoção**. 2º ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Técnica, espaço tempo: globalização e meio técnico - científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005. (coleção Milton Santos, 7)

_____. Meio século de mineração na Amazônia: das ocorrências á diversificação concentrada. In. MENDES, Armando Dias (org). **A Amazônia e seu banco**, Manaus, Editora Valer, 2002.

_____. Os grandes projetos: Sistema de Ação e dinâmica espacial. In. CASTRO. Edila. (Org). **Industrialização, desorganização e reorganização do Espaço**. Belém: editora da UFPA, 1995.

_____. **Por uma Geografia nova**. 3º Ed. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagem e concepção sobre território**. 1º ed. São Paulo, expressão popular, 2007.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Perfil e evolução das finanças municipais 1998-2004**. Brasília, 2006.

SEPOF. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará. **Produto interno bruto dos municípios do estado do Pará**. Belém. 2008. Disponível em: http://www.sepof.pa.gov.br/pdf/PIB_Municipal_2006.pdf. Acessado em: 20-01-2009.

SILVA, Gustavo Tavares. Gestão pública e transformação social no Brasil. In. FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Participação cidadã: Novos conceitos e metodologias**. Fortaleza: expressão gráfica e editora, 2004.

SILVA, Maria Amélia Rodrigues da. **Royalties da mineração: instrumento da promoção do desenvolvimento sustentável de regiões mineradoras na Amazônia oriental**. In. Novos cadernos do NAEA. V.1. n 2 1998. Belém; NAEA - UFPA. 1998.

_____. Meio século de mineração na Amazônia: das ocorrências à diversificação concentrada. In. MENDES, Armando Dias (org.). **A Amazônia e o seu Banco**. Manaus, Editora Valer 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Participação popular no planejamento urbano em a gestão orçamentária municipal no Brasil: um balço e algumas questões. **Participação cidadã: Novos conceitos e metodologias**. Fortaleza: expressão gráfica e editora, 2004

SOUZA, Patrícia Feitosa. Desigualdades espaciais e a questão tributária no entorno da Mineração Rio do Norte (Pa). In COELHO, Maria Célia Nunes & MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Mineração e reestruturação espacial da Amazônia**. Belém.NAEA, 2007.

TEIXEIRA, Joaquina Barata & Oliveira Edelweiss. A política social da Albrás destinada as população ribeirinhas. . In. CASTRO. Edila. (Org). **Industrialização, desorganização e reorganização do Espaço**. Belém: editora da UFPA, 1995.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis. RJ. Vozes

TOURINHO, Helena Zagury. **Repercussões sócio-econômico do complexo Albrás - Alunorte em sua área de influencia imediata II APA**, Belém, 1991

VAINER, Ari et. Al. **Manual de elaboração: passo a passo da elaboração do PPA para municípios**. 2edição. Ministério do planejamento, orçamento e gestão. Brasília, DF, 2005.

ANEXOS

ANEXO 1:
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM BARCARENA-PA

INSTITUIÇÃO: -----
 ENDEREÇO: -----
 SETOR DE ATUAÇÃO: -----
 DATA DA ENTREVISTA: -----
 ENTREVISTADO (A) -----
 CARGO: -----

PERGUNTAS

- 1) Qual o numero de associados do movimento?
 R-----

- 2) O movimento tem conhecimento sobre o que significa o Plano Plurianual- PPA e do que se trata?
 a) () Sim b) () Não
 Do que se trata: -----

- 3) Qual a relação do movimento com o poder público?
 R-----

- 4) Quais as principais bandeiras de lutas do movimento?
 R-----

- 5) Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo movimento?
 R-----

- 6) O movimento tem alguma participação no processo de gestão do município? De que maneira isso acontece?
 a) () Sim b) () Não
 De que maneira isso acontece: -----

- 7) O movimento teve alguma reivindicação atendida e contemplada na alocação das receitas no PPA (2002-2005)?
 Quais?
 a) () Sim b) () Não
 Quais-----

- 8) O movimento tem conhecimento do orçamento público municipal (receita e despesas)? E para que servem?
 a) () Sim b) () Não
 Para que servem: -----

- 9) O movimento participou da escolha das obras (2002-2005) executadas no município?Quais?
 a) () sim b) () Não
 Quais:-----

- 10) Qual a contribuição da obra -----para o desenvolvimento local da comunidade-----
- 11) Que obras o movimento elencaria como prioridades em Barcarena?
 R-----

- 12) Existe alguma obra construída na comunidade no primeiro mandato do prefeito Laurival Cunha? Quais?
 a) () Sim b) () Não
 Quais: -----

Anexo II:
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PODER PÚBLICO EM BARCARENA-PA

INSTITUIÇÃO: -----
 ENDEREÇO: -----
 DATA DA ENTREVISTA: -----
 ENTREVISTADO (A) -----
 CARGO: -----

PERGUNTAS

- 1) Como foi elaborado o PPA do primeiro mandato do prefeito Laurival Cunha?
 R-----

- 2) Por que esses programas?
 R-----

- 3) Como eles foram escolhidos e construídos?
 R-----

- 4) Os movimentos sociais participaram da escolha e construção desses programas?Quais movimentos?
 a) () Sim b) () Não
 Quais movimentos: -----

- 5) Quem decide quais as obras que serão construídas no município?
 R-----

- 6) Existe critérios utilizados para a escolhas das obras? Quais?
 a) () Sim b) () Não
 Quais: -----

- 7) Como acontece a relação do poder publico com os movimentos sociais no município?
 R: -----

- 8) Porque existe uma grande diferença entre o mapa demonstrativo de receitas do PPA (2002-2005) e a receita executada informada nos balanço anais entregue ao Tesouro Nacional?
 R-----

- 9) Porque existe uma grande diferença entre a alocação das receitas por função (educação, saúde, saneamento etc.) contidas no PPA e os dados dos balanços anuais?
 R-----

- 10) A alocação das receitas em obras físicas tem contribuído para fomentar o desenvolvimento local em Barcarena?
 De que forma isto ocorre?
 a) () Sim b) () Não
 De que forma isto ocorre: -----

 O orçamento participativo previsto no PPA (2002-2005) foi colocada em pratica? De que forma?
 b) () Sim b) () Não
 De que forma: -----
